

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Ciências Econômicas

Programa de Pós-graduação em Demografia

Valquiria Almeida

**SISTEMAS DE GÊNERO NAS MIGRAÇÕES INTERNAS DO BRASIL ENTRE 2002
E 2015**

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2021

Valquíria Almeida

**SISTEMAS DE GÊNERO NAS MIGRAÇÕES INTERNAS DO BRASIL ENTRE 2002
E 2015**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Alisson Flávio Barbieri
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Ana Paula Verona

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2021

Ficha Catalográfica

A447s
2021 Almeida, Valquíria.
Sistemas de gênero nas migrações internas do Brasil entre
2002 e 2015 [manuscrito] / Valquíria Almeida. – 2021.
136 f.: il.

Orientador: Alisson Flávio Barbieri.
Coorientadora: Ana Paula de Andrade Verona.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (f. 114-126) e apêndices.

1. Migração interna – Brasil – Teses. 2. Relações de gênero – Teses.
3. Família e trabalho – Teses. I. Barbieri, Alisson F. (Alisson Flávio). II.
Verona, Ana Paula de Andrade. III. Universidade Federal de Minas
Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 304.6

Elaborado por Leonardo Vasconcelos Renault CRB-6/2211

Biblioteca da FACE/UFMG – LVR/128/2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **VALQUÍRIA ALMEIDA** Nº. REGISTRO 2019650783.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco do mês de junho de dois mil e vinte e um, reuniu-se, **por videoconferência**, a Comissão Examinadora de DISSERTAÇÃO, indicada "*ad referendum*" pelo Colegiado do Curso em 02/06/2021, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado "**Sistema de Gênero nas Migrações internas do Brasil entre 2002 e 2015**", requisito final para a obtenção do Grau de *Mestre em Demografia*, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Alisson Flávio Barbieri, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos professores: Alisson Flávio Barbieri, Ana Paula de Andrade Verona, Paula de Miranda Ribeiro, Raquel Zanatta Coutinho e Roberta Guimarães Peres se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão **APROVOU** a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 25 de junho de 2021.

Prof. Alisson Flávio Barbieri (Orientador) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Ana Paula de Andrade Verona (Coorientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Paula de Miranda Ribeiro (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Raquel Zanatta Coutinho (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Roberta Guimarães Peres (Universidade Federal do ABC)

PROFA. LAURA LÚDIA RODRÍGUEZ WONG
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Demografia



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Zanatta Coutinho**, Professora do Magistério Superior, em 28/06/2021, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula de Miranda Ribeiro**, Professora do Magistério Superior, em 28/06/2021, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Guimarães Peres, Usuário Externo**, em 28/06/2021, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alisson Flavio Barbieri, Professor do Magistério Superior**, em 30/06/2021, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Andrade Verona, Professora do Magistério Superior**, em 01/07/2021, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laura Lidia Rodriguez Wong, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 05/07/2021, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0794114** e o código CRC **12AFA551**.

Para minha avó, Helena (in memoriam).

AGRADESCIMENTOS

Alguns foram imprescindíveis para que eu conseguisse concluir não só este trabalho, mas também a jornada que foi esse mestrado. Apesar do pouco tempo, foi uma das coisas mais desafiadoras que já fiz.

Em primeiro lugar, a professora-amiga-mãe-irmã Marina Pimenta, sem a qual eu com certeza nem teria pensado em tentar nada disso. Agradeço não só pelos conhecimentos passados, pelos artigos em conjunto, projetos e parcerias, mas também por todo apoio, companheirismo, carinho e gentileza de sempre. E, claro, por ter sido a pessoa responsável por minha debandada para o campo das Migrações. Não tenho forma de lhe agradecer o suficiente!

Agradeço meu pai, Robson Marculino, e minha mãe, Leila de Fátima Soares, pelo amor, apoio, cumplicidade, compreensão e pela vida.

Ao amor da minha vida, Jardel Silva, por ser um exemplo de determinação e por estar ao meu lado em todos os momentos, tornando tudo mais leve. Obrigada pela nossa amizade e amor, assim como pela sua benevolência e compreensão.

A minha irmã Vitória, por toda a ajuda e, especialmente, pelas aulas de matemática sem as quais eu não teria passado nem nas disciplinas propedêuticas da Demografia!

Ao Professor e orientador Alisson Flávio Barbieri, pelo apoio, orientação e confiança durante todo o processo de escrita deste trabalho. Agradeço, além disso, por todos os conhecimentos passados e inspirações em sala de aula.

Agradeço também à professora Ana Paula Verona, por aceitar coorientar este trabalho, por todas as revisões, sugestões, ideias e todas as valiosas contribuições!

Sou muito grata a todos os professores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG pelos conhecimentos, incentivos, colaboração e por serem exemplos de profissionalismo e dedicação. Em especial, ao Professor José Alberto Magno de Carvalho, pela inspiração diária e por ter me concedido a honra de poder dizer que fui sua aluna.

Aos colegas da coorte 2019 e coorte 2018, por toda a cumplicidade, ajuda e choros compartilhados, mas particularmente, as colegas de coorte que viraram amigas para a vida: Michelle, Raquel e Larissa. Obrigada por toda a ajuda durante as disciplinas. Eu estaria presa em TAD e IML até hoje se não fosse por vocês! Sou grata também pelas conversas, troca de experiências, os desabafos, as risadas, os *memes* e, principalmente, pelo apoio. Sobretudo, durante a pandemia – teria sido impossível sem vocês!

Aos funcionários da Faculdade de Ciências Econômicas, em especial, aqueles da Secretaria de Pós-graduação, que sempre foram muito disponíveis e prestativos.

Ao CNPq pelo apoio financeiro que possibilitou a execução desta dissertação e minha dedicação à todas as atividades de ensino.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente não só para a produção deste trabalho, mas para todo o processo pelo qual tive de passar para chegar até ele!

RESUMO

Entendendo gênero como uma importante lente para examinar instituições, normas sociais, políticas e identidades envolvidas nos processos de migração, bem como a migração como um fator crítico a ser considerado nos estudos sobre transformação das relações de gênero, a presente dissertação parte dos conceitos de “sistema de gênero” e de “sistema familiar” para explorar possibilidades de análise de tais conceitos a partir da condição migratória das mulheres brasileiras. Parte-se de uma revisão crítica da literatura para analisar a forma como a questão de gênero tem sido abordada nas teorias de migração e apontando os principais aspectos que têm sido considerados ou negligenciados ao se tratar gênero como um fator de seletividade migratória, ou de sua associação como motivador ou consequência dos processos migratórios. A revisão de literatura passou pelos autores clássicos da migração, pelas abordagens de equilíbrio, histórico-estruturalistas, transicionais, pluralistas, além de considerar a perspectiva do curso de vida e os esforços brasileiros em prol da articulação entre gênero e mobilidade populacional. Em suma, percebeu-se que os estudos pioneiros pouco trataram da questão de gênero nos estudos migratórios. As abordagens de equilíbrio avançaram ao observar que os fatores econômicos não são suficientes para explicar a migração das mulheres. Foi identificado em meio às abordagens histórico-estruturalistas, um primeiro esforço explícito de diálogo entre gênero e migração. As perspectivas transicionais e pluralistas, forneceram bases contextuais que, em conjunto ao aprimoramento do próprio conceito de gênero nas ciências sociais traduziram-se em estudos que mostraram que os valores culturais, as expectativas, as instituições sociais, os fatores históricos e estruturais e as relações de gênero moldam a possibilidade de os indivíduos migrarem. Concluiu-se que é necessário avançar cada vez mais em estudos que relacionem todos os aspectos da vida social, bem como os fatores condicionantes e condicionados do e pelo processo migratório às questões de gênero. Na articulação empírica buscou-se, a partir dos dados das PNADs 2002 e 2015, realizar um esforço inicial de diálogo com o conceito de sistema de gênero observando os papéis de gênero dentro da família com base na divisão de trabalho doméstico entre homens e mulheres. Observou-se uma série de variáveis individuais, familiares, socioeconômicas e ocupacionais, bem como de uma medida de razão entre horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pelas não migrantes e migrantes em relação aos seus respectivos cônjuges. Concluiu-se que, apesar de ter havido uma diminuição geral das razões de trabalho doméstico pelas mulheres em relação aos seus cônjuges entre 2002 e 2015, estas mulheres ainda se dedicam cerca de 2 a 5 vezes mais à tais tarefas que os homens. Notou-se que as questões envoltas no quesito de estratificação de gênero, como nível de escolaridade, renda e posição na ocupação impactam de forma significativa os papéis domésticos de gênero, contudo, há diferenças relevantes segundo raça e região. A hipótese de que a condição de migrante pode estar relacionada à uma menor diferença de tempo de trabalho doméstico na família se viu parcialmente verdadeira, pois, este foi o caso observado em geral dentre as migrantes inter-regionais. Entretanto, quando estas mulheres ocupavam trabalhos informais, especialmente, no setor doméstico, estas apresentaram razões ainda maiores que as não migrantes.

PALAVRAS-CHAVE: Migração interna; Brasil; Gênero; Sistema de Gênero; Sistema Familiar; Papéis de gênero; Horas dedicadas aos afazeres domésticos.

ABSTRACT

Understanding gender as an important lens to examine institutions, social norms, politics, and identities involved in migration processes, as well as migration as a critical factor to be considered in studies on the transformation of gender relations, this dissertation starts from the concepts of "gender system" and "family system" to explore possibilities of analyzing such concepts from the migratory condition of Brazilian women. It starts with a critical review of the literature to analyze how the gender issue has been addressed in migration theories and pointing out the main aspects that have been considered or neglected when treating gender as a factor of migratory selectivity, or its association as a motivator or consequence of migration processes. The literature review went through the classical authors of migration, the equilibrium, historical-structuralist, transitional, and pluralist approaches, in addition to considering the life course perspective and the Brazilian efforts towards the articulation between gender and population mobility. In sum, it was perceived that the pioneer studies dealt little with the gender issue in migration studies. The equilibrium approaches advanced by observing that economic factors are not sufficient to explain women's migration. A first explicit effort at a dialogue between gender and migration was identified amidst the historical-structuralist approaches. The transitional and pluralist perspectives provided contextual bases that, together with the refinement of the very concept of gender in the social sciences, translated into studies that showed that cultural values, expectations, social institutions, historical and structural factors, and gender relations shape the possibility of individuals to migrate. It was concluded that it is necessary to increasingly advance in studies that relate all aspects of social life, as well as the conditioning and conditioning factors of and by the migration process to gender issues. In the empirical articulation it was sought, based on data from PNADs 2002 and 2015, to make an initial effort of dialogue with the concept of gender system observing the gender roles within the family based on the division of domestic work between men and women. A number of individual, family, socioeconomic, and occupational variables were observed, as well as a measure of the ratio of weekly hours devoted to household chores by non-migrants and migrants relative to their respective spouses. It was concluded that, although there has been a general decrease in the ratios of domestic work by women in relation to their spouses between 2002 and 2015, these women still devote about 2 to 5 times more to such tasks than men. It was noted that issues involved in gender stratification, such as level of education, income, and position in occupation significantly impact domestic gender roles; however, there are relevant differences according to race and region. The hypothesis that migrant status may be related to a smaller difference in the amount of time spent doing domestic work in the family was found to be partially true, since this was the case observed in general among interregional migrants. However, when these women held informal jobs, especially in the domestic sector, they showed even higher ratios than non-migrants.

KEYWORDS: Internal migration; Brazil; Gender; Gender System; Family System; Gender roles; Hours of housework.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quesitos selecionados para o desenvolvimento da dissertação	65
Tabela 2. Distribuição das mulheres da amostra, por condição migratória e ano, Brasil, 2002-2015	69
Tabela 3. Perfil individual e familiar das migrantes e não migrantes, por ano e condição migratória, Brasil, 2002-2015.....	70
Tabela 4. Perfil socioeconômico e ocupacional das migrantes e não migrantes, por ano e condição migratória, Brasil, 2002-2015	76
Tabela 5. Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos, por condição migratória e ano, Brasil, 2002-2015.....	78
Tabela 6. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por grupos etários e regiões do Brasil, 2002-2015 .	80
Tabela 7. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, segundo variáveis individuais e familiares, 2002-2015	81
Tabela 8. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por raça/cor e regiões do Brasil, 2002-2015	82
Tabela 9. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por raça/cor e grupos etários, Brasil, 2002-2015	82
Tabela 10. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, escolaridade e regiões do Brasil, 2002-2015	83
Tabela 11. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por escolaridade e grupos etários, Brasil, 2002-2015	84
Tabela 12. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por condição na unidade domiciliar e regiões do Brasil, 2002-2015.....	85
Tabela 13. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por condição na unidade domiciliar e grupos etários, Brasil, 2002-2015	85
Tabela 14. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por total de filhos no domicílio e regiões do Brasil, 2002	86
Tabela 15. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por total de filhos no domicílio e regiões do Brasil, 2015	87
Tabela 16. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por total de filhos no domicílio e grupos etários, Brasil, 2002	88
Tabela 17. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por total de filhos no domicílio e grupos etários, Brasil, 2015	88
Tabela 18. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, segundo variáveis socioeconômicas e ocupacionais, Brasil, 2002-2015	89
Tabela 19. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, segundo variáveis socioeconômicas e ocupacionais, Brasil, 2002-2015	90

Tabela 20. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por rendimento mensal do trabalho e grupos etários, Brasil, 2002- 2015	91
Tabela 21. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por atividade ocupacional e regiões do Brasil, 2002	92
Tabela 22. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por atividade ocupacional e grupos etários, Brasil, 2002	93
Tabela 23. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por atividade ocupacional e regiões do Brasil, 2015	94
Tabela 24. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por atividade ocupacional e grupos etários, Brasil, 2015	95
Tabela 25. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por posição na ocupação e regiões do Brasil, 2002	97
Tabela 26. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por posição na ocupação e grupos etários, Brasil, 2002	98
Tabela 27. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por posição na ocupação e regiões do Brasil, 2015	99
Tabela 28. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por posição na ocupação e grupos etários, Brasil, 2015	100
Tabela 29. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por horas habitualmente trabalhadas por semana e regiões do Brasil, 2002-2015.....	102
Tabela 30. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por horas habitualmente trabalhadas por semana e grupos etários, Brasil, 2002-2015.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Região de nascimento das migrantes inter-regionais, por região de referência na data da pesquisa, Brasil, 2002	71
Gráfico 2. Região de nascimento das migrantes inter-regionais, por região de referência na data da pesquisa, Brasil, 2015	72
Gráfico 3. Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por grupos etários e regiões do Brasil, 2002.....	73
Gráfico 4. Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por grupos etários e regiões do Brasil, 2015.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações – Domiciliar (CBO-Domiciliar)
CMIG	Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PCERP	Pesquisa das Características Étnico-raciais da População
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UF	Unidade da Federação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DE LITERATURA	6
2.1. Sistema de Gênero e Sistema Familiar	7
2.2. Conceituando o Fenômeno Migratório	13
2.3. Migrações e Relações de Gênero	16
2.3.1. Estudos pioneiros	17
2.3.2. Abordagens de Equilíbrio.....	19
2.3.3. Abordagens Histórico-estruturalistas	21
2.3.4. Abordagens Transicionais	25
2.3.5. Abordagens Pluralistas, Gênero e família	26
2.3.6. Abordagens do Curso de Vida	35
2.3.7. Breve revisão de estudos sobre migração e gênero no Brasil	43
2.3.7.1. Estatísticas de gênero e o Uso do Tempo no Brasil	48
2.4. Síntese da literatura sobre migração e relações de gênero: como mensurar?	53
3. DADOS E MÉTODOS.....	57
3.1. Base de Dados.....	57
3.1.1. Alterações metodológicas e conceituais na base de dados entre 2002 e 2015	59
3.2. Mensuração	60
3.2.1. Definições e variáveis selecionadas	62
4. RESULTADOS: MIGRAÇÕES E SISTEMAS DE GÊNERO	68
4.1. Perfil individual, familiar e ocupacional das migrantes e não migrantes	68
4.2. Papéis domiciliares de gênero e condição migratória.....	78
4.3. Síntese dos resultados	103
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A	127

1. INTRODUÇÃO

O campo de estudos que relaciona migração e gênero se expandiu consideravelmente nos últimos 30 anos. No entanto, esses trabalhos ainda se mantêm bastante focados no contexto das migrações internacionais. Isto se deve, em grande parte, à intensificação da mobilidade internacional feminina neste período (GIORGULI; ANGOA, 2016).

As revisões sobre o campo de estudos de gênero e migração identificaram dois estágios no seu desenvolvimento até os dias de hoje. Inicialmente, os trabalhos buscaram iluminar as experiências de migração das mulheres como uma maneira de reconhecê-las como atores ativos em sua individualidade (no sentido de poder de agência) e não como sujeitos passivos nos movimentos espaciais (HERRERA, 2013). Nas últimas décadas, contudo, diversos autores passaram a considerar o gênero como um fator significativo nas relações de poder e como uma lente para examinar instituições, normas sociais, políticas e identidades envolvidas nos processos de migração.

Como resultado, tais estudos que incorporaram gênero como uma categoria analítica em meio à mobilidade forneceram novas interpretações de muitos dos aspectos tradicionais do campo: a organização social da migração, transnacionalismo, assimilação e integração social e política de migração, entre outros (MOROKVASIC, 1984; HONDAGNEU-SOTELO, 1999; CURRAN ET. AL., 2006; DONATO ET AL., 2006; PESSAR; MAHLER, 2001). Além disso, alguns autores também argumentaram que o inverso é verdadeiro: a migração é um fator crítico a ser considerado nos estudos sobre as transformações das relações de gênero (HONDAGNEU-SOTELO, 1999; PESSAR; MAHLER, 2001).

Giorguli e Angoa (2016) identificaram que, modo geral, os trabalhos que relacionam gênero ao processo migratório abordam quatro questões principais: (1) até que ponto a migração transforma as relações de gênero e o status feminino; (2) o papel das mulheres nos mercados de trabalho, que difere do dos homens migrantes e está fortemente atrelado às estruturas de gênero; (3) as transformações envoltas na formação e dinâmica familiar devido à mobilidade de homens e mulheres e como ela modifica as relações de gênero; e (4) a possível mudança na situação das mulheres quando o processo de migração aumenta sua participação na esfera pública e política (GIORGULI; ANGOA, 2016). Essas questões foram estudadas da perspectiva das comunidades de origem ou de destino e, em sua maioria, focando-se nos movimentos internacionais, como já explicitado.

A presente dissertação parte de uma perspectiva de gênero mais abrangente: o conceito de “sistema de gênero” auferido por Karen Mason (1997, p.158), usualmente empregado nos

estudos sobre fecundidade. Este conceito pode ser entendido como “expectativas socialmente construídas para o comportamento masculino e feminino que são encontradas (de forma variável) em todas as sociedades humanas conhecidas”. Essas expectativas de um sistema de gênero impactam em diversos aspectos sociais, de forma que a autora subdivide tal sistema em dois níveis: “papéis de gênero”, que remetem a divisão de trabalho e responsabilidades entre mulheres e homens, que concedem direitos e obrigações diferentes a eles em todos os nichos da sociedade; e a “estratificação de gênero”, que se caracteriza pelo efeito da desigualdade entre os sexos em poder, autonomia e bem-estar (normalmente, em desvantagem para as mulheres) institucionaliza nas esferas da sociedade. Dessa forma, a equidade de gênero deriva de ambos os elementos do sistema de gênero (MASON, 1997).

Dessa maneira, considera-se que através da perspectiva do sistema de gênero é possível analisar tanto o papel das mulheres nos mercados de trabalho e em outros níveis mais amplos ligados à mobilidade, em relação às estruturas de gênero, quanto a transformação na dinâmica familiar devido à mobilidade de homens e mulheres e como ela transforma as relações de gênero, como identificaram Giorguli e Angoa (2016).

Segundo Mason (1997), essa divisão analítica entre papéis e estratificação de gênero é importante para considerar um panorama de todas as dimensões de poder envoltas no conceito de gênero. Enquanto a literatura geralmente se refere a termos como 'empoderamento feminino', 'autonomia das mulheres' e 'status das mulheres', o termo 'sistema de gênero' é preferível porque compreende todo esse complexo de papéis, direitos e status que envolvem ser homem ou mulher em uma dada sociedade ou cultura.

Contudo, Karen Mason (1997) alerta sobre a complexidade metodológica de se trabalhar com esse aspecto, pois a estratificação de gênero, bem como os papéis de gênero, são multidimensionais e variam de acordo com classe social, esfera institucional e estágio da vida, assim como por outras características dos indivíduos ou do grupo (MASON, 1984, 1986). Todavia, Mason (2001, p.160-161) também nos apresenta o conceito de ‘sistema familiar’, que se refere ao “conjunto de crenças e normas, práticas comuns e sanções associadas através das quais são definidos o parentesco e os direitos e obrigações de determinados relacionamentos familiares”. Dado que “todos os sistemas familiares são organizados em torno do gênero, e porque todos os sistemas de gênero delineiam os papéis familiares e de parentesco de homens e mulheres, os dois sistemas estão interligados” (MASON, 2001, p.161), McDonald (2000a) aponta a possibilidade de se estudar os papéis de gênero dentro da família com base na divisão de trabalho doméstico entre homens e mulheres. Nessa concepção, o conflito entre trabalho e

família está relacionado à uma maior desigualdade de gênero refletida em mais tempo médio gasto no trabalho doméstico não remunerado por mulheres em relação aos homens.

Com base na proposição de McDonald (2000a), e considerando que a dinâmica domiciliar/familiar impacta e configura de forma fundamental as relações de gênero - e portanto, os movimentos migratórios - o objetivo dessa dissertação é explorar teórica e empiricamente as possibilidades de diálogo analítico entre os conceitos de migração e sistema de gênero. Para tanto, parte-se, inicialmente, de uma revisão crítica da literatura para avaliar como as principais teorias sobre migração tem incluído a perspectiva de gênero e perscrutar de que formas os sistemas de gênero podem refletir as questões incitadas pelo campo de estudos em migração. Em seguida, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no Brasil entre 2002 e 2015, procura-se traçar o perfil individual, familiar, socioeconômico e ocupacional das mulheres migrantes inter-regionais, intrarregionais e das não-migrantes, em termos de variáveis relacionadas ao sistema de gênero, e identificar os possíveis diferenciais em papéis de gênero nas migrações internas a partir de uma medida de razão entre horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pelas não migrantes e migrantes inter e intrarregionais em relação aos seus respectivos cônjuges.

Considerando os estudos que mostraram que indivíduos casados ou em união têm menor propensão a se mudar do que solteiros, principalmente em longas distâncias (SANDEFUR, SCOTT 1981; MULDER, WAGNER, 1993), e entendendo a migração como um investimento em capital humano nos quais os retornos de investimento das mulheres tendem a ser diferentes dos homens, principalmente, devido ao fato das mulheres usualmente terem que dedicar mais horas aos serviços domésticos (BECKER, 1962); a hipótese a ser testada aqui se relaciona à proposição de McDonald (2000a) acerca da divisão do trabalho doméstico dentro da família como reflexo dos papéis de gênero no âmbito domiciliar. Isto é, acredita-se que os papéis de gênero possuem um peso maior para as mulheres, especialmente no nível domiciliar. Contudo, possivelmente, a condição de migrante pode estar relacionada à menores razões de horas de trabalho doméstico das migrantes em relação aos seus cônjuges do que entre as não migrantes e seus cônjuges devido à premissa de maior disposição de capital humano por parte das migrantes. Este relacionamento também se baseia em resultados de estudos recentes com as migrantes internas no Brasil que demonstraram que, nas últimas décadas, houve um fortalecimento da agência feminina na decisão de migrar, redução da migração associada à família e crescimento da migração vinculada ao mercado de trabalho, melhorias no nível de instrução, aumento da taxa de atividade, da formalidade e do rendimento das mulheres (SCHNEIDER, 2020; MARINUCCI, 2007). Dessa forma, acredita-se que, especialmente as

migrantes que se deslocaram à longas distâncias podem ter incitado rearranjos familiares relacionados aos papéis de gênero em meio ao processo de mobilidade.

A unidade de análise são as mulheres não migrantes ou migrantes inter-regionais e intrarregionais data-fixa, de 15 a 49 anos, em união conjugal, que se declararam em atividade ocupacional na data de referência das pesquisas (PNADs 2002 e 2015). Apesar de compreender que tais recortes podem diminuir consideravelmente a amostra a ser analisada, estes foram necessários para garantir maior homogeneidade entre os dados e capacidade de inferência sobre os resultados.

Este estudo tem como escopo geográfico de análise as cinco grandes regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste) e a análise se dará a partir dos movimentos migratórios entre tais regiões e internos à cada uma delas, além de considerar as não migrantes para fins de comparação. Admite-se que, dada a dimensão espacial e diversidade cultural e contextual do Brasil, é possível que um estudo que contemple as grandes regiões como recorte espacial possa estar sujeito à alguma falácia ecológica. Apesar de as migrações intrametropolitanas e intra-estaduais também serem de grande relevância nas análises locais dos processos sociais, a base de dados elegida nos permite apenas a desagregação por regiões metropolitanas. Optou-se, todavia, por utilizá-la devido a sua maior capacidade de mensuração das variáveis consideradas no conceito de sistema de gênero e a possibilidade de análise em nível domiciliar e individual. Embora haja certa arbitrariedade ao se analisar as grandes regiões, tem-se um maior controle de espuriedade que em uma análise a nível nacional. Além disso, a análise intrarregional permite um contraponto e certo controle do viés em se analisar grandes regiões.

No Brasil, as migrações internas são volumosas e exercem um papel importante nas transformações das estruturas econômicas e sociais (BAENINGER, 2012), especialmente desde 1950. Diante de tal fenômeno, argumenta-se sobre a necessidade de mais estudos que invocam a questão de gênero – como identidade social e seus impactos – pois, entende-se que a simples distinção por sexo em meio a um fenômeno social, político, econômico e cultural tão complexo quanto a mobilidade populacional é insuficiente. Ao observarmos os impactos das situações de assimetria de gênero, entretanto, é possível uma leitura mais profunda e cuidadosa da situação das mulheres e homens no processo de migração e mobilidade, assim como uma melhor teorização do fenômeno.

As relações de gênero influenciam a natureza da reprodução social, como é dividida e executada e quem paga por ela, onde e como. Essas relações dependem não apenas das normas e contextos sociais, mas também dos processos históricos, políticos, econômicos e urbanos que

influenciam quem pode e quem está disponível para assumir determinado papel e os setores da demanda do mercado de trabalho nos quais cada um pode e consegue adentrar. Portanto, as comparações entre a migração masculina e feminina também precisam refletir sobre como essas relações estão profundamente interligadas.

Se gênero é uma construção social que organiza as relações entre homens e mulheres, entende-se que essa concepção condiciona todos os aspectos da vida social, configurando de forma distinta as experiências migratórias para cada sexo. Peres e Baeninger (2012, p.11) argumentam que estudar os movimentos migratórios sob a perspectiva de gênero “abre novas frentes de trabalho e agendas de pesquisa, além de aprofundar o conhecimento sobre fluxos migratórios muitas vezes já consolidados, com faces ainda ocultas”, além de poderem contribuir significativamente com a reflexão sobre contextos migratórios que estão cada vez mais complexos.

Assim como outros processos demográficos, a migração também não pode ser analisada de maneira generalista, sob pena de encobrir peculiaridades que melhor a caracterizariam e a descreveriam. A literatura já evidenciou que as experiências humanas e as decisões pessoais são fortemente baseadas no contexto familiar. O desenvolvimento individual se constrói com a evolução do ciclo de vida familiar, o qual, por sua vez, está conectado a contextos socioculturais mais amplos (MCGOLDRICK et.al., 2013). Dessa forma, compreende-se que a incorporação do contexto familiar no estudo da migração também é um avanço significativo na compreensão do fenômeno, que necessita de mais esforços analíticos.

Finalmente, deve-se destacar que trata-se de um estudo cuja temática engloba vários fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais, todos eles extremamente complexos. Cada um deles poderia constituir o foco de uma pesquisa particular, de igual importância e complexidade. Nesta dissertação, tentou-se abarcar, sem a pretensão de ser exaustiva, alguns aspectos destes fenômenos em função da contribuição que eles proporcionam para a abordagem da mobilidade populacional.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo tem como finalidade contextualizar as discussões e análises empíricas acerca da relação entre migração e gênero a partir das referências teóricas e da bibliografia disponível sobre o tema. Tendo em vista o objetivo de explorar teórica e empiricamente as possibilidades de diálogo analítico entre os conceitos de migração e sistema de gênero, inicialmente é apresentado o conceito central da dissertação – Sistema de gênero – sua construção, bem como a evolução e relevância científica da perspectiva de gênero.

Parte-se, na segunda Seção, para a conceptualização de migração adotada para os fins da dissertação, seguida de um breve relato acerca das principais mudanças na dinâmica migratória brasileira até os dias de hoje. Com isso, são apresentadas as considerações teóricas pioneiras nos estudos de migração, as abordagens de equilíbrio, as histórico-estruturalistas e as transicionais. Em cada abordagem foram descritos os estudos considerados como relevantes para o entendimento da evolução do pensamento científico de diálogo entre migração e gênero. São evidenciados ainda, mais extensivamente, os estudos que se enquadram na abordagem pluralista, dadas as maiores contribuições de tais teorias nas discussões de gênero através da introdução da ótica domiciliar e familiar das migrações. É importante ter em mente, contudo, que a escolha desses estudos não é possível de ser feita sem certa arbitrariedade.

Adicionalmente, trata-se das abordagens do curso de vida. Isto porquê é sabido que a migração é um evento que possui forte conexão com as transições do curso de vida. Especialmente no caso da migração feminina, os eventos, bem como o planejamento do ciclo de vida individual e familiar possui forte relação com as trajetórias migratórias delas (PERES; BAENINGER, 2012). Tais eventos podem ainda elucidar muitas das questões de gênero envoltas na estrutura da sociedade, por meio de expectativas de gênero, assim como nas dinâmicas familiares.

Por fim, os estudos brasileiros que propuseram um diálogo entre migração e gênero são abordados, em conjunto a um breve relato acerca dos resultados de pesquisa expostos no relatório “Estatísticas de gênero no Brasil” realizado pelo IBGE, em 2018. Objetiva-se evidenciar as especificidades do contexto brasileiro, já detectadas através desses estudos, e reconhecer tais esforços de pesquisa. Ainda sobre este contexto e dado o objetivo identificar os possíveis diferenciais em papéis de gênero nas migrações internas a partir de uma medida de razão entre horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pelas não migrantes e migrantes inter e intrarregionais em relação aos seus respectivos cônjuges, apresenta-se, brevemente, o

arcabouço teórico e resultados de pesquisas recentes acerca das tendências de alocação do tempo no Brasil.

2.1. Sistema de Gênero e Sistema Familiar

Durante muito tempo, os estudos das ciências sociais não consideraram as mulheres como atores sociais ativos em relação a seu poder de agência. A partir do esforço de movimentos femininos em prol da visibilidade das mulheres na historiografia social, a introdução do conceito de gênero representou um grande avanço teórico para os estudos das relações sociais envolvidas no inter-relacionamento entre homens e mulheres.

Nesse sentido, o gênero passou a ser a forma de apresentação das desigualdades não-naturais entre os sexos – quer sejam entre as classes, raças, etnias, família, sociedade etc. – com o objetivo de captar a relação existente entre homens e mulheres, como uma relação sócio-histórica, ou seja, socialmente construída e que traz embutida relações de poder que perpassam todo o tecido social. Isto porque entende-se que as relações de gênero não podem ser reduzidas em outras vinculações tais como aquelas do patriarcalismo, do capitalismo ou do socialismo estatal (ALVES, 2004a).

Nessa conjuntura, é importante ressaltar a diferença entre os termos “sexo” e “gênero”. O “sexo” pode ser entendido como a diferença entre a identidade “biológica” de um indivíduo, enquanto o “gênero” diz respeito a identidade adquirida socialmente. Entende-se que o gênero está localizado no plano da cultura e o sexo no plano da natureza. Na definição de Alves (2004b, p.6), o gênero é visto como o discurso da diferença sexual e mantém o sexo como referência explicativa:

Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

Tal definição nos mostra que o gênero é uma abordagem polissêmica e plural, mas que se sustenta sobre a dicotomia da diferença sexual. Todavia, a ambivalência do conceito de gênero está justamente no fato de se buscar desnaturalizar e desbiologizar as diferenças sexuais,

tendo, entretanto, os dois sexos como referência. Apesar dessa relação paradoxal, entende-se que a abordagem de gênero se diferencia e se distancia da variável sexo, ao substituir o biológico-natural pelo social-cultural (ALVES, 2004a). O presente estudo utiliza-se das duas variáveis em momentos distintos e com objetivos diferentes.

A introdução da abordagem de gênero trouxe consigo um debate acerca da capacidade empírica de medi-lo. No início, os estudos de gênero foram considerados como sinônimo daqueles que se focavam nas mulheres. Com o passar do tempo, no entanto, houve avanços inegáveis neste campo de estudos, a despeito dos intensos debates:

A nova abordagem realçou os mecanismos sociais, econômicos e culturais como os responsáveis pela estratificação de gênero e não as características biológicas dos sexos. Ao invés de naturalizar os gêneros, buscou-se compreender a condição masculina e feminina enquanto elementos constituídos e constitutivos das relações sociais, contrastando o primeiro com o segundo. Buscou-se mostrar que as relações entre os sexos são assimétricas, mas não estáticas, isto é, são relações dinâmicas, mutáveis e sofrem variações tanto estruturais, quanto conjunturais. Isto significa que as relações de gênero são historicamente variáveis e precisam ser sempre contextualizadas (ALVES, 2004a, p.26).

De modo geral, a abordagem de gênero se distanciou dos parâmetros fixos antes considerados, para considerar o contexto relacional. Segundo Alves (2004a), o conceito de gênero pode ser definido a partir de três atribuições amplas: é uma construção sociocultural e um fenômeno multidimensional que se preocupa com as relações de dependência, poder e prestígio entre os sexos, e que é determinado historicamente.

Para os fins dessa dissertação, focaliza-se na compreensão de gênero como expressões de assimetria existente entre homens e mulheres, o que leva a diferentes graus de acesso e controle sobre os recursos, a desigualdades no processo de tomada de decisões e a presença de relações de dominação/subordinação entre os gêneros. Especificamente, considera-se eficiente o conceito de “sistema de gênero” introduzido nos estudos demográficos por Karen Mason. A autora define “sistema de gênero” como:

[...] expectativas socialmente construídas para o comportamento masculino e feminino que são encontradas (de forma variável) em todas as sociedades humanas conhecidas. As expectativas de um sistema de gênero prescrevem uma divisão de trabalho e responsabilidades entre mulheres e homens e concedem direitos e obrigações diferentes a eles. Intencionalmente ou como efeito colateral, eles também criam desigualdade entre os sexos em poder, autonomia e bem-estar, normalmente em desvantagem para as mulheres (MASON, 1997, p.158, tradução nossa).

Embora os sistemas de gênero mudem com o tempo, muitas das expectativas que ele cria são fortemente reforçadas pelo Estado ou pela comunidade e por meio de sanções informais entre vizinhos, parentes e amigos. A autora subdivide o sistema de gênero em estratificação de gênero ("desigualdade institucionalizada entre membros masculinos e femininos da sociedade") e papéis de gênero ("a divisão do trabalho entre homens e mulheres"). Dessa forma, a equidade de gênero deriva de ambos os elementos do sistema de gênero. A desigualdade entre homens e mulheres e a divisão do trabalho entre eles em um determinado sistema de gênero podem ser avaliadas sob a perspectiva dos direitos sociais, políticos e reprodutivos. Os níveis de equidade nessa avaliação de direitos determinam o nível de equidade de gênero de forma geral (MASON, 1997).

Ressalta-se aqui a diferenciação entre equidade e igualdade de gênero. Conforme McDonald (2000b), o modelo de igualdade de gênero é a antítese da forma institucional de família na qual o componente masculino (o pai) sai para trabalhar e prover os recursos financeiros da família, enquanto o componente feminino (a mãe), fica em casa para cuidar dos filhos e do trabalho doméstico. "O princípio subjacente a este modelo é que existe uma diferenciação natural entre homens e mulheres que exige que o homem seja o provedor e protetor e a mulher, a cuidadora e reprodutora" (MCDONALD, 2000b, p.3, tradução nossa). No modelo de equidade de gênero, por sua vez, o gênero não tem relação específica com quem realiza as demandas da família. Este modelo "não implica igualdade exata entre o homem e a mulher em nenhum casal heterossexual, mas sim que papéis específicos não são determinados com base no gênero" (MCDONALD, 2000b, p.3, tradução nossa). O que norteia esse modelo são os princípios de igual respeito por homens e mulheres, o entendimento quanto a igualdade de recursos e capacidades, a paridade de participação em atividades socialmente valorizadas e o fim da centralidade social masculina (MCDONALD, 2000b).

Segundo McDonald (2000b), desde os anos 1970, diferentes instituições na sociedade têm se afastado do modelo de ganha-pão masculino da família em direção a um modelo de equidade de gênero. Contudo, este afastamento tem sido feito em velocidades diferentes, a depender das lacunas entre as instituições econômicas e sociais em relação ao modelo presumido de família. Atualmente, em todos os países mais avançados,

[...] as mulheres são educadas com o mesmo padrão que os homens e, em muitos países, com um padrão mais elevado. As mulheres são educadas para trabalhar na força de trabalho remunerada, assim como os homens. O atraso na procriação e na formação de relações duradouras significa que as jovens passam um número considerável de anos em empregos remunerados em tempo integral, sem se preocuparem com os filhos ou, nesse caso, com o parceiro. Na maioria dos países,

há remuneração equivalente [...] e o nível de discriminação contra as mulheres na seleção de empregos foi reduzido substancialmente em relação à década de 1950, por meio de mecanismos como a legislação de oportunidades iguais de emprego. Os pais incentivam ativamente suas filhas a buscar educação e um emprego remunerado. De modo geral, um grau relativamente alto de equidade de gênero se aplica às instituições de educação e mercado de trabalho e isso oferece oportunidades consideráveis para as mulheres exercerem funções diferentes da mãe (MCDONALD, 2000b, p.4-5, tradução nossa).

Dessa forma, McDonald (2000b) aponta que muitas mulheres hoje em dia não conseguem se ver em uma família baseada no modelo de ganha-pão masculino e não arriscariam depender dos ganhos de um homem. Da mesma forma, muitos homens não desejam estar na posição de provedor da família, com uma esposa dependente. Ambos têm a visão de que seus próprios padrões de vida podem ser melhorados se o(a) parceiro(a) também estiver trabalhando. Assim, não só os indivíduos e famílias tiveram sua dinâmica alterada, mas também as instituições econômicas e sociais se moldaram a este novo contexto.

Nos países menos avançados, entretanto, este processo de afastamento do modelo de família com o ganha-pão masculino tem sido muito mais lento. Isto porque, segundo McDonald (2000b), mesmo que haja um desejo ou esforço individual das mulheres, as instituições destas sociedades ainda tratam as mulheres como mães ou membros da família e não como indivíduos, como ocorre nos países mais avançados em termos de equidade de gênero. Esta relação é vista na maior restrição de mães ao emprego, dada a falta de serviços de apoio à família como creches ou assistência aos idosos; nos arranjos da sociedade que tornam difícil combinar trabalho e família, como horário escolar, horas de trabalho, expectativas do empregador em relação ao trabalho e prioridades familiares, etc.; ou ainda nos sistemas de transferência de renda que podem ser espelhados no modelo de ganha-pão masculino.

O que McDonald (2000b) aponta é que, nestes países, a equidade de gênero precisa ser promovida dentro das famílias. Contudo, mudanças nos valores culturais são lentas e a moralidade familiar idealizada é bastante resistente às mudanças. A dificuldade é compreender se as ações legislativas por parte do governo podem levar à mudança social ou se as legislações seguem as mudanças sociais, de modo geral. Se o último caso for verdadeiro, as mudanças legislativas não ocorrerão em países que relutam em desistir do domínio dos homens na organização familiar. Todavia, todos os países mais avançados em equidade de gênero fizeram algum tipo de ação legislativa nesse sentido. Ademais, McDonald (2000b) acredita que à medida em que as mulheres foram se inserindo no mercado de trabalho e nos ambientes educacionais, elas se tornam mais assertivas e mudanças na família podem ser mais prováveis.

A literatura frequentemente se refere a termos como 'empoderamento feminino', 'autonomia das mulheres' e 'status das mulheres' em estudos sobre gênero. Entretanto, o termo 'sistema de gênero' é preferível porque compreende todo esse complexo de papéis, direitos e status que envolvem ser homem ou mulher em uma dada sociedade ou cultura. Dessa forma, como a estratificação de gênero normalmente envolve maior controle social das mulheres do que dos homens, o termo 'empoderamento feminino' pode ser visto dentro desse sistema como uma redução em uma dimensão da estratificação de gênero: a dimensão do poder. A 'autonomia das mulheres' também é um aspecto dessa dimensão de poder; refere-se à liberdade das mulheres para agirem como quiserem, e não como os outros gostariam que elas agissem. Assim, uma maneira pela qual as mulheres podem ser empoderadas é ganhando maior autonomia. O "status das mulheres" tem vários significados, mas frequentemente se refere a dimensões da estratificação de gênero como controle de recursos materiais, honra ou prestígio social (MASON, 1984, 1986, 1997).

Karen Mason (1997) alerta sobre a complexidade metodológica de se trabalhar com o aspecto de sistema de gênero. Segundo a autora, os sistemas de gênero não podem ser descritos por uma única medida quantitativa, pois a estratificação de gênero, bem como os papéis de gênero, são multidimensionais e variam de acordo com classe social, esfera institucional (por exemplo, família *versus* local de trabalho) e estágio da vida, bem como por outras características dos indivíduos ou do grupo (MASON, 1984, 1986).

Conforme a análise da autora, os estudos demográficos que incorporaram medidas de estratificação de gênero até então concentram-se em seus subcomponentes, tais como autonomia feminina (DYSON; MOORE, 1983), empoderamento das mulheres (SCHULER; HASHEMI, 1994), controle feminino sob recursos materiais (CAIN et. al., 1979) ou sua liberdade de movimento (MORGAN; NIRAULA, 1995). Mason (1997) avalia que, em princípio, é possível identificar a natureza desses aspectos da estratificação de gênero conforme a sua manifestação no nível individual ou familiar, e então medi-los diretamente através do uso de perguntas da pesquisa ou observação participante. Todavia, a própria identificação dos fatores determinantes é difícil e depende do contexto social e cultural.

Em estudos quantitativos, por sua vez, a autora avalia que os trabalhos que utilizam dados apenas de Censos e outras pesquisas governamentais relevantes tendem a se restringir a aspectos individuais básicos, pois, grande parte destes estudos usa informações sobre educação, emprego, ocupação, idade ou diferença de idade entre marido e mulher ou idade da esposa no casamento para medir a estratificação de gênero. No entanto, a autora avalia que essas variáveis

podem ser genéricas e superficiais, não abarcando especificidades e, portanto, não produzem avanços significativos nos estudos sobre inequidade de gênero.

Da mesma forma, os estudos sobre os papéis de gênero também são de grande complexidade, pois geralmente variam por classe, cultura, esfera social, momentos no ciclo de vida, etc. De forma geral, Mason (1997) avalia que a literatura peca em dois pontos principais ao considerar a divisão do trabalho imposta pela estratificação de gênero: a maioria ignora papéis diferentes dos papéis materno e ocupacional (tais como doméstico, comunitário, individual), e aqueles que consideram esses papéis, geralmente usam medidas inadequadas de emprego e não têm informações sobre variáveis intervenientes. Ademais, a autora observa que os papéis dos homens foram quase completamente ignorados, exceto quando usados como indicadores do status socioeconômico ou da posição de classe da família.

McDonald (2000a), considera similarmente que as dimensões da equidade de gênero não são apenas afetadas por características individuais, mas sim, pelas instituições da sociedade. Isto porquê os desequilíbrios estruturais geram iniquidades de gênero nas instituições sociais e, conseqüentemente, para a consciência individual de homens e mulheres. Dessa forma, os estudos devem considerar como os níveis de equidade de gênero nas instituições sociais se manifestam também na tomada de decisões em nível individual. Uma avaliação ideal de equidade de gênero, segundo o autor, precisa observar cada instituição social com base nas avaliações das mulheres e, em alguns casos, dos homens, na sociedade em estudo. Entretanto, estudos dessa natureza seriam muito difíceis e caros. Ademais, as questões envolvidas no conceito complexo de gênero e equidade de gênero dificultam ainda a própria percepção e avaliação das mulheres quanto ao nível de equidade que vivenciam. Com isso, se torna inevitável que o grau de equidade de gênero seja medido a partir da própria avaliação do pesquisador sobre os níveis de equidade em diferentes instituições sociais, com base em medidas quantitativas dessas instituições (MCDONALD, 2000a).

Contudo, McDonald (2000b) destaca que em muitas das sociedades, a instituição social mais importante é a família, pois a forma institucional ou organizacional da família constitui uma parte importante da moralidade idealizada de uma sociedade. “Como tal, a família é um dos princípios definidores da cultura de cada sociedade e a família como instituição é muito resistente a mudanças” (MCDONALD, 2000b, p. 5, tradução nossa).

Igualmente olhando para o agregado familiar, Karen Mason (2001, p.160-161, tradução nossa) introduz o conceito de sistema familiar:

Um sistema familiar é um conjunto de crenças e normas, práticas comuns e sanções associadas através das quais são definidos o parentesco e os direitos e obrigações de determinados relacionamentos familiares. Os sistemas familiares geralmente definem o que significa estar relacionado por sangue, descendência e casamento; quem deve viver com quem em que etapas do curso da vida; os direitos e obrigações sociais, sexuais e econômicos de indivíduos que ocupam posições familiares diferentes em relação uns aos outros; e a divisão do trabalho entre indivíduos aparentados.

A autora argumenta que esse é um aspecto essencial ao se trabalhar com gênero, pois,

[...] como todos os sistemas familiares são organizados em torno do gênero, e porque todos os sistemas de gênero delineiam os papéis familiares e de parentesco de homens e mulheres, os dois sistemas estão interligados, mas não coincidentes na maioria das sociedades (MASON, 2001, p.161, tradução nossa).

A partir dessas considerações e, tendo em vista que os níveis de equidade de gênero nas instituições sociais se espelham nas dimensões individuais, McDonald (2000a) aponta a possibilidade de se estudar os papéis de gênero dentro da família com base na divisão de trabalho doméstico entre homens e mulheres. Nessa concepção, o conflito entre trabalho e família está relacionado a uma maior desigualdade de gênero, refletida em mais tempo médio gasto no trabalho doméstico não remunerado por mulheres em relação ao dos homens.

A presente dissertação parte da supracitada proposição de McDonald (2000a) e o diálogo entre os conceitos de sistema de gênero e sistema familiar de Mason (1997, 2001) para investigar as possibilidades de diálogo entre estes e as teorias de migração, focando-se especialmente na dimensão dos papéis domésticos e familiares de gênero.

2.2. Conceituando o Fenômeno Migratório

Inicialmente, é fundamental expormos o conceito de migração compreendido aqui. Considera-se coesa a definição básica da Organização das Nações Unidas (1972), que dispõe da migração como a mudança de residência habitual de uma unidade administrativa para outra. Essa mudança normalmente implica também na troca do local de interação social e de atividades relacionadas a área de residência, como a escola a ser frequentada pelos filhos, os locais em que a população usufrui de serviços, faz compras, etc. (BILSBORROW, 2016). Alguns autores apontaram que existem movimentos entre unidades administrativas que são realizados pelo deslocamento da residência somente por alguns poucos metros, de forma que

não há troca do local de interação social (SIEGEL; SWANSON, 2004). Por esse motivo, nos atentaremos à definição de migração segundo áreas administrativas.

Tais movimentos migratórios também podem ser de diversos tipos e partirem de muitas motivações. Faz-se relevante diferenciar aqui a migração internacional, como aquela que implica a mudança de residência de um país para outro; e a migração interna, que ocorre dentro das fronteiras político-administrativas de um país.

A maioria dos estudos sobre migração que envolvem definições de gênero são concentrados na análise de fluxos de migração internacional, e são especialmente focados em quantificar a participação feminina nesses fluxos (GIORGULI; ANGOA, 2016). Ainda que a presente dissertação tenha como foco as migrações internas, também serão abordados aqui estudos centrados na migração internacional, considerados relevantes na compreensão do fenômeno interno, pois tais movimentos possuem pontos em comum que podem ser úteis analiticamente.

Conforme salienta Brito (2016), muitas vezes a literatura sobre migrações internas não é suficientemente esclarecedora sobre as diferenças entre os tipos e padrões dos fluxos migratórios, porque o próprio conceito de migração é muito abrangente. Dessa forma, existem inúmeras alternativas possíveis de fluxos migratórios quando consideramos apenas as dimensões do tempo de residência, do espaço onde ocorre o deslocamento populacional e as suas etapas. Nesse sentido, “parece inevitável que se recorra à classificação dos diferentes tipos de fluxos, até mesmo para tornar mais preciso e operacional o conceito de migração, dentro da sua extensa latitude” (BRITO, 2016, p.1). Esta dissertação se foca nos fluxos migratórios de longa (inter-regionais) e média distância (intrarregionais) em território brasileiro, a partir da observação das macrorregiões do país.

Observar a configuração das migrações no Brasil é avaliar a dinâmica das grandes cidades e regiões, pois, a dimensão territorial do processo de reestruturação produtiva é marcada pelas migrações interestaduais de longa distância, sendo as migrações intrarregionais, intra-metropolitanas e intra-estaduais expressões locais dos processos sociais que podem ou não ter elementos de nível global (CUNHA, 2005). Rosana Baeninger (2012, p.71) analisa que em meio à história das migrações internas no Brasil, “as migrações de longa distância redesenham seus trajetos e seus significados; de outro lado, as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas”. Nesse sentido, entende-se que os fluxos migratórios intra e inter-regionais podem refletir importantes marcos sociais e culturais do contexto brasileiro.

Apesar de a mobilidade populacional ser presente em toda a história do país, a literatura aponta três grandes fluxos migratórios ocorridos no território brasileiro. O primeiro, de 1888 a 1930, surge com a Abolição da Escravatura em 1888 e o período de constituição do mercado de trabalho livre, no qual houve carência de mão-de-obra. Nesse período, a imigração estrangeira foi motivada para suprir esta lacuna e também para povoar áreas desabitadas. Alemães e italianos foram os principais imigrantes a chegar no país, sendo que a maioria dos italianos foram direcionadas para as plantações de café na região Sudeste e, alemães e italianos, entre outros povos europeus, povoaram a região Sul, principalmente os espaços rurais dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (MUNIZ, 2002).

O segundo movimento migratório, de 1930 a 1980, foi caracterizado pelo processo de industrialização e pela ocupação da fronteira agrícola, sendo também dominado pela modernização e proletarianização da população rural, o que provocou uma onda de migração para as cidades – o período da urbanização (VAINER; BRITO, 2001). A região Nordeste foi aquela que mais expulsou contingentes populacionais, seguida pela região Sul. Entre as causas desses fluxos, estão tanto fatores de expulsão – a desigualdade de renda, a seca e a concentração fundiária –, quanto fatores de atração relacionados à demanda de mão de obra em função da industrialização entre os anos 60 e 80. No caso da região Sul, o fator motivador foi a abertura de novas fronteiras agrícolas (GHUZI, 2012).

O terceiro período compreende a década de 80 em diante. É caracterizado pela queda do crescimento econômico, saturação da capacidade de absorção do mercado de trabalho, pelo processo de circulação generalizada da população migrante, pela seletividade, marginalização e exclusão no mercado de trabalho, e introdução da migração internacional. Uma série de crises sociais e econômicas fez com que o número de migrantes interestaduais diminuísse gradativamente a partir de 1980 (MUNIZ, 2002).

De 1990 em diante, manteve-se a gradual redução dos fluxos migratórios em direção aos grandes centros urbanos. Predomina a mobilidade urbano-urbana, principalmente como decorrência da redução do estoque da população rural que foi responsável pela maior parte dos fluxos ocorridos nas décadas anteriores. Outra tendência observada nesse período se refere a migração de retorno, especialmente para os considerados grandes reservatórios de força de trabalho, como Minas Gerais e o Nordeste, de modo geral (MUNIZ, 2002).

Diversos fatores fizeram com que a migração rural-urbana diminuísse no Brasil nas últimas décadas. São fatores de expulsão a violência generalizada dos centros urbanos, desemprego, dificuldade de acesso aos serviços básicos e moradia. Adicionalmente, há uma crescente exigência de requisitos educacionais e de habilidades adicionais para ser considerado

para grandes oportunidades na maioria dos centros urbanos (onde a taxa de escolaridade tem crescido bastante). Percebe-se que a migração já não representa mais uma mobilidade social, mas sim uma questão de sobrevivência, sobretudo para migração de curto prazo, ou seja, de duração inferior a cinco anos (GHUZI, 2012).

De toda forma, Brito (2009) observa que a migração ainda é uma tradição cultural brasileira, pois a mobilidade no espaço geográfico é vista como equivalente à uma movimentação no espaço social. Essa ascensão social costumeiramente é organizada a partir do grupo de relações sociais primárias do futuro migrante, como família, parentes, vizinhança e amigos. Apesar de esse foco nas redes sociais abrir margem para diversos estudos acerca das relações de gênero e seus impactos no processo migratório, especialmente em nível micro, a literatura sobre mobilidade interna no Brasil não fez grandes avanços na consideração do conceito de gênero como identidade socialmente construída. Apenas recentemente, alguns estudos empíricos têm buscado avaliar essas relações para alguns dos fluxos internos mais tradicionais e/ou significativos. Tais estudos serão abordados no item 2.3.7 desta dissertação.

2.3. Migrações e Relações de Gênero

O objetivo dessa seção é fornecer uma perspectiva sintética sobre a forma como a questão de gênero tem sido abordada nas teorias de migração mais prevalentes na literatura. A proposta aqui não é fornecer um aprofundamento dessa discussão na ótica de cada abordagem teórica, e sim apontar os principais aspectos que têm sido considerados ou negligenciados ao se tratar gênero como um fator de seletividade migratória, ou de sua associação como motivador ou consequência dos processos migratórios. Nesse sentido, a literatura sobre migração, e sua avaliação quanto à dimensão de gênero, será organizada em seções contendo as seguintes perspectivas: estudos pioneiros (ou estudos clássicos), abordagens de equilíbrio, histórico-estruturalistas, transicionais e pluralistas. A discussão procura delinear como estas teorias consideram a unidade familiar em meio ao processo migratório e expõe alguns aspectos sobre a perspectiva do curso de vida, a fim de depreender de que forma essa abordagem pode nos auxiliar na compreensão dos diferenciais de gênero em mobilidade.

2.3.1. Estudos pioneiros

O geógrafo Ernest George Ravenstein (1885), com base em dados agregados da população (em estoque) dos Censos britânicos de 1871 e 1881, propôs a existência de “leis” que regem os processos migratórios. Tais leis, em última instância, determinariam fatores de seletividade migratória, relacionados, por exemplo, ao sexo, idade e distância a ser percorrida. Ravenstein argumentou, em sua sétima lei, que a maioria dos migrantes eram mulheres. Ele chegou à essa conclusão mostrando até que ponto as mulheres superavam os homens nos movimentos de curta distância, que constituíam a grande maioria de toda a mobilidade geográfica na Grã-Bretanha do século XIX.

Como muitos analistas depois dele, no entanto, Ravenstein (1885) argumentou que os movimentos internacionais e de longa distância eram claramente dominados pelos homens. Embora os dados empíricos fossem limitados, as descobertas de Ravenstein sobre a predominância de homens na migração internacional foram influentes e reafirmadas em diferentes contextos no século XX. Apesar dos estudos que alertaram contra a aceitação universal das leis de Ravenstein, de forma geral, essas afirmações contribuíram para a visão de que migrações equilibradas por sexo seria algo sem precedentes (DONATO, 2011).

Nessa perspectiva, as mulheres se mantiveram ausentes em grande parte das pesquisas e estudos de migração durante o século XX. Apenas recentemente, algumas historiadoras ao reavaliarem os processos de migração durante o século XIX e início do século XX, qualificaram como errônea a suposição de que o ator migrante era basicamente um homem jovem. Moch (1992 apud LUTZ, 2008), por exemplo, mostrou que quase metade dos migrantes irlandeses e judeus que foram para os Estados Unidos entre 1820 e 1928 eram do sexo feminino e que esse número, entre imigrantes alemães, suecos, ingleses e escoceses, era de 40% - um fato que deveria ter sido considerado uma divergência da lei de Ravenstein sobre a inclinação da migração das mulheres em curtas distâncias.

Uma das primeiras teorias sobre migração desde o início do século XX, “*The Polish Peasant in Europe and America*” (1918-1920), de Thomas e Znaniecki, descreve a vida dos imigrantes poloneses em Chicago. Neste estudo, os autores se concentraram principalmente na vida de trabalhadores industriais e camponeses poloneses masculinos, baseando seu diagnóstico na análise de cerca de 10.000 cartas pessoais e em algumas autobiografias que refletem a relação entre migrantes do sexo masculino e seus familiares deixados na Polônia. Thomas e Znaniecki são reconhecidos por sua abordagem inovadora na interpretação reconstrutiva da subjetividade

nos processos sociais, trazendo as perspectivas dos atores, suas biografias, trajetórias e experiências pessoais, especialmente no tocante à assimilação (LUTZ, 2008).

Em contraste à descrição da situação dos homens, os autores qualificam as consequências da migração para as mulheres polonesas como totalmente devastadoras. Segundo eles, as mulheres e, em particular, as meninas da segunda geração, sofriam com o estrito controle social de sua comunidade, sendo aprisionadas em seus papéis tradicionais de esposa e filha obedientes, e desenvolvendo doenças e depressão. Todavia, os dados empíricos coletados sobre essas mulheres migrantes diferem daqueles usados para a pesquisa sobre migrantes do sexo masculino: em vez de documentos pessoais como cartas e biografias, eles examinaram registros de instituições de assistência social e trechos de documentos institucionais, todos tratando de casos problemáticos ou digressivos de mulheres e meninas que se tornaram visíveis ou procuraram ajuda em situações familiares delicadas (LUTZ, 2008). Helma Lutz (2008) avalia que o uso desses dados pode ter contribuído para um retrato tendencioso e desequilibrado sobre homens e mulheres em migração.

Ainda segundo autora, o estudo de Thomas e Znaniecki serviu por muito tempo como ilustração de um modelo binário dos processos migratórios nos quais as mulheres - frequentemente agrupadas em uma categoria com crianças, as "mulheres e crianças" – foram definidas como passivas seguidoras de atores migrantes do sexo masculino no período de reagrupamento familiar. Como Everett Lee (1966, p.51, tradução nossa) explanou em seu clássico *"A Theory of Migration"*: "[...] as crianças são levadas pelos pais, queiram ou não, e as esposas acompanham seus maridos, embora isso as afaste dos ambientes que amam".

Conclui-se, assim, que as abordagens teóricas clássicas do fenômeno da migração não avançaram significativamente nos estudos da relação entre mobilidade e gênero. Para tais abordagens, o movimento populacional é conceituado como um fenômeno de busca pela maximização do retorno de seu trabalho individual através da comparação entre os ganhos potenciais ao longo da vida disponíveis via migração com aqueles em seu local de origem. Os modelos econômicos, portanto, destacam notadamente os volumes, padrões e contrastes na migração de homens e mulheres.

Nesse sentido, os estudiosos dessas abordagens eliminam as diferenças de gênero ao assumir que as motivações econômicas (salários mais altos nos destinos) são igualmente importantes para ambos os sexos. Além disso, a definição restritiva de trabalho adotada nesses modelos (esfera pública, trabalho produtivo remunerado) marginalizou algumas motivações das mulheres para a migração, uma vez que muitas de suas atividades domésticas são subvalorizadas e/ou invisíveis. Outra deficiência desses modelos é que eles prestam pouca

atenção à dinâmica intra-domiciliar que molda, ou mesmo determina diretamente as decisões individuais (LAWSON, 1998), especialmente entre mulheres.

2.3.2. Abordagens de Equilíbrio

As abordagens de equilíbrio partem da inferência central de um sistema social interligado sempre em direção a um equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho, no qual a migração é uma resposta às diferenças geográficas, nessa conjuntura. Assim, os indivíduos ou se deslocam devido a um cálculo racional de custos e benefícios, quando o deslocamento resulta em maximização dos rendimentos (CASTLES; MILLER, 1993). Nesse contexto, a migração pode ser empreendida como um investimento em capital humano, isto é, um esforço individual em educação e qualificação profissional a partir da migração que são entendidos como um investimento que trará retornos econômicos futuros (BECKER, 1962; MINCER, 1974).

Naturalmente, esse investimento em capital humano tem custos para o indivíduo. Por conta disso, Mincer (1974) leciona que os jovens serão os principais investidores, já que provavelmente terão mais tempo para usufruir dos retornos desse esforço. De forma geral, essa abordagem estabelece que é a taxa de retorno que influencia na decisão do investimento. Nesse sentido, homens e mulheres tem padrões diferenciados de investimento, pois, mesmo que possuam capital humano semelhante e trabalhem pelo mesmo número de horas, seus retornos podem ser diferentes. Becker (1985) analisa que esse diferencial se deve principalmente ao fato de as mulheres usualmente terem que dedicar mais horas aos serviços domésticos e cuidado dos filhos que os homens. Assim, mesmo trabalhando igual número de horas, as mulheres podem ser menos produtivas por não terem tanto tempo de lazer e descanso quanto os homens, os quais teriam o trabalho como única atividade.

Apesar de não considerar explicitamente diferenciais de gênero, Sjaastad (1962), ao utilizar a teoria do capital humano para analisar a migração como método de alocação eficiente dos recursos, observou que os indivíduos não se diferenciavam apenas pela forma de investimento em seu capital humano, mas em como esse capital humano é remunerado – o que é afetado por características como tipo de ocupação, idade e sexo.

Um avanço mais explícito quanto ao estudo de mobilidade populacional e relações de gênero é o modelo desenvolvido por Thadani e Todaro (1984) para explicar a migração das mulheres nos países em desenvolvimento, especificamente a migração do rural para o urbano. Segundo os autores, os diferenciais de sexo observados nesses movimentos migratórios estão

relacionados ao gênero e seus impactos sociais, como restrições à migração feminina autônoma.

Para os autores,

Embora o significado dessas diferenças relacionadas ao gênero seja uma medida para a verificação empírica, as diferenças entre homens e mulheres na migração são claramente evidentes. Se, por exemplo, o objetivo da migração é, como geralmente se supõe, a melhoria do status econômico e social de uma pessoa por meio de educação e trabalho, então a divergência entre as estratégias de realização masculina e feminina é imediatamente aparente. Enquanto a educação e o emprego são geralmente a única via de melhoria econômica e mobilidade de status para os homens, o casamento com um homem em mobilidade ascendente é uma abordagem alternativa para as mulheres (THADANI; TODARO, 1984, p.36-37, tradução nossa).

É importante perceber que os autores analisaram os diferenciais entre a migração de homens e mulheres a partir dos meios pelos quais esses indivíduos podem ascender socialmente. Assim, eles concluem que enquanto os homens são incentivados a se qualificar e buscar melhores empregos, as mulheres são incentivadas a se casar, pois dessa forma, também poderiam obter ascensão social.

Com isso, Thadani e Todaro (1984) fizeram considerações que influenciaram vários estudos posteriores que passaram a considerar as migrações femininas como sinônimo de migrações domiciliares ou de reunificação familiar. Os autores argumentaram que a migração de mulheres é principalmente uma migração familiar ou conjugal e que, portanto, reflete a migração masculina. Além disso, quando a migração é uma resposta aos diferenciais de oportunidade entre o rural e o urbano, dificilmente a migração das mulheres difere significativamente da migração masculina. Assim, os diferenciais de oportunidade entre o rural e o urbano para os homens podem ser estendidos para as mulheres. Isto porquê as mulheres também podem alcançar melhores perspectivas econômicas através do casamento, além da migração.

Thadani e Todaro (1984) consideram ainda a migração das mulheres como sendo determinada por fatores econômicos e por forças sociais, conjuntamente. Admite-se que esse modelo, no entanto, representa um avanço nos estudos de migração e gênero por observar que os fatores econômicos não são suficientes para explicar a migração das mulheres e que estas estão sujeitas às mudanças nos seus papéis sociais e econômicos, que são altamente variáveis conforme o contexto em que se inserem. Sob a ótica dos sistemas de gênero, é possível considerar que tais perspectivas observam apenas a dimensão da estratificação de gênero em meio à migração feminina.

É importante ressaltar, contudo, que as abordagens de equilíbrio ocupam-se das dimensões micro e macroeconômicas. Foi considerada nesta revisão apenas a discussão micro, uma vez que nesta perspectiva, pode-se observar maiores alusões as inter-relações entre migração e gênero.

2.3.3. Abordagens Histórico-estruturalistas

Em contraste às abordagens de equilíbrio, as teorias histórico-estruturalistas que surgem entre as décadas de 1970 e 1980 observam as migrações como parte de um processo nacional ou global de transformações estruturais que ocorre durante o desenvolvimento econômico (LOPES, 1973). Desta forma, os fluxos seriam historicamente condicionados pelas desigualdades regionais, concentração do capital, poder, recursos e pessoas qualificadas (WOOD, 1982; HUGO, 1993; DE HAAS, 2010).

Nesse contexto, a história do desenvolvimento capitalista de uma nação pode ser entendida através da observação dos movimentos geográficos da população, pois esta reflete a forma de mobilização de mão de obra e, conseqüentemente, os movimentos interligados aos processos de transformação das atividades econômicas que se localizam de forma desigual no espaço (BALÁN, 1973). Sobre essa ótica, a migração é abordada em estreito relacionamento com os processos de industrialização, capitalismo, desenvolvimento regional e mercado de trabalho das localidades (SINGER, 1975).

Buscando analisar o papel da urbanização no processo de desenvolvimento capitalista de países que iniciaram sua industrialização mais tardiamente à luz da experiência de São Paulo, Singer (1985) argumenta que as “leis da migração” de Ravenstein, não podem ser aplicadas a todos os casos de mobilidade, mas aplicam-se razoavelmente às migrações rurais-urbanas em vários desses países – como é o caso brasileiro. Isto porquê, uma vez que as migrações internas são, em um primeiro momento, um mecanismo de rearranjo espacial das atividades econômicas, no qual o processo de industrialização implica em transferência de serviços e pessoas do campo para a cidade, tal mudança tende a gerar alguns desequilíbrios por acontecerem de forma mais vantajosa para algumas regiões e países. E essas desigualdades regionais, por sua vez, podem ser vistas como o principal motor das migrações internas (SINGER, 1985).

Nessa perspectiva, existem duas ordens de fatores de expulsão que levam à migração: os fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nessas áreas, e os fatores de estagnação, que se manifestam sobre a forma de uma crescente pressão

populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas pela insuficiência física de terra aproveitável ou pela monopolização de grande parte dela pelos grandes proprietários. A utilidade desses conceitos, segundo o autor, é que os fatores de mudança e de estagnação mostram que os efeitos propulsores tendem efetivamente a criar novos pólos de expansão que acarretam em uma intensificação da migração do campo para a cidade, enquanto que os efeitos regressivos, ao limitar a expansão da demanda por mão-de-obra, dão lugar também às migrações, mas de outros tipos e por outras razões (SINGER, 1985).

Nesse sentido, o Singer (1985) coloca que os fatores de expulsão definem as áreas de onde saem os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação desses fluxos e as áreas aos quais se destinam. Assim, Singer (1985) admite que entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, mas coloca que há uma série de obstáculos que se interpõem entre o migrante e essas oportunidades econômicas de remuneração mais elevada nas cidades industriais, tais como qualificações necessárias e exigência de certa bagagem cultural. Acerca dessa questão, a tendência é que as pessoas precisem passar por um processo de aculturação no meio urbano. Contudo, a economia capitalista não dispõe de mecanismos que assegurem a proporcionalidade entre o número de pessoas aptas para o trabalho que os fluxos migratórios trazem à cidade, e o número de lugares novos criados pelas novas atividades implantadas no meio urbano. Por esse motivo, o autor argumenta que a teoria do equilíbrio do mercado de trabalho, muito em voga na teoria econômica convencional, não pode ser aplicada, especialmente no caso dos países em desenvolvimento, onde essa população comumente é marginalizada (SINGER, 1985).

A partir dessas considerações, o autor desenvolve algumas linhas teóricas sobre a questão das migrações que leva em conta aspectos que ele afirma serem relevantes dada sua discussão, como seu caráter histórico e seus condicionantes de classe. A primeira linha desenvolve um pensamento acerca das causas e motivos das migrações, considerando que é mais provável que a migração seja um processo social, cuja a unidade atuante não é o indivíduo, mas o grupo. Dessa forma, deve-se supor que esse processo social tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Essas causas são majoritariamente de fundo econômico e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de modo diferenciado. No entanto, convém sempre distinguir os motivos individuais da migração das causas estruturais da migração (SINGER, 1985).

A segunda vertente colocada pelo autor é o estudo da migração como processo social, que analisa a mobilidade como determinada por fatores estruturais e seus desdobramentos no tempo e espaço. Nesse sentido, o fluxo migratório é considerado como um todo que explica,

mas não é explicado pelos movimentos que o compõem. A área de origem de um fluxo é aquela onde se deram transformações socioeconômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrar (SINGER, 1985).

Acerca de algumas consequências da migração apontadas por Singer (1985), destaca-se a não-integração na economia capitalista e a não participação em organizações sociais e no usufruto de certos serviços urbanos: a marginalização. Segundo o autor, essa questão se dá devido ao capitalismo industrial que possui reserva de força de trabalho que somente são utilizadas nos momentos em que a economia se expande. Uma hipótese provável que o autor coloca quanto a esse fenômeno é a expansão dos mecanismos de transferência do excedente da força de trabalho que se manifesta em terceirização nas cidades industriais de países menos desenvolvidos (SINGER, 1985).

Acerca dessas proposições de Singer, faz-se necessária uma análise mais profunda desses processos históricos, especialmente na América Latina, onde a expansão do capitalismo industrial se deu em momentos e formas desiguais e sob influências diversas. Contudo, considera-se que os apontamentos de Singer (1985) podem ser de grande utilidade ao se analisar o contexto brasileiro, como é o caso da presente dissertação.

Apesar da existência de estudos que apontam os diferenciais entre homens e mulheres na divisão do trabalho em meio a todo esse processo de industrialização, especialmente de migrantes, de forma geral, os pesquisadores da abordagem histórico-estrutural minimizam ou desconsideraram as questões de gênero. Hugo (1993) aponta para o paralelo que poderia ser determinado entre essa visão teórica e gênero: “Se a migração é uma forma de exploração da periferia pelo centro, em um ambiente dominado pelo homem, as mulheres migrantes são mais prováveis de serem exploradas do que os homens migrantes” (HUGO, 1993, p. 61, tradução nossa).

Lim (1993) fez provavelmente, uma das maiores contribuições para os estudos sobre migração e gênero dentro da perspectiva histórico-estruturalista. O autor elencou os determinantes estruturais da migração feminina na Ásia entre as décadas de 1960 e 1980, e concluiu que tais fatores estruturais são essenciais para explicar a seletividade migratória por sexo, uma vez que refletem às desigualdades de gênero, na origem e no destino, que afetam a migração feminina. O autor enumera três formas diferentes em que as forças estruturais interferem nas características objetivas dos lugares e nos motivos e potencialidades da migração feminina. A primeira é advinda das forças estruturais relacionadas às políticas governamentais, que podem restringir ou aumentar as oportunidades encontradas em diferentes locais, como é o caso das políticas gerais de desenvolvimento. A segunda forma se caracteriza pelas forças

estruturais relacionadas ao sistema político, a disposições jurídicas ou estruturas institucionais, pois esses quesitos estão diretamente ligados aos direitos femininos e acesso à propriedades, bens, recursos, educação e até mesmo à possibilidade de migrar. A terceira forma seria decorrente do sistema sociocultural e está relacionada às normas e valores da comunidade. Como o gênero é construído socialmente, os valores, normas e as expectativas definidas socioculturalmente podem incentivar ou desincentivar a migração (LIM, 1993).

De modo geral, Lim (1993) constatou que, quanto mais patriarcal a sociedade, maiores são os limites impostos sobre as mulheres, inclusive sobre seu deslocamento. Sociedades mais patriarcais são marcadas por uma clara divisão sexual do trabalho, na qual os homens são responsáveis pelo sustento econômico, e as mulheres pelo cuidado doméstico e dos filhos. Nesse contexto, a migração autônoma das mulheres tende a ser constrangida. Porém, o autor verificou que essas restrições também aumentam o desejo das mulheres de fugirem da situação de subordinação aos homens, induzindo a migração (LIM, 1993). Com isso, pode-se considerar que Lim aproxima sua análise da perspectiva de sistemas de gênero ao considerar as forças estruturais e os papéis de gênero.

A teoria do mercado de trabalho dual também avançou na aproximação entre relações de gênero e migração, ao destacar o papel da divisão do mercado entre os segmentos primário e secundário e pela divisão do trabalho entre os indivíduos baseando em sexo, raça, grau de instrução e entre migrantes e nativos (PIORE, 1979). Dessa forma, o segmento primário – onde estão alocados principalmente os indivíduos mais qualificados, os homens, os brancos e os nativos, mas também migrantes altamente qualificados – é caracterizado por maior estabilidade econômica, com maior proteção para os trabalhadores e com maiores salários. O segmento secundário atenderia a demanda mais volátil da economia, com trabalhos mais precários e salários menores, no qual se concentrariam os não brancos, as mulheres, os jovens e os migrantes menos qualificados ou irregulares (PIORE, 1979).

Piore (1979) faz uma análise de gênero ao demonstrar que, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, deu-se uma redução da demanda por mão-de-obra migrante, pois as mulheres exerciam atividades secundárias, inicialmente. Com o passar do tempo e a maior qualificação das mulheres, estas passaram a ter maior presença no mercado de trabalho formal e a integrarem o segmento primário, de forma que a demanda por migrantes pouco qualificados para assumirem os trabalhos no segmento secundário aumentou. Sobre essa perspectiva, no entanto, é importante observarmos ainda os impactos dos papéis de gênero na sociedade e no domicílio, pois estes podem estar diretamente relacionados a menor presença feminina no

mercado de trabalho, ou ainda, a sua maior presença no mercado informal devido à maior dedicação a outros trabalhos não remunerados.

2.3.4. Abordagens Transicionais

De modo geral, as teorias transicionais também não trazem muitas considerações específicas à questão da migração e suas relações de gênero. Contudo, tais perspectivas também indicaram que a mobilidade é melhor analisada em contextos mais amplos e trouxeram para este debate o impacto dos processos de transição demográfica e de desenvolvimento econômico da sociedade que, por sua vez, são fundamentais na definição e qualificação dos sistemas de gênero.

Segundo tais abordagens, a mobilidade é conectada ao processo de modernização, caracterizado por sociedades mais urbanizadas e de economia industrializada. Aliado a esse processo, também se destaca a associação da transição demográfica com a mobilidade populacional. Nesse contexto, o processo de modernização foi possível devido à mudança de uma situação de grande limitação na mobilidade física e social dos indivíduos para uma situação de alta mobilidade (SKELDON, 2012; ZELINSKY, 1971).

Zelinsky (1971) destacou brevemente que o aumento da mobilidade individual estaria associado à redução das barreiras socioeconômicas e comportamentais, incluindo a redução da desigualdade de gênero, classe e raça. Sobre essa perspectiva, Skeldon (2012) argumentou acerca da importância da inclusão da transição da mobilidade no contexto da transição demográfica de Zelinsky, e ressaltou que o poder explicativo dos modelos de transição pode ser aumentado quando interligado a outros processos, como os econômicos, sociais e políticos. Isso porquê, segundo o autor, o conceito de transição da mobilidade de Zelinsky foi engendrado de forma descritiva e intuitiva a partir de uma perspectiva macro, com poucos dados e fundamentado apenas na experiência da Europa Ocidental e da América do Norte (SKELDON, 2012).

Nesse sentido, o autor também faz uma breve consideração sobre a evolução das relações de gênero e sua relação com a transição demográfica, já muito considerada na literatura específica dada a sua relevância no processo de queda da fecundidade:

Nas sociedades pré-modernas, os papéis econômicos e sociais são prescritos por gênero, mas essas diferenças são corroídas nas sociedades modernas, à medida que mulheres e homens competem e assumem os mesmos tipos de papéis, de soldados

da linha de frente a padres. A maior mudança ocorreu nos últimos 50 anos, nas partes mais desenvolvidas do mundo, quando o deslocamento da agricultura em direção à indústria pesada, para economias dominadas por serviços e poder intelectual, permitiram que as mulheres competissem em pé de igualdade (SKELDON, 2012, p. 162, tradução nossa).

Apesar de o autor não se debruçar mais especificamente sobre a questão dos papéis de gênero, suas reflexões demonstram a importância de se considerar os estudos em mobilidade dentro de contextos mais amplos, pois a fase da transição demográfica e de desenvolvimento econômico da sociedade possivelmente afetam as oportunidades de migração das mulheres, especialmente.

2.3.5. Abordagens Pluralistas, Gênero e família

Com os avanços dos estudos em mobilidade e a maior disponibilidade de dados, além de um contexto de desenvolvimento das sociedades mais complexo e diverso, as abordagens da migração tornaram-se muito mais plurais, de modo que novas questões passaram a ser consideradas. Assim, os pesquisadores aqui considerados “pluralistas” passaram a conceber a mobilidade populacional de forma mais ampla, trazendo perspectivas quanto à diversificação de estratégias e de riscos em meio ao processo migratório.

A Nova Economia da Migração Laboral (NELM) é umas das abordagens que conceitua a migração como uma estratégia familiar coletiva para superar as falhas do mercado e distribuir os riscos de renda, em vez de uma mera resposta dos indivíduos que buscam maximizar a renda, dados os diferenciais salariais esperados (STARK, 1991; STARK; BLOOM, 1985; TAYLOR, 1999). A NELM também argumenta que a desigualdade de renda e a privação relativa nas sociedades de envio são os principais motores da migração, além de introduzir a questão das remessas como estratégia de subsistência familiar (DE HAAS, 2011).

A abordagem do processo migratório focada no domicílio ou outra unidade de produção e consumo culturalmente definida para além do indivíduo, amplia consideravelmente a perspectiva científica social de análise da migração, pois dá poder de agência a grupos sociais em meio à superação de restrições estruturais (DE HAAS, 2011). Dessa forma, tais abordagens abrem espaço para a incorporação de características estruturais dos fatores de riscos, custos e benefícios no nível da família, comunidade e sociedade. Considera-se que a possibilidade de capturar esses fatores estruturais, especialmente em meio à dinâmica familiar, contribuiu para a evolução dos estudos acerca da migração feminina e mobilidade de gênero.

Em um dos livros mais influentes do campo de estudos das migrações, Castles e Miller (1993) declararam a “feminização da migração” uma das características da “Era da Migração”. Essa declaração foi baseada em evidências empíricas de que, nos processos de internacionalização, as migrações femininas em escala mundial superaram as masculinas. Embora isso se deva em parte ao fato de a maioria dos refugiados e pessoas deslocadas serem do sexo feminino, o número de migrações voluntárias e transnacionais de migrantes solteiras (e mães) também aumentou.

Geralmente, o conceito de “feminização das migrações” refere-se à comparação da participação de homens e mulheres nos fluxos ou estoques e como ela mudou com o tempo (DONATO et al., 2011). No entanto, alguns estudiosos entendem esse conceito por uma perspectiva explicitamente de gênero: como o aumento no número de mulheres que, contrariamente às percepções tradicionais sobre a migração feminina, não se movem após uma migração anterior de um marido ou pai, nem sob a lógica do reagrupamento familiar. Nessa outra perspectiva, a feminização da migração aponta para a diversificação dos motivos da mudança, implicando que há um aumento no número de movimentos autônomos e reconhecendo a incorporação das mulheres no mercado de trabalho global e seu papel como migrantes trabalhistas (YINGER, 2006 apud LUTZ, 2008).

À título de exemplo, Giorguli e Angola (2016) demonstraram que o número de migrantes - homens e mulheres – quase triplicou nos últimos 70 anos e que, durante esse período, o percentual de mulheres aumentou para 48,1%, o que implica que o número de mulheres no estoque de migração em todo o mundo aumentou um pouco mais rápido que o número de homens. Observam, nesse sentido, que tal diferenciação merece ser analisada por uma perspectiva de gênero.

Ao adotar esse foco, as autoras percebem diferenças regionais interessantes. Por exemplo, as mulheres representam mais da metade da população nascida no exterior nas regiões mais desenvolvidas desde 1990, enquanto os dados de 2010 sugerem uma pequena redução na feminização dos estoques de migração nos países menos desenvolvidos. Em geral, os maiores ganhos são vistos nas regiões mais desenvolvidas, especialmente na América do Norte (GIORGULI; ANGOA, 2016).

As autoras identificam que podemos ver a feminização das migrações em destinos desenvolvidos, como Europa, América do Norte e Leste e Sudeste Asiático. A América Latina, que foi a primeira região de destino a alcançar a paridade entre os sexos nos estoques migratórios (nos anos 1990), mantém sua tendência a um aumento da feminização e mostra a maior proporção de mulheres na população nascida no exterior (52,1%). Por outro lado, outras

regiões em desenvolvimento têm uma redução na participação de mulheres no estoque entre 2000 e 2010, especialmente no norte da África e no oeste da Ásia. A Ásia Ocidental mostra um aumento importante no número de mulheres imigrantes até 2010, sendo o maior e mais rápido crescimento desses números entre 2000 e 2010 (GIORGULI; ANGOA, 2016).

Giorguli e Angola (2016) argumentam também que podemos encontrar contribuições diferentes sobre a participação das mulheres nos movimentos internacionais ao analisar os dados sob a perspectiva dos países de origem. Isto porquê a maior parte da discussão e análise sobre a feminização da migração é baseada em dados sobre a população nascida no exterior obtidos a partir de dados dos Censos dos países de destino. As autoras observaram que, apesar do aumento no número de mulheres que se mudam para outro país nas regiões em desenvolvimento, os homens são predominantes no estoque de emigrantes. Nesse sentido, a feminização da migração não aparece claramente da perspectiva dos países de origem e também existem grandes variações entre as diferentes regiões principais:

A Ásia Central é a região com maior participação de mulheres como imigrantes. A proporção permanece em torno de 57% nas duas décadas. Por outro lado, no norte da África e no sul da Ásia, a mesma proporção é inferior a 42%. O caso da Ásia Central não é surpreendente, pois a emigração responde em grande parte à demanda de mão de obra feminina em serviços e trabalho qualificado; é o caso do Sri Lanka, Filipinas e Indonésia, onde as porcentagens estavam acima de 65% no ano de 2000 (Oishi 2005). O Caribe, com uma migração mais qualificada que inclui médicos, enfermeiros e outros cuidadores e com um sistema familiar matrifocal (Massey et al. 2006), mostra também uma maior participação das mulheres no estoque da população que vive no exterior desde 1990. A proporção de mulheres entre os emigrantes permanece abaixo de 50% na América Latina. No entanto, outros estudos mostram que, se o México fosse excluído, a proporção sexual mostraria uma maior participação das mulheres (Donato et al. 2011). (GIORGULI; ANGOA, 2016, p.552, tradução nossa).

De forma geral, Giorguli e Angola (2016) concluíram que existem grandes variações regionais e por país na composição segundo sexo e tendências no estoque e fluxos migratórios em todo o mundo. A partir desse estudo, constataram que tanto a composição sexual no estoque e nos fluxos, quanto suas tendências sociais, refletem algumas características dos sistemas migratórios, incluindo aspectos dos países remetentes e receptores. Entre essas características estão as expectativas de gênero, o status da mulher e as normas patriarcais, o padrão da participação do trabalho feminino no recebimento e envio de comunidades, casamento e dinâmicas familiares, bem como as estruturas legais que favorecem ou impedem a mobilidade das mulheres nos países de origem e destino. Todavia, os dados disponíveis não permitem explorar se os movimentos femininos se tornaram mais autônomos ou menos vinculados aos movimentos anteriores de outros parentes. É interessante perceber, no entanto, que a análise

das autoras pode ser enquadrada na perspectiva dos sistemas de gênero, já que aponta para as questões de estratificação, bem como dos papéis de gênero, em relação à possibilidade ou restrição da mobilidade feminina.

É relevante analisarmos conjuntamente que essas características relacionadas à gênero também se cruzam com outras variáveis. Raghuram e Kofman (2015) avaliam que o gênero se relaciona especialmente com diferenciais de classe e raça, à medida que os novos imperativos que impulsionam as migrações globais estão alterando hierarquias sociais de maneiras complexas.

Por exemplo, desde o final da década de 1960, as políticas de imigração nos principais Estados de imigração passaram de políticas brutas racializadas, que excluíam a grande maioria dos migrantes do Terceiro Mundo, para uma incorporação mais seletiva de migrantes, especialmente os qualificados e instruídos. Nos estados europeus, até a interrupção da migração massiva de mão-de-obra em meados da década de 1970, os migrantes eram restritos a empregos menos qualificados, com exceção de um pequeno número de ex-colônias (britânicas, holandesas e francesas). Nesse caso, a metrópole atraiu estudantes de nível superior das colônias onde o sistema educacional foi modelado no sistema central (Madge et al. 2009). As qualificações coloniais metropolitanas e reconhecidas permitiram que colonos qualificados, de origem metropolitana e outros racializados, trabalhassem no país de origem (Raghuram 2009). Progressivamente, na década de 1990, o dismantelamento de políticas abertamente racistas, uma ênfase em migrantes qualificados e instruídos e mudanças geopolíticas, por exemplo, na China e Hong Kong, levaram a uma expansão maciça do número de migrantes da Ásia. Na Austrália, Canadá e EUA, os migrantes asiáticos constituem os maiores grupos (Castles e Miller 2009), de modo que o que significa ser um migrante chinês ou indiano nesses países está mudando (RAGHURAM; KOFMAN, 2015, p.7-8, tradução nossa).

Nesse sentido, os autores avaliam que os novos regimes de migração aumentaram o valor das habilidades e da educação, com os Estados fazendo distinções mais nítidas entre os qualificados que são bem-vindos, pelo menos temporariamente, e os menos qualificados, cujo movimento geralmente é muito mais restrito. De modo geral, ser qualificado abriu oportunidades de mobilidade, de modo que a migração passou a significar cada vez mais a posse de certo capital social e cultural na economia global. No entanto, a mobilidade, apesar de ser cobiçada como um recurso, por si só não garante a valorização, reconhecimento ou transferência de capital cultural. O protecionismo de associações profissionais e regulamentações governamentais podem desempenhar um papel importante na formação da participação da força de trabalho dos migrantes e em sua experiência (RAGHURAM; KOFMAN, 2015).

A classe continua sendo uma variável-chave ao longo da qual a migração está sendo estratificada. Entre a literatura sobre migrações e gênero, a importância das posições de classe

também aumentou, mas essas reflexões permanecem em um nível bastante geral e são enquadradas em debates sobre diferenciação social e desigualdades. Anthias (1998 apud RAGHURAM; KOFMAN, 2015) chamou a atenção para a necessidade de levar em conta a classe em nossa compreensão das diásporas e do transnacionalismo. O autor argumenta que o transnacionalismo, como estratégia, não está aberto a todos os atores, pois estes têm pontos de partida ou graus de autonomia sobre a natureza das transações transnacionais muito diferentes.

Dentro desse debate, alguns estudiosos se dedicam a processos através dos quais as mulheres alteram as posições de classe através da migração e a resultante “mobilidade de classe contraditória” que elas experimentam em meio ao deslocamento (PARREÑAS, 2015). O conceito de “mobilidade de classe contraditória” diz respeito as maneiras pelas quais os migrantes geralmente experimentam mobilidade descendente nos países de destino - embora os recursos econômicos e sociais gerados pela migração possam permitir que os migrantes mantenham e melhorem sua posição de classe em seu país de origem (PARREÑAS, 2015). Muitos estudos já mostraram a prevalência dessa lógica entre as mulheres instruídas que se deslocam para países que exigem recursos substanciais para a migração, mas têm demanda por trabalho menos qualificado e enfrentam barreiras à entrada em trabalhos mais qualificados (RAGHURAM; KOFMAN, 2015).

Em síntese, essas e outras desigualdades se cruzam e influenciam o processo de migração e a capacidade de melhora das condições de reprodução social e mobilidade social de migrantes. Além das desigualdades relacionadas à gênero, a literatura aponta que classe, raça, nacionalidade e o status de imigração também são importantes e, geralmente, estão inter-relacionadas. Aqui, retomamos também o apontamento de Mason (1984, 1986) acerca da complexidade dos sistemas de gênero, já que a estratificação de gênero, bem como os papéis de gênero, são multidimensionais e variam de acordo com classe social, esfera institucional e estágio da vida, bem como por outras características dos indivíduos ou do grupo. Dessa forma, nota-se que os estudos de gênero e migração devem se atentar a todos esses fatores associados que, muitas vezes, podem estar sobrepostos.

Uma das questões mais relevantes a serem consideradas dentre esses fatores associados ao gênero e ao processo de migração, é o escopo da família. Embora haja uma linha de estudos bem desenvolvida que vincule o movimento migratório à tomada de decisões e estratégias em nível familiar, há limitação de dados que tabulam a migração em relação à estrutura familiar. Nesse sentido, é difícil compreender as formas e a frequência com que os indivíduos se movem sozinhos e não simultaneamente com outros que fazem parte de uma família. A partir da década

de 1980, no entanto, iniciaram-se alguns esforços para melhor compreender o contexto familiar de migração (WHITE; JOHNSON, 2016).

É consenso que a migração familiar é dominada pelas mulheres. Isto é, aquelas que migram como parte das famílias, com seus pais ou maridos, ou como parte do reagrupamento familiar. Mas, cada vez mais, à medida que as mulheres se tornam migrantes independentes e se movem como chefes de família, elas também se tornam iniciadoras de processos de reagrupamento familiar que levam à migração de seus familiares (GHOST, 2009).

Pesquisadoras, especialmente sociólogas, descobriram o conflito e a tensão nas famílias migrantes emergentes das relações de poder de gênero. Sob essa ótica, as estudiosas revelaram as maneiras pelas quais o processo de migração (desde a decisão de migrar até o período de assentamento e adaptação à sociedade anfitriã) está intrinsecamente ligado às relações de gênero (NAWYN, 2010).

Esses estudos exibiram uma variedade de padrões de gênero e dinâmicas econômicas que levam à diferentes experiências de migração para mulheres em comparação aos homens. Indústrias inteiras passaram a contratar predominantemente mulheres imigrantes, mas essas mulheres ainda enfrentam muitas desvantagens em seu acesso às redes sociais que moldam seus custos e benefícios da migração. As oportunidades de emprego para mulheres imigrantes não são moldadas apenas pelas oportunidades no destino, mas principalmente pelas oportunidades na origem. Por exemplo, no caso da migração internacional, o acesso das mulheres à educação em seus países de origem afeta sua competitividade com os compatriotas que disputam vistos de imigração limitados (DONATO, 1992). Por outro lado, verificou-se que as normas culturais domésticas têm uma influência maior sobre a probabilidade de emprego de algumas mulheres imigrantes do que seu capital humano (NAWYN, 2010).

Ao observar a migração originária da Ásia, Oishi (2005) propõe o que chama de “abordagem integrativa”, a qual combina elementos estruturais (principalmente políticas estatais) com normas culturais e acesso das mulheres ao poder dentro de suas famílias para explicar os diferenciais nas taxas de mulheres na migração de países de status socioeconômicos semelhantes. Estudos incorporando análise do recrutamento de trabalhadores e cooperação entre empregadores e Estados para aumentar certos fluxos de trabalho ilustraram como a mudança nas relações de gênero nas famílias abriu novas oportunidades para as mulheres migrarem e contribuiu para novos fluxos de migração feminina. Estudos acerca das relações de gênero em famílias migrantes mostraram que os papéis de homens e mulheres não são estáticos, mas mudam de acordo com os contextos socioeconômicos variáveis dos países de envio e recebimento (NAWYN, 2010).

É notável que a “abordagem integrativa” de Oishi (2005) reflete os sistemas de gênero, bem como as relações destes com os sistemas familiares, já que parte dos papéis familiares para investigar como essa dinâmica familiar de gênero influencia na estratificação de gênero da sociedade e, assim, na migração de mulheres.

Castles e Miller (1993) também argumentaram que a decisão de migrar e as oportunidades que facilitam a migração são frequentemente alinhadas às relações domésticas de gênero e que o aumento das oportunidades econômicas para as mulheres migrantes contribuiu para a “feminização da migração”. Diversos autores acrescentam que essas oportunidades se refletem especialmente em mulheres buscando oportunidades de trabalho doméstico (MATTINGLY, 1999; HONDAGNEU-SOTELO, 2007; ROMERO, 2002), na área da saúde (DONATO & TYREE, 1986; TYNER, 2003; GEORGE, 2005; KINGMA, 2007; PARREÑAS, 2015) e trabalho sexual (MOROKVASIC, 1993; LUTZ, 1997). Mas as mulheres também podem ser atraídas para a migração por razões não econômicas, como fugir da violência de um parceiro (GAMBURD, 2000) ou de violência sistemática generalizada, como aquelas que criam grandes fluxos de refugiados (HYNDMAN, 1998; BOYD, 1999).

Enquanto os homens também migram para escapar da violência e da perseguição, as mulheres geralmente são mais vulneráveis a essas experiências, em parte porque elas ocupam posições subordinadas nos lares ou porque, como transmissoras da cultura étnica em suas famílias, são alvo por serem vistas como representantes de uma nação “inferior” (ENLOE, 2000; SILVERMAN et al. 2007; YUVAL-DAVIS, 1997). Os mercados internacionais de casamento também aumentaram a migração de mulheres. Muitas daquelas que migram como “noivas por correspondência” tem origem na América Latina, Europa Oriental e Sudeste Asiático (NAWYN, 2010).

As teorias de migração geralmente estipulam que, embora os fluxos de migração surjam primeiro de relações econômicas integradas entre Estados ou regiões ou de questões de violência e relações políticas/militares internacionais, são sustentados por redes sociais (MASSEY et al. 1993). A importância das redes sociais é cada vez mais retratada na literatura do campo de estudos de migração. Muitos neste campo veem as comunidades de origem e destino como vinculadas pela migração. Assim, uma rede relativamente densa com muitos laços transversais pode servir para reforçar as conexões entre origem e destino (WHITE; JOHNSON, 2016).

Dentro desse debate, desenvolveram-se especialmente as teorias de redes sociais de migração, focalizando essencialmente a migração internacional, e aquelas teorias que cunham a noção de que a migração é uma estratégia familiar.

Root e De Jong indicam várias considerações específicas da família que promovem ou retardam a migração. Isso inclui a pressão da família para migrar, a experiência anterior de migração de membros da família e os recursos da família. De fato, as considerações familiares, incluindo a pressão para migrar, provavelmente refletirão o cálculo da família em relação ao retorno do mercado de trabalho à migração versus a permanência de vários membros da família. A família é apenas o mais imediato, mais circunscrito e sem dúvida o mais intenso de um conjunto de redes que teoricamente poderiam - e empiricamente - influenciar a migração. Além dos membros imediatos da família co-residencial, as redes crescem para abranger parentes mais distantes e depois se expandem para abranger a comunidade mais ampla, o mercado de trabalho e outras redes que condicionam o comportamento do potencial migrante (WHITE; JOHNSON, 2016, p.72, tradução nossa).

White e Johnson (2016) lecionam que as redes e comunidades podem influenciar a migração de várias maneiras. Majoritariamente, as redes fornecem informações entre origem e destino. Essas informações podem ser sobre o local em si, como custos de moradia e despesas diárias e oportunidades de emprego. Como as informações reduzem a incerteza, talvez o custo da migração seja reduzido. Alguns estudiosos apontam ainda que essas informações também podem subsidiar os "custos psíquicos" da migração, diminuindo a apreensão que o potencial migrante poderia ter sobre se mudar para um novo local (WHITE; JOHNSON, 2016).

As redes também podem fornecer infraestrutura preliminar no destino. Isto é, a presença de amigos ou parentes no destino pode reduzir os custos dessa mobilidade para um potencial migrante. Eles podem fornecer moradia, sustento e informações mais detalhadas, por exemplo. Ademais, a comunidade é um terceiro fator que também pode influenciar a migração. As normas de uma comunidade podem mudar a propensão a migrar a partir de uma cultura de migração ou não, a depender das obrigações comportamentais que a comunidade de origem expõe. A associação à comunidade também condiciona o fluxo e a interpretação das informações relacionadas à migração, como questões de segurança, perspectivas de emprego, comodidade do ambiente de destino, etc. Embora a maioria dessas conexões de rede seja vista como uma redução dos custos de migração, tanto monetária quanto psíquica, elas também poderiam operar para restringir a migração por parte daqueles que, de outra forma, poderiam se mover. A pressão da família pode ser exercida para permanecer em casa ou nas proximidades. Curran e Rivero-Fuentes (2003 apud WHITE; JOHNSON, 2016) argumentam que as mulheres mexicanas encontram maior resistência familiar em relação à migração internacional, por exemplo.

Diversos autores também constataram que as expectativas normativas de gênero moldam os tipos de redes sociais às quais homens e mulheres têm acesso. Por exemplo, onde

se espera que as mulheres mantenham laços familiares próximos, elas têm maior acesso às redes sociais de parentesco do que os homens e, onde seus relacionamentos (reais ou percebidos) são rigorosamente proibidos, elas têm menos acesso a redes de não-parentes constituídas principalmente por homens (MENJIVAR, 1995; CURRAN & SAGUY, 2001; NAWYN, 2010).

Roberta Peres (2014) adiciona a este debate a importância de se considerar o conceito de “trajetórias migratórias” no diálogo entre os estudos de gênero, família e migrações. Isto porque é fundamental reconstruir os fluxos migratórios desde a sua origem, passando por todas as etapas intermediárias até o local de destino, conforme afirma a autora. Além de iluminar as especificidades do caminho percorrido pelos migrantes, a recomposição das trajetórias traz à tona as mudanças experimentadas por homens e mulheres ao longo de seus movimentos. Neste sentido, Peres (2014) considera que tal perspectiva contribui para o avanço teórico e metodológico dos estudos de migração, pois estas experiências, em conjunto à noção de ciclo de vida, podem auxiliar na reconstrução das experiências transnacionais, enquanto a perspectiva de gênero e dinâmica familiar constituem o pano de fundo de todo o processo social da migração (PERES, 2014).

Contudo, a maioria das pesquisas sobre gênero e migração se concentra no período após a migração, examinando os processos de gênero de integração e adaptação à sociedade anfitriã. Em particular, alguns estudos mais recentes chegaram a revelar a transformação das relações de gênero como resultado dos padrões específicos de migração e como a mudança nas relações econômicas molda as relações familiares (especificamente a família heterossexual). Devido às demandas trabalhistas específicas ao gênero, ocorre uma “migração em estágio familiar” na qual um parceiro (geralmente o marido) migra sem a cônjuge ou filhos. Quando as famílias são separadas por meio da migração, mulheres e homens frequentemente adotam novas práticas culturais que diminuem seu status e responsabilidades anteriores em suas famílias. Os maridos devem aprender a cozinhar e limpar, e as esposas desenvolvem mais autonomia durante a ausência de seus maridos (HONDAGNEU-SOTELO, 1992).

Nesse contexto, as normas culturais relativas às práticas de gênero são desafiadas. Embora vários estudiosos considerem essas normas duráveis, muitas famílias atualmente enfrentam dificuldades estruturais em mantê-las. Algumas pesquisas apontaram que as mulheres imigrantes consideram perturbadoras e até indesejáveis as mudanças que desafiam a autoridade patriarcal em suas famílias (GOLD, 1992; KIBRIA, 1993, 1994). A visão é que desafiar a autoridade patriarcal dos homens também desafia a autoridade das mulheres imigrantes como mães e pode piorar a situação das mulheres em casos de abuso conjugal (BUI,

2004; BUI; MORASH, 1999). Algumas mulheres imigrantes podem precisar deixar as crianças em seus locais de origem para procurar oportunidades de emprego em outras regiões. Tal prática pressiona o relacionamento da mãe com seus filhos, pois as longas distâncias desafiam as expectativas impostas às mães por elas mesmas, suas comunidades e seus próprios filhos. Como método para lidar com essa questão, as mulheres geralmente apresentam sua decisão de migrar como uma extensão de suas responsabilidades maternas, pois permitem fornecer remessas necessárias para o cuidado de seus filhos (NAWYN, 2010).

Esses casos ilustram o argumento de que o gênero é multidimensional e variável, segundo local, raça/cor, etnia, cultura, classe, dentre outras características individuais e familiares. Como visto, as relações de gênero impactam nas migrações como um todo, e questões vinculadas à família são fundamentais no cálculo de tomada de decisão em migrar, no momento, na forma, e em diversas outras questões envoltas no processo de migração. Atrelada a esses fatores está uma série de trajetórias dos indivíduos, melhor explicadas pelas abordagens contidas na perspectiva do curso de vida, descrita a seguir.

2.3.6. Abordagens do Curso de Vida

Pessar (1984) aponta que o ciclo de vida individual e familiar é fundamental nas trajetórias migratórias femininas, pois a migração não costuma ser um processo linear, de modo que questões relacionadas a recursos, bens e riscos são considerados de forma estratégica (PERES; BAENINGER, 2012). Peres e Baeninger (2012) observam que o casamento e o nascimento dos filhos são os fatores de maior impacto na migração em meio ao planejamento do ciclo de vida das mulheres e, conseqüentemente, em sua mobilidade. Chaves (2009, p.137) adiciona à essa reflexão a importância de se observar a mudança dos papéis femininos ao longo desse processo, pois, os diferentes estágios do ciclo de vida familiar interferem “com maior peso na vida das mulheres, em função dos múltiplos papéis assumidos por elas em certas etapas”.

De modo similar, Santos (2019) salienta que a migração pode ser vista, muitas vezes, como uma forma pela qual os indivíduos mudam suas trajetórias individuais por diversas razões, como por exemplo, para formar um novo domicílio, como resultado de uma nova união, pela entrada no mercado de trabalho ou pela saída do mercado e início da aposentadoria. Nesse sentido, entende-se que é fundamental trazer a perspectiva do curso de vida em um trabalho que se propõe à análise das inter-relações entre migração e sistema de gênero.

A perspectiva do curso de vida conjectura que a dinâmica demográfica ocorre em função das ações e decisões dos indivíduos ao longo de determinados momentos de sua trajetória de vida. É importante salientar que a teoria do curso de vida agrega outras três perspectivas: i) *ciclo de vida* – que examina a sequência de eventos referentes ao processo reprodutivo geracional; ii) *estágio de vida (life span)* – que se refere ao estudo de uma parte da vida, conectando comportamentos individuais entre dois ou mais estágios como estratégia de análise; iii) *história de vida* – na qual se realiza uma análise cronológica de eventos ao longo do curso de vida. Em síntese, essas três perspectivas se integram à abordagem mais ampla do curso de vida, pois esta última se sobrepõe as demais (ELDER; SHANAHAN, 2006).

Elder (1998) define cinco princípios dessa estrutura conceitual: i) apesar de a análise sobre estágios de vida debruçar-se principalmente sobre a transição para a vida adulta, desenvolvimento humano e envelhecimento, são processos que ocorrem ao longo da vida passando por várias transições que modificam as trajetórias dos indivíduos; ii) os indivíduos são agentes do seu curso de vida a partir de ações e escolhas. Todavia, sua racionalidade é limitada pelo conhecimento acumulado ao longo do curso de vida. Dessa forma, constrangimentos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais constroem a capacidade de agência dos atores; iii) o curso de vida dos indivíduos é moldado pelo tempo e espaço em que ocorrem, de modo que o tempo histórico e a diferenciação espacial exprimem contextos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais diferentes; iv) não somente a idade, mas o *timing*, isto é, o papel que os indivíduos desempenham em cada momento, evento e/ou experiência, afeta seu curso de vida; v) os indivíduos vivem suas vidas de forma interdependente, no entanto, sempre vinculadas ao seu contexto social. Conforme explica Santos (2019, p.35):

Por meio dos princípios da homofilia – indivíduos tendem a se relacionar com aqueles que possuem características similares – e da propinquidade – indivíduos tendem a se relacionar com aqueles que estão mais próximos, espacialmente ou psicologicamente – torna-se possível compreender como indivíduos diferentes vivenciam a convergência no tempo de transição ao longo do curso de vida. Esse fato implica que laços familiares, o ambiente de socialização e a rede social, construída ao longo do tempo, afetam a convergência, de modo a tornar possível identificar as transições e trajetórias médias que são vividas dentro de uma coletividade. A esses princípios pode ser adicionado o de imperativos situacionais, quando novas situações impõem demandas sociais sobre os indivíduos e que atuam como constrangimentos ao seu comportamento.

É sabido que a migração é um evento que possui forte conexão com as transições do curso de vida. Isso porque ela pode ser considerada um evento sincronizado em meio ao curso de vida, no qual a ocorrência de um acarreta outro (MULDER; WAGNER, 1993). Nesse

sentido, a migração costuma ser sincrônica com eventos como a formação de novo domicílio, casamento, inserção num novo emprego, saída da educação básica e entrada no ensino superior. Todavia, frequentemente não é possível analisar a ordem temporal dos eventos, e assim, a relação causal entre eles (SANTOS, 2019). Especialmente no caso das mulheres que, como visto, tem a união conjugal e o nascimento dos filhos como os dois fatores mais relevantes na definição de suas trajetórias migratórias (PERES; BAENINGER, 2012).

Como visto, já a algumas décadas existe um corpo de pesquisa que investiga o efeito da dinâmica familiar na mobilidade geográfica (KULU; MILEWSKI, 2007). Sandefur e Scott (1981) analisaram o efeito das variáveis família, emprego e idade na migração internacional e interestadual de coortes de nascidos no pré-guerra nos EUA. Os autores concluíram que os indivíduos casados têm taxas mais baixas de migração em relação aos solteiros, e essas taxas diminuem significativamente à medida que o tamanho da família aumenta. Essa redução, segundo Sandefur e Scott (1981), se deve a dois fatores principais: ao custo econômico de uma mudança, que aumenta em sincronia ao crescimento do número de pessoas que vivem em uma unidade familiar; e a presença de membros adicionais na família, que significa que mais laços devem ser rompidos no local de origem e estabelecidos no destino.

Em relação ao impacto do estado civil na migração, diversos estudos mostraram que indivíduos casados têm menor propensão a se mudar do que solteiros, principalmente em longas distâncias (SANDEFUR; SCOTT 1981; COURGEAU, 1985, 1989; SPEARE, GOLDSCHIEDER 1987; MULDER, WAGNER, 1993).

Courgeau (1989), em uma análise das inter-relações entre formação familiar e mobilidade espacial na França, especificamente a partir dos fluxos rural-urbano e urbano-rural, mostrou que os indivíduos casados têm uma menor probabilidade de se mudar do que os solteiros, como esperado, mas que o efeito da gravidez varia entre os destinos. A probabilidade de migração rural-urbana diminui significativamente após cada nascimento sucessivo, enquanto a probabilidade de se mudar para as áreas rurais aumenta com o crescente tamanho da família, mesmo que de forma mais modesta.

Alguns anos mais tarde, o autor investigou o como o impacto da gravidez na migração varia ao longo do tempo desde o nascimento do filho, usando dados de registro das coortes norueguesas do pós-guerra. Concluiu-se que há uma baixa probabilidade de migração inter-regional após um segundo nascimento, enquanto o risco de mudar de uma região para outra é relativamente alto no ano após o primeiro nascimento e, posteriormente, diminui rapidamente (BACCAÏNI; COURGEAU, 1996).

White et al. (1995) analisaram a interação entre gravidez e migração no Peru, concluindo, similarmente, que quanto maior a família, menor o risco de mudar, dado o custo de realocação de uma família maior. Lindgren (2003) estudou os determinantes da migração urbano-rural a partir de dados da Suécia, e observou que a mobilidade rural aumenta com o nascimento de um filho, qualquer que seja a cidade de residência. Por fim, o autor concluiu que os casais podem ter percebido a chegada de um novo membro da família como o momento oportuno para trocar a cidade para um ambiente mais tranquilo no campo. Kulu (2008) observou padrões semelhantes para as coortes do pós-guerra na Áustria: em geral, o nascimento de um segundo e um terceiro filho aumenta significativamente a probabilidade de os casais deixarem grandes cidades para se direcionarem às áreas rurais.

Em suma, os estudos que partem da questão do impacto da formação de família na mobilidade demonstraram, para diversas sociedades, que a gravidez está associada à mudanças relacionadas à habitação e ao ambiente (urbano para rural ou suburbano) devido, especialmente, à necessidade de espaço adicional ou desejo de viver em um ambiente mais agradável e seguro com os filhos. Além disso, a literatura concorda sobre a questão de que o aumento no tamanho da família reduz as chances de os casais fazerem mudanças de longa distância relacionadas ao trabalho, especialmente para destinos urbanos. A principal razão parece ser que os custos econômicos e psicológicos da mudança de uma região para outra aumentam à medida que a família cresce, especialmente quando existem crianças em idade escolar (KULU; MILEWSKI, 2007).

Em outra direção de causalidade, alguns estudos se dedicaram a investigar o efeito da migração nos padrões de fecundidade. Sobre essa questão, todavia, permanece um intenso debate na literatura. Em resumo, existem quatro visões abrangentes sobre essa relação:

A hipótese da socialização baseia-se no pressuposto de que o comportamento de fecundidade dos migrantes reflete as preferências e o comportamento de fecundidade dominantes na infância. Portanto, os migrantes exibem níveis de fecundidade semelhantes aos não-migrantes na origem e uma convergência para os níveis de fecundidade da população de destino ocorre apenas na próxima geração (quando há uma diferença entre os locais). A hipótese da adaptação, por outro lado, assume que é o contexto social atual de um indivíduo e não o ambiente infantil que mais importa. A hipótese sugere que os migrantes, mais cedo ou mais tarde, se adaptem ao comportamento de fecundidade dominante no ambiente de destino. A hipótese da seleção, por sua vez, argumenta que a mudança comportamental não está em questão, e sim que os migrantes são um grupo especial de pessoas cujas preferências de fecundidade são mais semelhantes às preferências das pessoas no destino do que na origem. Finalmente, a hipótese da ruptura sugere que, imediatamente após a migração, os migrantes mostram níveis particularmente baixos de fecundidade devido aos fatores perturbadores associados ao processo de migração (KULU; MILEWSKI, 2007, p. 573, tradução nossa).

Ainda sobre esse debate, Kulu e Milewski (2007) avaliam que as conclusões contraditórias que frequentemente surgem nos estudos acerca dessa relação se devem ao fato de que as análises são realizadas em diferentes períodos históricos, contextos sociais e tipos de migração. Ademais, a dependência de dados transversais em estudos sobre fecundidade de migrantes limita significativamente as possibilidades de pesquisa.

Estudos mais recentes têm abordado o impacto das mudanças nas trajetórias de vida dos indivíduos nas últimas décadas, pois estas se tornaram menos convencionais, padronizadas e previsíveis, de modo que a estrutura do curso da vida está se tornando cada vez mais individualizada. Essas alterações são vistas no aumento da diversidade de tipos de família, de níveis educacionais e de carreiras de emprego, além de padrões de mobilidade espacial cada vez mais complexos (KULU; MILEWSKI, 2007). Sobre esse aspecto, alguns estudos observam a relação entre migração e famílias transnacionais (MICHIELIN, MULDER, 2007) ou *commuting* (migração pendular), estado civil e formação de família (CLARK et.al, 2003; CLARK, DAVIES, WITHERS, 2007; NISIC, KLEY, 2019), entre migração e pessoas divorciadas (FEIJTEN, VAN HAM, 2007), dentre outros aspectos que fornecem evidências acerca da relação entre mobilidade espacial e o aspecto de “vidas vinculadas” no contexto atual.

Ao analisar as distâncias entre filhos adultos e seus pais na Suécia, Malmberg e Pettersson (2007 apud KULU; MILEWSKI, 2007) perceberam que, além dos resultados contradizerem a suposição de que em países que possuem instituições de bem-estar fortes e laços familiares enfraquecidos, as distâncias entre filhos adultos e seus pais aumentaram (pois as distâncias se mostraram relativamente curtas) existe também uma variação nessas distâncias por gênero e nível educacional:

Os homens vivem mais perto de seus pais em idades mais jovens, enquanto as mulheres tendem a fazê-lo quando os pais são idosos, confirmando assim que as filhas estão mais envolvidas no contato e cuidado dos pais idosos em um estágio tardio de sua vida. Por sua vez, indivíduos com alto nível educacional têm as maiores distâncias dos pais, refletindo o fato de que pessoas com um diploma universitário estão empregadas em mercados de trabalho mais dispersos (KULU; MILEWSKI, 2007, p. 576, tradução nossa).

Outros estudos buscaram analisar empiricamente esses diferenciais de gênero. Boyle et al. (2003), usando os dados dos Censos demográficos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, testaram se os impactos negativos da migração familiar para as mulheres no mercado de

trabalho já observados nos estudos sobre “migração vinculada” ou “*tied migration*”¹ influenciaram decisões familiares relacionadas à procriação/criação dos filhos. Para tanto, eles examinam se os efeitos da migração familiar de longa distância sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho são influenciados pela presença ou ausência de filhos de diferentes idades. Posteriormente, eles conduziram a mesma análise para mulheres que têm uma ocupação de alto status. Os resultados demonstram que as mulheres em famílias com filhos pequenos têm maior probabilidade de ficar sem emprego após a migração familiar. Um efeito menor da *tied migration*, mas semelhante, foi observado para famílias com filhos mais velhos e famílias sem filhos. O mesmo padrão existe para mulheres em ocupações de alto status. Nesse sentido, a “migração vinculada” parece influenciar o status das mulheres no mercado de trabalho igualmente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, independentemente da presença ou ausência de filhos. Nesse caso, pode-se inferir que esta questão é delineada por normas de gênero.

Outro âmbito de estudos que parte da perspectiva do curso de vida e que vem buscando incorporar as discussões de gênero, é aquele sobre as migrações altamente qualificadas. Este tipo de mobilidade vem aumentando rapidamente e se tornando uma nova onda nos fluxos de migração entre os países do Norte e do Sul Global. Segundo relatório divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial e Organização Internacional do Trabalho (2015) em conjunto, esse tipo de migração tem aumentado continuamente desde 2010, sendo que quase um terço de todos os migrantes altamente qualificados nos países da OCDE são de origem asiática, especialmente da Índia, da China e das Filipinas.

As decisões de migração daqueles altamente qualificados estão intrinsecamente ligadas a eventos e experiências em outras trajetórias de vida, como saída da casa dos pais, casamento, primeiro filho, matrícula na educação, entrada no mercado de trabalho, saída do mercado de trabalho para estudos posteriores e/ou casamento. Sobre esse tipo de fluxo, a abordagem do curso de vida também enfatiza que os eventos de migração costumam fazer parte de trajetórias mais longas que também incluem a migração de retorno (BAILEY; MULDER, 2017). Sabharwal e Varma (2016), por exemplo, investigaram as decisões de retorno de engenheiros e cientistas indianos migrantes. Os relatos mostram motivações diversas, todavia, geralmente entrelaçadas à aspirações sobre família e casamento. Ademais, alguns estudos apontam ainda a

¹ A teoria da “*tied migration*” foi destacada pela primeira vez por Mincer (1978). Segundo tal teoria, os casais se movem para promover seu bem-estar coletivo. Contudo, este esforço pode não necessariamente coincidir com as preferências individuais de ambos os parceiros. Em vez disso, um parceiro - o chamado migrante líder - pode esperar ganhar com a migração, enquanto o outro - o chamado migrante vinculado - talvez não.

relevância da questão das “vidas vinculadas” na migração qualificada de indivíduos em relação à família (BAILEY; MULDER, 2017).

Ramos e Martín-Palomino (2015) observam que as decisões ao longo da vida de mulheres migrantes qualificadas estão intrinsecamente ligadas às circunstâncias sociais em que se encontram. O estudo usou histórias de vida de 34 mulheres espanholas que se deslocam dentro da União Europeia, indagando-as sobre como elas tomam decisões ao longo de seu curso de vida, momentos decisivos em suas vidas e consequências de suas escolhas. Os resultados revelam que suas decisões estão intimamente ligadas não apenas às circunstâncias sociais, como oportunidades de emprego e família, mas também à agência das mulheres em função da idade, do sentimento de realização e das ideias sobre a emancipação (RAMOS; MARTÍN-PALOMINO, 2015).

A migração qualificada está relacionada aos privilégios, por um lado, mas pode estar relacionada à discriminação, por outro. Bailey e Mulder (2017) avaliam que o gênero é uma das questões mais relevantes, mas que frequentemente é mascarada na literatura a partir da imagem de um migrante qualificado masculino, no qual as mulheres são, no máximo, companheiras no movimento (KOFMAN, 2014). Todavia, alguns estudos sugerem que, em geral, as mulheres mais escolarizadas (estudos secundários concluídos ou mais) se movem mais do que os homens escolarizados (com estudos de graduação semelhantes) (DOCQUIER; LOWELL; MARFOUK, 2009; DUMONT; MARTIN; SPIELVOGEL, 2007). Isso sugere que as mulheres qualificadas estão altamente motivadas a se mudar para o exterior, embora as causas e impactos dessa quebra nas tradições relacionadas a gênero não sejam claras. Não há evidências sobre se as condições externas ou a agência das mulheres são ou não um ímpeto maior para elas do que para os homens qualificados (RAMOS; MARTÍN-PALOMINO, 2015).

Além disso, é sabido que o trabalho, os estudos e a família afetam as mulheres em uma ordem diferente daquela dos homens. Por exemplo, as mulheres podem ser impelidas a trabalhar no mercado global para atingir marcos no desenvolvimento de carreira de forma semelhante aos homens. No entanto, o conjunto de problemas com os quais elas têm de lidar são bem diferentes, e altamente relacionados a gênero (RAMOS; MARTÍN-PALOMINO, 2015). As mulheres podem ser impelidas pelo preconceito de gênero no mercado de trabalho ou pela falta de liberdade em uma família patriarcal. A conciliação entre filhos e carreira também se mostra como um impedimento importante para seguir carreiras de sucesso em missões internacionais (ABRAHAM; AUSPURG; HINZ, 2010; BIELBY; BIELBY, 1992; GREEN, 1997; SHAUMAN, 2010). Portanto, a migração de mulheres parece envolver situações mais complexas.

Ademais, as normas de gênero nos países de origem podem atuar como fatores de pressão para que mulheres qualificadas migrem (BAGGULEY; HUSSAIN, 2007; RIAÑO, BAGHDADI, 2007), mesmo que essas mulheres acabem enfrentando outros conjuntos de normas discriminatórias nos países de acolhimento devido à sua origem migrante e as próprias normas de gênero do local. Purkayastha (2005) chama essa relação de “desvantagem cumulativa das mulheres” – que se manifesta, segundo a autora, especialmente em meio ao mercado de trabalho.

Um estudo que se sobressalta acerca das inter-relações entre gênero, mobilidade e curso de vida é o de Ester Gallo (2006). A autora investigou o impacto das normas de gênero a partir do fluxo migratório de mulheres paquistanesas e indianas para a Itália, especialmente para exercer trabalho como domésticas. Por um lado, a relação de importação de mulheres para trabalho doméstico reflete uma conjuntura de expectativas de gênero tradicional. Todavia, no país de origem, a autora percebe que é comum que as famílias vejam uma migração posterior masculina – para acompanhar a esposa, ou se casar com ela no país de destino – como vantajosa:

O emprego feminino no exterior e a possibilidade de migração são geralmente mercadorias valiosas a serem trocadas pela educação superior e pela situação financeira de um homem. No entanto, as famílias muitas vezes colocam mais ênfase na disposição do marido de desistir de sua ocupação na Índia para se juntar à esposa do que em sua situação financeira (GALLO, 2006, p.359-360, tradução nossa).

Assim, nesses casamentos, a migração do marido desafia a expectativa de residência patrilocal (morar na casa do pai do marido) e pode produzir novas relações domésticas de autoridade que minam as relações patriarcais. Segundo a autora, “muitos jovens agora consideram o desejo da geração mais velha de residência patrilocal tanto como um ideal inatingível quanto como uma prática “atrasada” que sugere falta de independência e autoestima” (GALLO, 2006, p.360, tradução nossa).

Este exemplo nos coloca uma reflexão sobre os impactos da globalização em todas as esferas sociais. Conforme alertam Bernard, Bell e Charles-Edwards (2014), nem todas as decisões de migração são direcionadas explicitamente por eventos do curso de vida, mas também por meio de fatores contextuais, como desenvolvimento econômico, desigualdades sociais, grau de igualdade de gênero, normas culturais e valores que influenciam indiretamente o curso de vida de forma geral e a trajetória de migração, em particular.

Em síntese, os estudos que partem da abordagem do curso de vida que incorporam gênero como uma variável explícita se concentram nos eventos do ciclo de vida familiar,

especialmente entre trabalhos sobre a fecundidade (LINDGREN, 2003; KULU, 2008; COURGEAU, 1989; SANDEFUR; SCOTT, 1981; BACCAÏNI; COURGEAU, 1996; MICHIELIN; MULDER, 2007). Ainda são poucos os trabalhos empíricos que enfocam a migração feminina e que podem nos auxiliar a apreender diferenciais relacionados ao sistema de gênero em seus resultados de forma evidente.

De toda forma, se as trajetórias migratórias das mulheres estão diretamente relacionadas ao planejamento do ciclo de vida individual e familiar, é importante observarmos de que maneira essa articulação acontece, em ambos os níveis, e o papel desempenhado pelas redes.

2.3.7. Breve revisão de estudos sobre migração e gênero no Brasil

Com o avanço dos estudos migratórios e a disponibilidade de dados, novas questões e abordagens passaram a ser tratadas nos estudos de migração. Os pesquisadores compreenderam, de forma mais ampla, que um enfoque único não é capaz de abranger o fenômeno da migração. A partir dos anos 2000, com a ampliação das abordagens, cresceu o número de estudos que objetivavam investigar questões envolvidas na migração das mulheres.

No Brasil, foram feitos muitos estudos abordando a situação dos migrantes internos no mercado de trabalho e os diferenciais salariais, utilizando a variável sexo como controle. Sem desmerecer a importância desses trabalhos, é importante dizer que apenas a utilização da variável sexo e a comparação dos resultados entre mulheres e homens migrantes no mercado de trabalho não expõem a complexidade das relações de gênero (HONDAGNEU-SOTELO, 2000).

Pierrette Hondagneu-Sotelo (2003) elencou gênero como elemento constitutivo da migração ao examinar como o gênero permeia uma variedade de práticas, identidades e instituições implicadas na imigração. Esse estágio da pesquisa sobre gênero e migração produziu numerosos e complexos entendimentos de como as instituições e as relações de gênero são reconstituídas e transformadas após a migração por meio de interações de processos em nível micro e macro. Sob essa perspectiva, muitos trabalhos que focaram na migração das mulheres envolvendo questões de gênero no Brasil, o fazem principalmente a partir de uma análise da migração internacional (ASSIS, 2007; PERES; BAENINGER, 2012; VILLEN, 2013; ZANELLA, 2011; SILVA; SOUZA, 2015).

No caso das migrações internas no Brasil, os trabalhos que partem da perspectiva de gênero não são numerosos. A tese de doutorado de Maria de Fátima Chaves (2009) analisou a

migração interna feminina na década de 1980 por meio dos dados do Censo demográfico de 1991. A partir de perguntas feitas apenas nesse Censo, a autora criou variáveis explicativas que tornam possível avaliar o estado conjugal das mulheres no momento da migração e a condição no domicílio na data do Censo. Ademais, a autora considerou a posição no mercado de trabalho dessas mulheres. O objetivo foi inferir sobre o grau de autonomia, dependência ou associação da migração feminina concentrando-se nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.

A autora encontrou resultados que demonstraram maior concentração das mulheres migrantes nas idades jovens, nas quais a migração é mais acentuada, especialmente a intrarregional. Olhando para o momento da realização da migração, a autora percebeu que a maioria dos migrantes, em geral, realizou o movimento quando solteiros. Na sequência, estavam os casados, que já se encontravam como “chefes do domicílio” (maioria homens) ou cônjuges (maioria mulheres). A participação das mulheres, como chefes do domicílio, não apresentou variações com o tempo decorrido após a migração, indicando, possivelmente, que as mulheres que migraram solteiras e eram chefes do domicílio na data do Censo, já estavam nessa posição quando realizaram o movimento (CHAVES, 2009).

Acerca da inserção ocupacional, verificou-se que as mulheres casadas foram aquelas com menor participação no mercado de trabalho, especialmente entre as que migraram nessa posição. Destaca-se, também, a importância do trabalho doméstico, exercido por grande parcela das mulheres, principalmente entre as mais jovens e com menos tempo após a migração. Há, assim, indicação da importância dessa atividade no início da vida laboral, que contribui para a realização da migração feminina de forma autônoma. A autora observou que quanto maior o tempo decorrido após a migração, menor a ocorrência de mulheres atuando como domésticas (CHAVES, 2009).

Roberta Peres também é uma pesquisadora brasileira que tem se dedicado aos diálogos entre migração e gênero, especialmente na dimensão familiar de tais relações e na migração internacional feminina para o Brasil. A autora investigou as trajetórias migratórias das bolivianas em Corumbá, no Mato Grosso do Sul e das haitianas e peruanas em São Paulo, para compreender como se dão o que Peres (2018) define como “imagens de gênero”. O termo se refere às renegociações de homens e mulheres ao longo de suas trajetórias migratórias dentro de domicílios e famílias migrantes. A autora argumenta que as migrações internacionais no Brasil se apresentam atualmente de forma heterogênea e dinâmica, e que “apenas os saldos migratórios internacionais calculados direta ou indiretamente não poderão explicar os verdadeiros impactos em lugares de origem e destino da presença desses homens e mulheres” (PERES, 2018, p.6). Nesse sentido, é preciso conhecer a organização domiciliar das famílias

migrantes, suas estratégias e suas renegociações ao longo de suas trajetórias, para que se possa avançar na interpretação de processos sociais migratórios.

Acerca do trabalho supracitado, Peres (2018) identificou que a migração boliviana na fronteira do Mato Grosso do Sul é uma rede social essencialmente feminina, que não impacta somente na origem e no destino, mas em todas as etapas migratórias deste fluxo (PERES, 2012; 2018):

Partindo de laços de parentesco simbólico e ritual, calcado principalmente na figura da "madrinha", essas mulheres bolivianas traçam seus percursos se utilizando estrategicamente de recursos disponíveis em cada uma das etapas migratórias, negociando o ciclo de vida individual e familiar entre idas e vindas, mudanças e permanências entre os dois países (PERES, 2018, p.5).

No caso das haitianas, Peres (2018) observou que, por conta da condição jurídica de refúgio, as mulheres conseguem circular por todo o país e manter vínculos formais de trabalho, renegociando suas trajetórias de forma ainda mais rápida. Os peruanos, por sua vez, constituíram um espaço específico no centro de São Paulo, a partir de um nicho econômico de solidariedade étnica, mantido pela gastronomia. Com isso, os papéis masculinos e femininos se modificam na medida em que se consolida essa inserção laboral. As "imagens de gênero", neste caso, são reconstruídas a partir do ganho de autonomia das mulheres à frente dos negócios, enquanto que os homens figuram como coadjuvantes neste contexto (PERES, 2018, p. 6).

Em diversos outros trabalhos, Peres (2015, 2012) mostra que a migração feminina de bolivianas para o Mato Grosso do Sul apresenta especificidades muito interessantes no que tange aos diferenciais de gênero e a dimensão de poder envolta neste conceito. Observou-se que estas mulheres reconstroem e reafirmam relações de poder e a própria identidade em cada etapa de sua trajetória migratória. Ademais, Peres (2015, 2012) constatou que cada uma destas etapas é moldada em função do ciclo de vida destas migrantes. Apesar de esta relação ser vista em diversos fluxos femininos já observados, a autora percebe que, diferentemente de outros fluxos migratórios femininos, “as bolivianas em Corumbá planejam seu ciclo de vida em função de processos sociais ligados à origem. Casamento e nascimento de filhos são programados em função das etapas já percorridas e ainda das expectativas futuras das migrantes” (PERES, 2015, p. 135).

Mais recentemente, em sua tese de doutorado, Raquel Schneider (2020) se propôs a verificar se houve feminização da migração dos fluxos Nordeste-São Paulo e Minas Gerais-São Paulo, entre as décadas de 1980 e 2000, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Para tanto, a autora analisou a proporção de migrantes mulheres em relação ao

total, e elaborou um algoritmo que utiliza o arranjo domiciliar dos imigrantes recentes como *proxy* do tipo de migração feita, se individual ou conjunta, para mensurar o grau de independência das mulheres no deslocamento. Além disso, Schneider (2020) analisou a situação dessas mulheres migrantes no mercado de trabalho no destino, por meio de análise descritiva de suas características e da estimação do rendimento por regressões lineares e quantílicas.

Os resultados da pesquisa de Schneider (2020) mostraram que a distribuição dos imigrantes era equilibrada entre os sexos, com as mulheres originadas em Minas Gerais sendo pouco mais da metade e aumentando sua participação ao longo do período, enquanto para o fluxo originado no Nordeste não houve tendência de aumento da participação das mulheres. Sobre o tipo de migração, a autora concluiu que a maioria das imigrantes realizaram um deslocamento conjunto. Entre aquelas originadas no Nordeste, houve queda da participação das que realizaram migração individual, e entre as originadas em Minas Gerais, observou-se um pequeno aumento. Ao analisar a participação no mercado de trabalho,

Os resultados das características das mulheres imigrantes em São Paulo, que participavam do mercado de trabalho, revelaram melhorias como maior nível de instrução, aumento da taxa de atividade, da formalidade e do rendimento no período, com a origem das imigrantes sendo, novamente, um fator de diferenciação. Com relação às originadas em Minas Gerais, o aumento da participação das mulheres no fluxo, a maior participação daquelas que se deslocavam de forma individual e a melhora relativa no mercado de trabalho, que aproximou sua condição das naturais de São Paulo (grupo melhor posicionado) indicaram uma feminização do fluxo. O que não foi verificado no fluxo Nordeste-São Paulo, nesse não houve aumento da participação feminina, ocorreu redução da migração individual e o hiato no mercado de trabalho, com relação às imigrantes de origem mineira e às naturais, permaneceu quase intacto (SCHNEIDER, 2020, p.7).

Em suma, Schneider (2020) concluiu que, apesar de não ocorrerem grandes mudanças no período observado, seus resultados diferiram da literatura que indicava que as mulheres realizavam uma migração mais conjunta, associada à família. Isto porquê, a forma como as migrantes se deslocavam era muito semelhante a dos homens.

Em uma perspectiva do curso de vida, Faria, Ferreira e Paula (2016) analisaram a migração feminina interna no Brasil e sua relação com os sistemas sociais de gênero no trabalho a partir das medidas Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, baseadas no Censo Demográfico de 2010, e uma pesquisa qualitativa (entrevista e observação participante) realizada com 6 mulheres de uma comunidade rural do Distrito de Muquém, no município de Mirabela-MG. Os autores concluíram que homens e mulheres passam por

variadas experiências ao longo de suas trajetórias migratórias, de modo que, no caso feminino, especificamente, as decisões se relacionam com o curso da vida, com o empoderamento, estratégias e formação de redes dessas mulheres. Ademais, foi observado que algumas explicações para a migração das mulheres se sobrepõe à emancipação feminina nas suas comunidades de origens e a segmentação do mercado de trabalho.

Apesar de escassos, os trabalhos brasileiros estão acompanhando a evolução do campo de estudos que relaciona migração e gênero. Peres e Baeninger (2012) revisaram alguns dos avanços teóricos dos estudos de gênero e migração no Brasil e no mundo, discutindo especialmente a dimensão metodológica necessária nessas investigações. Segundo as autoras, os avanços teóricos e metodológicos dos estudos de migração apontam para a necessidade de uma associação cada vez mais forte com os estudos de gênero. Para tanto, são fundamentais novas fontes de dados que integrem a captação de diferentes dimensões migratórias tendo como pano de fundo as mudanças nos papéis de gênero, tais como trajetórias migratórias e ciclo de vida, estratégias migratórias, redes sociais e mercado de trabalho imigrante e as mudanças provocadas por esses processos que ligam origem e destino e as várias etapas migratórias entre eles (PERES; BAENINGER, 2012).

Em seu trabalho, Assis (2007) discute como a participação das mulheres foi analisada nos fluxos migratórios internacionais e aborda o recente movimento de brasileiros para o exterior, descrevendo as trajetórias de homens e mulheres. A autora teve como objetivo analisar a inserção das mulheres em tais fluxos migratórios para demonstrar a importância dos arranjos e relações familiares de gênero. Para tanto, realizou um trabalho qualitativo, com entrevistas e observação participante na cidade de Criciúma-SC, no Brasil, e a região de Boston, nos Estados Unidos. Os dados revelaram que as mulheres participam efetivamente do processo migratório, integrando e articulando redes sociais de migração, e que tal mobilidade provoca rearranjos familiares e de gênero ao longo do processo (ASSIS, 2007).

Como observado, o estudo das relações entre migração e gênero são complexos e permeiam diversas outras questões. Outros trabalhos poderiam ser citados aqui, mas de maneira geral, os estudiosos ainda lamentam a falta de atenção ao gênero no campo mais amplo dos estudos sobre migração e, embora a quantidade de estudos sobre migração e gênero tenha disparado desde então, sua integração com outros aspectos da literatura sobre migração ainda é baixa. Possivelmente essa limitação se relacione a falta de mais estudos interdisciplinares, pois, como argumentam Peres e Baeninger (2012, p.11), fluxos migratórios essencialmente femininos só podem ser captados sob este tipo de olhar, uma vez que é fundamental a percepção de que:

[...] homens e mulheres passam por diferentes experiências ao longo de suas trajetórias migratórias, não podendo a análise desses fluxos ser resumida a cálculos racionais individuais, superando-se, assim, teorias econômicas – como a *push-pull forces* – para a explicação desses processos sociais.

Dessa forma, Peres e Baeninger (2012) lecionam que a interdisciplinaridade entre os estudos de gênero e de população é fundamental para a compreensão de diferentes processos sociais, especialmente migratórios, pois em meio a estes, os papéis femininos e masculinos são modificados e se refletem na própria configuração dos fluxos.

2.3.7.1. Estatísticas de gênero e o Uso do Tempo no Brasil

A muitas décadas pesquisadores vem se dedicando especificamente ao estudo sobre a forma com que as pessoas despendem as 24 horas dos seus dias. O objetivo é analisar como pessoas de diferentes idades, localidades, sexos, ocupações, etc. dividem seu tempo em atividades de trabalho, estudo, lazer, pessoais ou sociais. Uma questão que se mostra de maior importância nestas análises é a das diferenças de alocação do tempo entre mulheres e homens. Dessa forma, evidenciou-se grandes e persistentes desigualdades de gênero em meio ao tempo dedicado ao trabalho remunerado e ao trabalho não-remunerado, em todo o mundo. Conforme Fontoura e Araújo (2016), essa diferenciação reflete a divisão sexual do trabalho e reproduz as desigualdades de gênero estruturadas nas sociedades, o que explica o maior tempo dedicado a atividades não-remuneradas domésticas e de cuidados por parte das mulheres, bem como a menor valorização dos trabalhos profissionais relacionados aos cuidados – também de maior presença feminina.

Nessa perspectiva, o Estudo do Uso do Tempo é fundamental para a compreensão da divisão sexual do trabalho e das desigualdades de gênero. Isto porque a distribuição das horas no trabalho remunerado e não remunerado molda e é moldada pelas diferenças de papéis sociais e de poder desempenhados por mulheres e homens. Fontoura e Araújo (2016, p.13) afirmam que “há uma injusta distribuição de tarefas domésticas e de cuidado que são refletidas no mundo do trabalho e que devem ser mais bem compreendidas.”

Esta forma de divisão de atividades que muitas vezes é invisibilizada ainda é um obstáculo para a igualdade de gênero. As mulheres são historicamente e socialmente tidas como responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Isso impacta profundamente sua vida cotidiana, porque é sobre elas que recaem as tarefas

domésticas e de cuidados familiares. A divisão sexual do trabalho influencia também, diretamente, no acesso e nas oportunidades de ascensão profissional. Transforma-se em barreiras diárias que as mulheres enfrentam dentro e fora de casa. Sobretudo, para se desenvolverem no competitivo mundo do trabalho. O melhor entendimento dessas dinâmicas da vida cotidiana e das relações entre afazeres domésticos e trabalho que organizam a sociedade é uma importante informação para o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas (FONTOURA; ARAÚJO, 2016, p.13).

Os estudos de Uso do Tempo, nesse sentido, chamam a atenção para a sobrecarga de trabalho realizado pelas mulheres, sendo importantes fontes de informações para o planejamento de políticas que promovam maior equidade de gênero.

No Brasil, evidências mais recentes mostraram algumas mudanças importantes com relação ao uso do tempo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, notou-se que, entre as mulheres, houve um aumento nas horas trabalhadas no mercado, enquanto para os homens deu-se uma expressiva redução. Referente às horas despendidas em afazeres domésticos, percebeu-se uma queda acentuada para as mulheres e um leve aumento para os homens (BARBOSA, 2018). Alguns pesquisadores (BARAJAS, 2016; BROWNING; CHIAPPORI; WEISS, 2014; GREENWOOD; VANDENBROUCKE, 2008) apontaram que a redução da jornada de trabalho doméstico, em especial, a das mulheres, se deve, especialmente às transformações ocorridas na estrutura e composição das famílias, além de uma maior facilidade de arranjos formais e informais no cuidado dos filhos, além da maior eficiência na produção de bens e serviços domésticos que diminuem o quantitativo de horas que as mulheres necessitam despendar com essas tarefas.

Barbosa (2018) analisou a evolução das jornadas semanais de trabalho no mercado e em afazeres domésticos, além do tempo semanal dedicado ao lazer, por gênero, tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios dos anos de 2001 e 2015. Os resultados encontrados pela autora sugerem que, no contexto brasileiro:

[...] homens desfrutaram de mais horas de lazer do que as mulheres, ainda que haja uma tendência de redução dessa diferença ao longo do tempo. Há uma elevação do tempo dedicado ao lazer para ambos os sexos, o que ocorre de forma mais acentuada para as mulheres. Os resultados mostram ainda que o aumento no número de horas de lazer ao longo do período foi ocasionado por razões diversas: para os homens o acréscimo de quatro horas semanais entre 2001 e 2015 deveu-se à redução expressiva nas horas trabalhadas no mercado e ao leve aumento nas horas dedicadas aos afazeres domésticos; e, para as mulheres brasileiras, a elevação de sete horas semanais no mesmo período pode ser explicada pelo decréscimo nas horas dedicadas aos afazeres domésticos e pela estabilidade nas horas direcionadas ao trabalho no mercado (BARBOSA, 2018, p.).

É relevante ressaltar ainda que Barbosa (2018) identificou que o aumento do lazer prevaleceu entre as pessoas, de ambos os sexos, com menor escolaridade, solteiras e sem filhos. Dessa forma, é importante nos atentarmos aos diversos fatores socioeconômicos que podem estar associados as desigualdades de gênero.

Com a intenção de investigarmos melhor o contexto brasileiro, evidencia-se alguns resultados publicados, em 2018, pelo relatório intitulado “estatísticas de gênero” do IBGE. Tal relatório expõe os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo tentar captar, quantitativamente, o status da mulher no Brasil. Uma vez que tal pesquisa realizou comparações entre homens e mulheres a partir de várias das variáveis utilizadas para os fins desta dissertação, se faz relevante a síntese de alguns dos seus principais resultados.

Para gerar tais estatísticas de gênero, o IBGE (2018) utilizou dos parâmetros indicados pelo Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG (*Minimum Set of Gender Indicators* - MSGI), organizado pela Comissão de Estatística das Nações Unidas (*United Nations Statistical Commission*). Os indicadores foram organizados em cinco domínios: Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; Educação; Saúde e serviços relacionados; Vida pública e tomada de decisão; e Direitos humanos das mulheres e meninas. A partir dessa organização e dos dados de 2016 disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, da Projeção da População por Sexo e Idade, das Estatísticas do Registro Civil, da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - Estadic, no âmbito do IBGE; e também de fontes externas oriundas do Ministério da Saúde, da Presidência da República, do Congresso Nacional, do Tribunal Superior Eleitoral, e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (IBGE, 2018).

Em suma, percebeu-se que, no caso brasileiro, algumas características se mostram mais relevantes em meio à questão de gênero. Séries históricas de indicadores sociais disponibilizadas pelo IBGE mostram que a cor ou raça, ser portador de deficiência, morar em áreas urbanas ou rurais, entre outros atributos, podem ter impactos significativos nas estatísticas, reforçando desigualdades (IBGE, 2018).

No que tange às estruturas econômicas, participação e acesso à recursos, o indicador sobre o número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos. No Brasil, em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Ao desagregar por região, verifica-se que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de

horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais. O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016. O indicador pouco varia para os homens quando se considera a cor ou raça ou região de residência (IBGE, 2018, p.3).

Relacionado a essa questão está o quesito da carga horária laboral. Uma vez que mulheres necessitam conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e cuidados, em muitos casos acabam por trabalhar em ocupações com carga horária reduzida. O indicador de proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, por sexo, mostra um percentual mais elevado de mulheres que trabalha em período parcial, de até 30 horas (28,2%), quando comparado com os homens (14,1%) (IBGE, 2018).

O diferencial regional também se mostra marcante: as regiões Norte e Nordeste mostram um percentual de 36,8% e 36,9%, respectivamente, enquanto as demais regiões possuem uma média de 24,5%. Outro agravante da desigualdade de gênero fica evidente com a desagregação do indicador por cor ou raça. Observa-se que as mulheres pretas ou pardas são as que mais exerceram ocupação por tempo parcial – 31,3% do total – enquanto 25% das mulheres brancas se ocuparam desta forma. No caso masculino, apenas 11,9% dos declarados brancos se ocuparam por tempo parcial, enquanto pretos ou pardos mostram uma proporção de 16,0% (IBGE, 2018).

Em relação aos rendimentos médios do trabalho, as mulheres recebem cerca de $\frac{3}{4}$ do que os homens recebem. No caso da escolaridade, o IBGE (2018) verificou, a partir da taxa de frequência escolar líquida da população de jovens e adultos (dados da PNAD Contínua de 2016), considerável desigualdade entre as mulheres por cor ou raça. As mulheres pretas ou pardas de 15 a 17 anos de idade apresentem atraso escolar em 30,7% dos casos, enquanto para as mulheres brancas da mesma faixa etária, essa proporção é de 19,9%. O maior diferencial encontrado para o complemento desse indicador está entre as mulheres brancas e os homens pretos ou pardos – o atraso deles (42,7%) era mais do que o dobro do delas (19,9%). Dentre os diversos fatores relacionados a esse resultado desigual, entende-se que a entrada precoce dos homens no mercado de trabalho gere impacto significativo.

Constatam-se diferenciais por cor ou raça também nos índices de educação superior. O percentual de mulheres brancas com ensino superior completo é mais do que o dobro do calculado para as mulheres pretas ou pardas, isto é, 2,3 vezes maior. Similarmente, o percentual de mulheres brancas com ensino superior é mais do que o triplo daquele encontrado para os homens pretos ou pardos. Os homens pretos ou pardos apresentam os piores resultados educacionais (IBGE, 2018).

Apesar desses resultados sugerirem a ampliação da escolarização feminina, verifica-se considerável desigualdade entre mulheres brancas e mulheres pretas ou pardas, evidenciando que a cor ou raça é fator preponderante na desvantagem educacional, mesmo entre as mulheres que mais se beneficiaram da crescente escolarização nos últimos anos. Ademais, esses indicadores não são refletidos em uma menor desigualdade no ambiente laboral. As mulheres continuam a ter dificuldade em alcançar cargos de maior prestígio em qualquer que seja a área em que atuem.

A efetiva participação na vida pública pelas mulheres, em seus campos cívico e político, assumindo posições de liderança nos setores público e privado, também é um indicador de emancipação feminina. Nesse sentido, é importante a proporção de policiais mulheres. Em 2014, as mulheres representavam 13,4% do efetivo ativo das polícias militares e civis no Brasil. O estado brasileiro com a menor participação feminina no efetivo policial civil e militar era o Rio Grande do Norte, com 5,1%, e a que tinha a maior participação era o Amapá, com 23,4%. Em todos os estados, a participação feminina era menor na polícia militar do que na polícia civil. Sobre esse indicador, cabe lembrar um fato importante: a presença de mulheres no corpo policial está prevista dentre as medidas de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar (IBGE, 2018).

De modo geral, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho formal pouco oscilou em torno dos 54-55% de 1995 a 2015, não tendo jamais chegado a 60%. Isto significa que quase metade das brasileiras em idade ativa está fora do mercado de trabalho. O percentual masculino chegou a 85% e caiu para menos de 78% em 2015 (IPEA, 2017). Ademais, no Brasil, 60,9% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens e 39,1% pelas mulheres, em 2016. Em todos os grupos etários havia uma maior proporção de homens ocupando os cargos gerenciais, havendo um percentual maior nas idades mais elevadas. No tocante aos diferenciais de cor e raça, “a desigualdade entre mulheres pretas ou pardas e os homens pretos ou pardos era maior do que entre as mulheres brancas e os homens brancos” (IBGE, 2018, p.11).

O IBGE (2018) observou ainda que, gradativamente as mulheres vêm tendo mais acesso ao mercado de trabalho formal. Todavia, essa maior inserção não se refletiu em igualdade de oportunidades de emprego, uma vez que tais espaços ocupados por elas são diferenciados e, sobretudo, secundários ou precários. Acerca desse meio também é relevante nos atentarmos a questão da dupla ou tripla jornada de trabalho feminina – muito comum no Brasil – e as diferenciações raciais, pois, especialmente as mulheres negras estão concentradas nos serviços sociais e domésticos. O emprego doméstico era a ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no Brasil em 2015.

2.4. Síntese da literatura sobre migração e relações de gênero: como mensurar?

Como visto, o número de estudos que relacionam migração e gênero aumentou consideravelmente nas últimas décadas. A intensificação da migração internacional feminina foram os motivos principais da maior atenção dada ao tema. O termo “feminização da migração” se consolidou como indicativo do aumento da participação das mulheres nestes movimentos e das mudanças no perfil das migrantes, mas também como o fortalecimento da agência feminina na decisão de migrar, redução da mobilidade associada à família e crescimento da migração vinculada ao mercado de trabalho (MARINUCCI, 2007). Nessa perspectiva, a feminização da migração aponta para a diversificação dos motivos da mudança, implicando que há um aumento no número de movimentos autônomos e reconhecendo a incorporação das mulheres no mercado de trabalho global e seu papel como migrantes trabalhistas (YINGER, 2007 apud GIORGULI; ANGOA, 2016). Dessa forma, o conceito de “feminização da migração” reflete os diferenciais de gênero em mobilidade populacional.

O levantamento bibliográfico realizado para embasar esta dissertação passou pelos autores clássicos da migração, pelas abordagens de equilíbrio, histórico-estruturalistas, transicionais e pelas pluralistas. De modo geral, a literatura apontou que, durante muito tempo, a migração feminina foi considerada apenas como uma resposta à ação tomada pelo homem, feita de forma passiva, e realizada apenas para acompanhar a família. Os autores clássicos, tratados aqui como “estudos pioneiros”, pouco trataram da questão de gênero nos estudos migratórios.

Na década de 1970, no entanto, houve um aumento das análises que consideravam o domicílio como unidade de tomada de decisão migratória, o que levou a um afastamento do foco no indivíduo como tomador de decisão. As análises que partiram deste escopo representaram avanços em relação aos estudos de gênero e mobilidade. Mincer (1978) realizou um dos trabalhos mais conhecidos, cuja contribuição principal foi a troca do foco no ganho individual para a maximização do rendimento familiar. O autor demonstrou que a decisão de migrar pode resultar em incremento do rendimento familiar, mesmo prejudicando o rendimento de algum membro individualmente. Ele identificou que, em sua maioria, a esposa seria o indivíduo prejudicado. Isto porque ela estaria encarregada dos trabalhos domésticos e de cuidados que não são remunerados e, mesmo quando atuando no mercado de trabalho, o rendimento auferido, geralmente, era inferior ao do esposo (MINCER, 1978).

Em suma, os estudos demonstraram que as mulheres têm maiores probabilidades de terem seus rendimentos afetados negativamente com a migração da família e que esse impacto

depende da pretensão de ter filhos, da presença de filhos pequenos na família e do nível educacional. Isso indica um peso significativo das questões de gênero na decisão de migração familiar e/ou nas consequências do movimento.

No caso das migrações internas no Brasil, apesar de ainda escassos, os estudos brasileiros estão buscando acompanhar a evolução do campo de estudos que relaciona migração e gênero. Ressalta-se os trabalhos de Chaves (2009) e Schneider (2020) que buscaram investigar alguns fluxos migratórios femininos no Brasil a partir da mensuração do grau de independência das mulheres no deslocamento, além de observar o volume desses fluxos e a situação destas migrantes no mercado de trabalho. É interessante perceber que as autoras já captaram um aumento da mobilidade feminina ao longo dos anos, contudo, alertam para diferenças regionais relevantes.

Chaves (2009) mostrou que a maior parte das migrantes eram declaradas “cônjuges” já no momento da migração e que a participação das mulheres como chefes do domicílio, não apresentou variações com o tempo decorrido após a migração, indicando, possivelmente, que as mulheres que migraram solteiras e eram chefes do domicílio na data do Censo já estavam nessa posição quando realizaram o movimento. Schneider (2020) avançou neste debate ao concluir que a forma como as migrantes se deslocavam era muito semelhante à dos homens, se distanciando da literatura que indicava que as mulheres realizavam uma migração mais conjunta, associada à família.

Uma vez que Chaves (2009) utilizou-se apenas dos censos de 1980 e 1991, enquanto Schneider (2020) partiu do mesmo ano, adicionando ainda os censos 2000 e 2010, é possível depreender que, conforme as migrações femininas se tornaram mais numerosas com o passar dos anos, cresceu também a quantidade destes movimentos realizados pelas mulheres de forma autônoma e independente de motivos familiares.

De forma similar, observa-se que Chaves (2009) havia detectado uma constante desvantagem das migrantes no mercado de trabalho, especialmente daquelas em união, enquanto Schneider (2020), com a utilização de dados mais recentes, detectou melhorias no nível de instrução, aumento da taxa de atividade, da formalidade e do rendimento das mulheres no período. Contudo, é importante observar novamente as diferenças regionais, além das diferenciações segundo a origem das imigrantes, como Schneider (2020) identificou.

De modo geral, grande parte dos estudos passaram a considerar o gênero como um fator significativo nas relações de poder e como uma lente para examinar instituições, normas sociais, políticas e identidades envolvidas nos processos de migração a partir dos anos 2000. Os estudos mostraram que os valores culturais, as expectativas, as instituições sociais, os fatores históricos

e estruturais e as relações de gênero moldam a possibilidade de os indivíduos migrarem. Quanto maior a desigualdade de gênero, menor o peso da opinião das mulheres na decisão de migrar e maior o número daquelas que são tanto impedidas quanto pressionadas a migrar – a depender do contexto sociocultural (DE HAAS; FOKKEMA, 2010).

Como resultado, tais estudos que incorporaram gênero como uma categoria analítica em meio à mobilidade forneceram novas interpretações de muitos dos aspectos tradicionais do campo: a organização social da migração, transnacionalismo, assimilação e integração social e política de migração, entre outros (MOROKVASIC, 1984; HONDAGNEU-SOTELO, 1999; CURRAN ET. AL., 2006, DONATO et al., 2006; PESSAR; MAHLER, 2001). Além disso, alguns autores também argumentaram que o inverso era verdadeiro: a migração é um fator crítico a ser considerado nos estudos sobre transformação das relações de gênero (HONDAGNEU-SOTELO, 1999; PESSAR; MAHLER, 2001).

De modo geral, os trabalhos que relacionam gênero ao processo migratório abordam quatro questões principais: (1) até que ponto a migração transforma as relações de gênero e o status feminino; (2) o papel das mulheres nos mercados de trabalho, que difere do dos homens migrantes e está associado às estruturas de gênero; (3) a transformação na formação e dinâmica familiar devido à mobilidade de homens e mulheres e como ela transforma as relações de gênero; e (4) a possível mudança na situação das mulheres quando o processo de migração aumenta sua participação na esfera pública e política. Essas questões foram estudadas da perspectiva das comunidades de origem ou de destino e, em sua maioria, focando-se nos movimentos internacionais (GIORGULI; ANGOA, 2016) e na dinâmica do ciclo de vida individual.

Karen Mason (1986, 1997), todavia, crítica a conceptualização e a forma como a maioria dos estudos consideram o gênero. Segundo a autora, a literatura frequentemente se refere subcomponentes do gênero, como 'papéis de gênero', 'empoderamento feminino', 'autonomia das mulheres' e 'status das mulheres', que informam apenas um aspecto dos diferenciais de gênero. O termo 'sistema de gênero' – como “expectativas socialmente construídas para o comportamento masculino e feminino que são encontradas (de forma variável) em todas as sociedades humanas conhecidas” – é preferível porque compreende toda a complexidade de papéis, direitos e status que envolvem ser homem ou mulher em uma dada sociedade ou cultura (MASON, 1997).

Essas expectativas de um sistema de gênero impactam em diversos aspectos sociais, de forma que a autora subdivide tal sistema em dois níveis: “papéis de gênero”, que remetem a divisão de trabalho e responsabilidades entre mulheres e homens, que concedem direitos e

obrigações diferentes a eles em todos os nichos da sociedade; e a “estratificação de gênero”, que se caracteriza pelo efeito da desigualdade entre os sexos em poder, autonomia e bem-estar (normalmente, em desvantagem para as mulheres) institucionaliza nas esferas da sociedade. Dessa forma, a equidade de gênero deriva de ambos os elementos do sistema de gênero (MASON, 1997).

Considera-se que através da perspectiva do sistema de gênero é possível analisar tanto o papel das mulheres nos mercados de trabalho e em outros níveis mais amplos ligados à mobilidade, em relação às estruturas de gênero, quanto a transformação na dinâmica familiar devido à mobilidade de homens e mulheres e como ela transforma as relações de gênero, como identificaram Giorguli e Angoa (2016).

Como visto, o conceito de sistema de gênero é bastante eficiente para se avaliar todos os aspectos nos quais o gênero pode impactar, no entanto, é de grande complexidade metodológica. Especialmente em estudos quantitativos, a dificuldade de medir aspectos da estratificação de gênero conforme eles se manifestam no nível individual ou familiar é enorme, pois as pesquisas governamentais podem ser genéricas ou restritivas a aspectos individuais básicos. Ademais, a estratificação de gênero, bem como os papéis de gênero, são multidimensionais e variam de acordo com classe social, esfera institucional e estágio da vida, bem como por outras características dos indivíduos ou do grupo.

A presente dissertação se propõe ao desafio de partir do conceito refinado de sistema de gênero de Mason para avaliar os possíveis diferenciais em papéis de gênero em nível domiciliar, nos movimentos migratórios internos no Brasil em dois períodos distintos (2002 e 2015). Para tanto, utiliza-se dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios como fonte de informações, por esta pesquisa permitir análises no âmbito individual e familiar. Uma vez que “todos os sistemas familiares são organizados em torno do gênero, e [...] todos os sistemas de gênero delineiam os papéis familiares e de parentesco de homens e mulheres” e os dois sistemas estão interligados (MASON, 2001, p.161), os dados da PNAD são apropriados para tratar as variáveis intervenientes do sistema de gênero.

Apesar de contar com limitações quanto ao tamanho e nível de representatividade da amostra, além das possíveis imprecisões nas estimativas da PNAD, uma vez que sua amostra é projetada, considera-se que tais questões não invalidam a contribuição desta dissertação, já que as interpretações são feitas com base na intensidade e características das migrantes. Admite-se, ainda, que uma análise qualitativa adicional seria preferível, conforme salienta Mason (1997). Todavia, julga como frutífero o esforço inicial de utilizar de variáveis individuais e domiciliares das migrantes.

3. DADOS E MÉTODOS

Este capítulo apresenta a fonte de dados, as variáveis selecionadas, a descrição da amostra e o modelo utilizado para a análise dos diferenciais domiciliares de gênero nas migrações inter-regionais e intrarregionais no Brasil entre 2002 e 2015.

Como visto no capítulo anterior, a literatura tem apontado uma série de fatores sociais, econômicos e culturais como condicionantes e, ao mesmo tempo, condicionados à e pela mobilidade, assim como à questão de gênero. Conforme mencionado no Capítulo 1, o objetivo desta dissertação é explorar possibilidades de análise do conceito de sistema de gênero a partir da condição migratória das mulheres de 15 a 49 anos, ocupadas e em situação conjugal e, com isso, perscrutar a questão dos papéis de gênero em âmbito domiciliar nas migrações inter-regionais e intrarregionais no Brasil entre 2002 e 2015. Os papéis de gênero serão analisados a partir de uma medida de razão entre horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pelas migrantes e não migrantes em relação aos seus respectivos cônjuges, entendendo que o conflito entre trabalho e família está relacionado a uma maior desigualdade de gênero refletida em mais tempo médio gasto no trabalho doméstico não remunerado por mulheres em relação ao dos homens. Para tal propósito serão utilizados os dados das PNADs 2002 e 2015 e as análises se darão segundo região, ano, condição migratória e grupos etários.

As próximas seções discutem a operacionalização adotada para atingir tais objetivos, descrevem a base de dados utilizada e esclarecem algumas definições pertinentes quanto as variáveis utilizadas.

3.1. Base de Dados

O objetivo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – que teve seu início em 1967 – é produzir informações básicas para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil (IBGE, 2014). Algumas informações de caráter permanente são fundamentais em estudos sociais e muitas delas podem ser consideradas relevantes em investigações sobre gênero, como fecundidade, nupcialidade, condição da unidade domiciliar, educação, saúde, previdência e assistência social, mercado de trabalho, trabalho doméstico, habitação e saneamento, acesso a bens duráveis e exclusão digital, distribuição e desigualdade de renda, uso do tempo, dentre outras.

Para cumprir com os objetivos da presente dissertação, serão utilizados como fontes de informações os microdados da PNAD dos anos de 2002 e 2015, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A PNAD, de periodicidade anual, foi encerrada em 2016, com a divulgação das informações referentes a 2015, sendo substituída pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, com metodologia atualizada para propiciar uma cobertura territorial mais abrangente e disponibilizar informações conjunturais trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional (IBGE, *online*²). Os dados da PNAD Contínua não foram considerados nesta dissertação devido a não-publicação das informações sobre migrações e fecundidade nesta base.

A amostra da PNAD é selecionada em três estágios sucessivos: Municípios, Setores e Unidades Domiciliares. Existem municípios autorrepresentados e municípios escolhidos aleatoriamente. Os setores censitários, que constituem as unidades de seleção no segundo estágio, são áreas menores em que se subdividem os distritos e municípios para efeitos de levantamentos estatísticos por parte do IBGE, como os censos. Anualmente, são investigados na PNAD cerca de 110.000 domicílios (TRAVASSOS; VIACAVA; LAGUARDIA, 2008).

A estrutura da pesquisa contempla dois níveis de informação. No primeiro, incluem-se dados relativos aos domicílios e, no segundo nível, dados sobre os indivíduos residentes, inclusive aqueles ausentes por um período não superior a doze meses em relação à data da entrevista. São pesquisados os domicílios particulares e as unidades de moradia (quarto, apartamento etc.) em domicílios coletivos (TRAVASSOS; VIACAVA; LAGUARDIA, 2008).

O questionário da PNAD contém, no nível do domicílio, informações sobre características gerais, condição de ocupação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino de lixo, iluminação elétrica, bens – que incluem telefones fixo e celular, microcomputador e acesso à internet – e características das famílias. A família é definida como o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Nessa conjuntura, os dados individuais da PNAD permitem análises no âmbito da família (IBGE, 2014).

É importante ressaltar que o desenho amostral da PNAD possibilita a expansão dos seus resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre). Portanto, não garante representatividade da amostra para níveis geográficos

²<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>

menores, tais como município, distrito, setores censitários e demais regiões metropolitanas (IBGE, 2015).

É possível também observarmos o nível individual, no qual o questionário contém informações sociodemográficas, como por exemplo cor ou raça, migração, escolaridade, características do trabalho e rendimento para os maiores de 10 anos, características do trabalho infantil e características de fecundidade.

No decorrer dos 49 anos de sua existência, a PNAD também contou com diversos suplementos temáticos. Não houve um planejamento explícito sobre os temas e sua periodicidade. Entretanto, alguns temas receberam maior destaque, tais como fecundidade (1972, 1973, 1978, e 1984) e saúde (1981, 1986, 1998 e 2003). Alguns temas dos Suplementos foram incorporados ao corpo básico do questionário da PNAD (TRAVASSOS; VIACAVA; LAGUARDIA, 2008).

3.1.1. Alterações metodológicas e conceituais na base de dados entre 2002 e 2015

Nesta seção serão apresentadas algumas alterações metodológicas e conceituais que ocorreram entre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2002 e 2015. Como pretende-se comparar os perfis de um ano com o outro em relação aos diferenciais de gênero, é importante observarmos tais diferenças nos dados para que as interpretações sejam apropriadas.

Uma primeira alteração relevante é quanto à evolução da área de abrangência geográfica coberta pela pesquisa, uma vez que a presente dissertação apresenta resultados segundo as cinco grandes regiões do Brasil. As estatísticas do período de 1992 a 2003 apresentadas para o país foram obtidas considerando as informações da totalidade do Brasil, com exceção das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá (Região Norte); e a partir de 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil (IBGE, 2016).

Nesse sentido, e, dado o desmembramento do antigo estado de Goiás, em 1998, para constituir os atuais estados de Goiás e do Tocantins, entre 1992 e 2003, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do estado do Tocantins. Isso foi realizado com o objetivo de manter a homogeneidade dos resultados produzidos, já que Tocantins passou a integrar a Região Norte do país (IBGE, 2016). Consequentemente, para tornar comparáveis as

informações de 2002 e 2015 nesta dissertação, foi considerada apenas a população urbana na região norte e a não inclusão do estado do Tocantins, em ambos os anos.

Ainda sobre as populações abrangidas, em 2002, os temas de trabalho e rendimento consideraram pessoas de 5 anos ou mais de idade, enquanto que em 2015, consideraram pessoas de 10 anos ou mais de idade. Aqui, entretanto, considera-se apenas as mulheres entre 15 e 49 anos.

A partir da PNAD 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO-Domiciliar) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE-Domiciliar) passaram a ser adotadas, respectivamente, para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD. Tendo em vista a importância da questão ocupacional para os fins deste trabalho, a escolha pelo limite mínimo temporal em 2002 deu-se por conta desta padronização na classificação de ocupações (IBGE, 2016), uma vez que permite a identificação daqueles em cargo de chefia, direção e gerência em geral, em contraposição à classificação utilizada até 2001 que permitia apenas a diferenciação entre empregados e empregadores de diversas áreas.

Em relação às informações sobre educação, foram feitos ajustes na investigação da parte de educação da PNAD 2007 para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos estabelecida na Lei n.11.274, de 06.02.2006. Assim, foi incluída na investigação uma pergunta sobre a duração do curso (8 ou 9 anos) (IBGE, 2016). Neste estudo, todavia, consideraremos o quesito de “curso mais elevado que frequentou” para mensurar a escolaridade.

Ressalta-se, por fim, que não houveram alterações metodológicas entre as PNADs 2002 e 2015 no que tange as demais variáveis utilizadas para os fins desta dissertação. Compreende-se que o período compreendido entre os anos de 2002 e 2015 é relativamente pequeno quando se trata de transformações de gênero. No entanto, esta foi a maior distância entre períodos possível de se captar, tendo em vista que o quesito de “horas semanais usualmente dedicadas aos afazeres domésticos” foi introduzido a partir da PNAD 2001, mas a padronização da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO-Domiciliar) foi adotada em 2002.

3.2. Mensuração

A presente dissertação é um estudo transversal no qual as informações a respeito das variáveis de exposição e do desfecho de uma determinada população em um determinado período são coletadas em uma única oportunidade (SILVA, 2018). Nesse contexto, utilizamos

a PNAD descrita anteriormente, em dois pontos no tempo: 2002 e 2015. As principais vantagens deste tipo de estudo é que ele é rápido e mais barato que os estudos longitudinais; constituem o único desenho que possibilita identificar a prevalência de um fenômeno de interesse; e são uteis quando se quer descrever variáveis e padrões de distribuição (SILVA, 2018). No entanto, não permite realizar associações de causa e efeito já que as informações sobre a exposição e o desfecho são captadas em uma única ocasião, o que não permite identificar a temporalidade entre as variáveis de exposição e o desfecho (SILVA, 2018).

Dado o objetivo específico desta dissertação de captar os possíveis diferenciais entre papéis de gênero nas migrações inter-regionais (longa distância) e intrarregionais (média distância) no Brasil entre 2002 e 2015 a partir de uma medida de razão entre horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pelas mulheres migrantes e não migrantes em relação aos seus respectivos cônjuges, a população-alvo dessa investigação são as mulheres migrantes datafixa de 15 a 49 anos, moradoras de domicílios particulares permanentes, pertencentes à área de abrangência geográfica da pesquisa. Tal área foi definida como todo o território nacional, dividido nas cinco grandes regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste). Apesar de as análises também serem realizadas para o Brasil como um todo, apresentaremos os resultados para as regiões separadamente a fim de minimizar as possibilidades de falácia ecológica. Embora haja certa arbitrariedade ao se analisar as grandes regiões, tem-se um maior controle de espuriedade que em uma análise a nível nacional. Além disso, a análise intrarregional permite um contraponto e certo controle do viés em se analisar grandes regiões.

Admite-se que as migrações intrametropolitanas e intra-estaduais também são de grande relevância nas análises locais dos processos sociais, especialmente no que tange aos diferenciais de gênero. No entanto, a base de dados elegida nos permite apenas a desagregação por regiões metropolitanas, como melhor descrito anteriormente. Optou-se, todavia, por utilizá-la devido a sua maior capacidade de mensuração das variáveis consideradas no conceito de sistema de gênero e a possibilidade de análise em nível domiciliar e individual. De qualquer modo, a literatura avalia que, assim como as migrações de menor distância, as migrações internas de longa distância no Brasil também passaram a refletir as especificidades das migrações de sentido urbano-urbano que se tornaram mais numerosas a partir de 1980 (BAENINGER, 2012).

Compreende-se, contudo, a limitação quanto ao tamanho e ao nível de representatividade da amostra da PNAD, que não possibilita “conhecer a realidade migratória dos municípios e das regiões dentro dos estados, com exceção de algumas regiões metropolitanas” (CUNHA; JAKOB, 2002, p.159), além de limitar a utilização das informações para Unidades da Federação de menor tamanho, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste:

A falta de coleta de informações para a zona rural da região Norte até o ano de 2003 também faz com que a PNAD não forneça um quadro completo para esta região anteriormente e este ano, que, como mostram estudos de Moreira e Moura (2000) e Cunha e Baeninger (2000), tem sido a de maior dinamismo em termos migratórios, dinamismo este que passa também pela ocupação de áreas rurais. Somente as PNADs a partir de 2004 apresentaram uma abrangência nacional (CUNHA; JAKOB, 2002, p.160).

Ademais, Cunha e Jakob (2002) alertam para a questão da expansão da amostra da PNAD que é feita com base em projeções demográficas. Dessa forma, é possível que as estimativas sejam imprecisas e/ou contenham maiores erros. Entretanto, sabe-se que nem mesmo o Censo Demográfico pode ser considerado exato. Tais imprecisões não são raras em pesquisas sociodemográficas e, uma vez que esta dissertação se foca na intensidade e características das migrantes, considera-se tal questão de menor importância.

O caráter não-retrospectivo da maioria das questões da PNAD também impõe importantes limites às análises em migração (CARVALHO; RIGOTTI, 1998; RIGOTTI, 1999; ALBUQUERQUE; SENNA, 2002). Todavia, é possível investigar os fluxos migratórios em nível das UF's através da tabulação cruzada entre os quesitos de “residência atual” (destino) e “residência prévia” (origem). Isto, em relação ao local de nascimento, cinco anos antes ou última residência – a depender da definição de migrante que melhor se adeque aos objetivos do pesquisador.

3.2.1. Definições e variáveis selecionadas

Para os fins desta dissertação, alguns filtros foram realizados na utilização dos dados. Assim, foram consideradas apenas pessoas do sexo feminino, com idade igual ou acima de 15 anos e abaixo de 50 anos. Consideraram-se também apenas as mulheres em união conjugal, dada a importância das variáveis de gênero observadas em meio a dinâmica do ambiente familiar e domiciliar e a provável discrepância em se comparar tais variáveis em contextos muito desiguais – como, por exemplo, a média de horas semanais gastas em afazeres domésticos por mães solo em comparação àquelas que possuem um(a) companheiro(a) no domicílio. Segundo a mesma lógica, e, dado o impacto das horas dedicadas ao mercado de trabalho nas horas despendidas em afazeres domésticos, foram consideradas também apenas as migrantes ocupadas no momento da pesquisa. Esta seleção objetiva maior homogeneidade da amostra. Admitindo a limitação dos dados, a perda da possível contribuição em não se observar as migrantes sem ocupação e não unidas, acredita-se que os resultados advindos desta unidade de

análise podem fornecer um panorama oportuno neste esforço inicial de articulação entre migração e a perspectiva de sistema de gênero em nível domiciliar.

Na construção das variáveis de migrante inter-regional e intrarregional, foi considerado o critério de data-fixa conforme descrito a seguir:

- **Migrante inter-regional** - indivíduo que, na data de referência da pesquisa, residia em uma região, mas que em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do levantamento), morava em outro estado de outra região.
- **Migrante intrarregional** - indivíduo que, na data de referência da pesquisa, residia em uma região, e em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do levantamento), morava em outro estado (Unidade da Federação) da mesma região referenciada no momento das pesquisas.

Apesar de a consideração da residência numa data fixa ter como limitação o fato de se perder as etapas intermediárias ocorridas entre a data fixa e a data de referência da PNAD, assim como o retorno dentro do mesmo período (RIGOTTI, 1999), esta informação aponta o volume e a origem dos fluxos, o que vai de encontro aos objetivos da presente dissertação.

Durante a análise descritiva também serão apresentados os dados de idade, condição na unidade domiciliar, número de filhos no domicílio, raça/cor e escolaridade para traçar o perfil individual e familiar das migrantes consideradas na análise, bem como os dados de ocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas por semana e rendimento mensal do trabalho principal para caracterizar o perfil socioeconômico e ocupacional das mesmas. Compreende-se aqui a importância de diversos fatores sociais, econômicos e culturais como condicionantes e, ao mesmo tempo, condicionados à e pela mobilidade, assim como à questão de gênero, de modo que, observar tais características ocupacionais, familiares e socioeconômicas se faz fundamental em quaisquer estudos que considerem migração e questões ligadas à gênero.

O padrão migratório é marcado por uma idade modal de jovens adultos, em geral, próxima a idade média de transição para a vida adulta. Todavia, para compor o escopo deste trabalho, consideraremos as mulheres migrantes de 15 a 49 anos, segundo os grupos de idades de 15-19, 20-29, 30-39 e 40-49, pois, segundo a perspectiva do curso de vida, entende-se que essa divisão pode refletir os diferenciais de gênero dentro e fora do âmbito familiar de forma mais clara, assim como suas possíveis especificidades contextuais.

Como apresentado anteriormente, o conceito de sistema de gênero desenvolvido por Karen Mason (1997, p.158) se refere a “expectativas socialmente construídas para o comportamento masculino e feminino que são encontradas (de forma variável) em todas as sociedades humanas conhecidas”. Essas expectativas são o que determinam responsabilidades

e obrigações diferenciadas entre homens e mulheres que costumam ser reforçadas pelos governos, instituições e normas. Para uma análise mais abrangente de todos os aspectos incorporados em um sistema de gênero, Mason (1997) aconselha a observação de variáveis que reflitam duas dimensões desse sistema: (i) a estratificação de gênero – entendida como a desigualdade institucionalizada entre membros masculinos e femininos da sociedade – e (ii) os papéis de gênero – refletidos na divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres (MASON, 1997).

Nesse sentido, o objetivo aqui configura um esforço inicial de captar a relação entre os papéis de gênero femininos dada a condição migratória, a partir de uma medida de razão entre horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pelas migrantes e não migrantes em relação aos seus respectivos cônjuges. Uma vez que o sistema familiar reflete o sistema de gênero, conforme aponta Mason (2001), julgou-se razoável a união entre análises de nível domiciliar e individual. Parte-se também do postulado de McDonald (2000a) sobre a possibilidade de se estudar os papéis de gênero dentro da família com base na divisão de trabalho doméstico entre homens e mulheres. Devido a essa lógica e as possibilidades que a base de dados elegida para este trabalho nos dá, só serão consideradas mulheres em união conjugal.

A PNAD define afazeres domésticos como a realização de tarefas ou atividades (que não se enquadram no conceito de trabalho remunerado) de: i) arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; ii) cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando ou não aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); iii) orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; iv) cuidar de filhos ou menores moradores; ou v) limpar o quintal ou o terreno que circunda a residência (IBGE, 2016).

Entende-se, em suma, que a medida de tempo semanal gasto em afazeres domésticos não remunerados reflete as expectativas referentes à dimensão dos papéis de gênero, assim como sinaliza a situação dos papéis materno e doméstico. A análise da razão de tempo, dessa forma, permite a comparação entre homens e mulheres dentro do próprio domicílio de forma direta. Admite-se, contudo, que a presença ou não de um(a) empregado(a) doméstico(a) remunerado(a) no domicílio é um aspecto de grande impacto nas horas dedicadas aos afazeres domésticos das mulheres ou de seus cônjuges. Esta questão representa uma limitação na presente análise.

Para a extração das variáveis de interesse, foram selecionados os quesitos das bases de dados descritos na Tabela 1:

Tabela 1. Quesitos selecionados para o desenvolvimento da dissertação

Variável	PNAD 2002	PNAD 2015
UF	Unidade da Federação	Unidade da Federação
Sexo	V0302 - Sexo	V0302 - Sexo
Idade	V8005 - Idade do morador	V8005 - Idade do morador na data de referência
Situação conjugal	V4723 - Tipo de família	V4723 - Tipo de família para todas as unidades domiciliares
Raça/cor	V0404 - Cor ou raça	V0404 - Cor ou raça
Migração	V5030 - UF de nascimento; V0507 - Em 28/09/1997, morava na Unidade da Federação; V5090 - Última Unidade da Federação ou de país estrangeiro em que morou anteriormente;	V5030 - Lugar de nascimento V0507 - Morava na Unidade da Federação há 5 anos da data de referência V5090 - Lugar de residência anterior
Escolaridade	V0607 - Curso mais elevado que frequentou anteriormente	V6007 - Curso mais elevado que frequentou anteriormente
Emprego	V9001 - Exerceu algum trabalho na semana de 22 a 28/09/2002	V9001 - Trabalhou na semana de referência
Ocupação	V4810 - Grupamentos ocupacionais no trabalho principal da semana de 22 a 28/09/2002 para pessoas de 10 anos ou mais - CD2000	V4810 - Grupamentos ocupacionais do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade
Rendimento mensal	V4718 - Valor do rendimento mensal do trabalho principal para pessoas de 10 anos ou mais	V9532 - Rendimento mensal em dinheiro que recebia normalmente, no mês de referência, no trabalho principal da semana de referência
Horas semanas dedicadas aos afazeres domésticos	V9921 - Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos	V9058 - Número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal da semana de referência
Posição na ocupação	V4706 - Posição na ocupação no trabalho principal da semana de 22 a 28/09/2002 para pessoas de 10 anos ou mais	V4706 - Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais
Horas trabalhadas por semana	V4707 - Horas trabalhadas por semana em todos os trabalhos da semana de 22 a 28/09/2002 para pessoas de 10 anos ou mais	V4707 - Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade
Total de filhos que residem no domicílio	V1141 - Número de filhos, homens, que moram neste domicílio; V1142 - Número de filhos, mulheres, que moram neste domicílio	V1141 - Número de filhos tidos, do sexo masculino, que moravam no domicílio; V1142 - Número de filhos tidos, do sexo feminino, que moravam no domicílio
Condição na unidade domiciliar	V0401 - Condição na unidade domiciliar	V0401 - Condição na unidade domiciliar
Peso amostral	V4729 - Peso da pessoa	V4729 - Peso da pessoa

Fonte: IBGE, PNADs 2002 e 2015.

Segundo as definições do IBGE (2016), a unidade domiciliar é o domicílio particular ou uma unidade de habitação (quarto, apartamento etc.) em domicílio coletivo. A população residente é composta pelos moradores presentes e ausentes (temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data) da unidade domiciliar na data da entrevista, estavam presentes ou ausentes (em 2002, a data de referência foi 28 de setembro do mesmo ano, e em 2015, foi 26 de setembro de 2015).

Informações sobre a idade da população são investigadas pelo IBGE por meio da pesquisa do dia, mês e ano de nascimento da pessoa ou da idade presumida da pessoa que não soubesse a data de nascimento. A idade foi calculada em relação à data de referência da pesquisa (IBGE, 2016).

O quesito de raça ou cor é autodeclarado pelo respondente entre cinco categorias: branca, preta, amarela (compreendendo-se pessoa que se declarou de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (inclui aqueles que se declararam mulato, caboclo, cafuzo, mameluco ou mestiço de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (inclui pessoa que se declarou indígena ou índia) (IBGE, 2016).

Já o conceito de “família” é classificado pelo IBGE (2016, p.15) como o “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar”. Nesta conjuntura, considera-se como famílias conviventes aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residissem na mesma unidade domiciliar. Dentro de cada domicílio e de cada família, as pessoas foram classificadas em função da relação com a pessoa de referência ou com o seu cônjuge, de acordo com as seguintes definições:

- Pessoa de referência: Pessoa responsável pela unidade domiciliar ou que assim fosse apontada pelos demais membros;
- Cônjuge: Pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar, existindo ou não o vínculo matrimonial;
- Filho: Pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu cônjuge;
- Outro parente: Pessoa que tinha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar ou com o seu cônjuge;

Na PNAD as pessoas são classificadas em ocupadas e desocupadas em relação a semana de referência da pesquisa. Nesse sentido, aquelas definidas como ocupadas tinham trabalho durante todo ou parte desse período, mesmo que em situação de férias, licença, greve etc. As

pessoas classificadas como desocupadas foram aquelas que na semana de referência da pesquisa, não possuíam trabalho e que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período (IBGE, 2016).

A ocupação do indivíduo foi definida como o cargo, função, profissão ou ofício exercido por ele. Em ambos os anos analisados, as ocupações foram classificadas utilizando-se a Classificação Brasileira de Ocupações – Domiciliar (CBO-Domiciliar), que é uma adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO para as pesquisas domiciliares. A opção pelo limite mínimo temporal considerado aqui se deu por conta desse padrão de classificação adotado pela PNAD a partir de 2002.

As horas habitualmente trabalhadas por semana correspondem às horas semanais normalmente dedicadas ao trabalho principal, no secundário e nos demais trabalhos remunerados que a pessoa tinha na semana de referência (IBGE, 2016).

Por fim, a variável de renda considerada para os fins desta dissertação é aquela descrita no quesito de rendimento mensal para as pessoas de 10 anos ou mais de idade (na PNAD 2002) e para pessoas com 14 anos ou mais de idade (na PNAD 2015) e para as economicamente ativas pelo IBGE. Isto é, a soma do rendimento mensal do trabalho principal (IBGE, 2003; 2016).

Busca-se aqui esquadrihar o quanto as variáveis selecionadas impactam ou se relacionam com o condicionante da mobilidade realizada, bem como a medida de razão entre migrantes, não migrantes e seus cônjuges. Esta, foi calculada a partir da divisão das horas declaradas pelas mulheres, pelas horas declaradas por seus cônjuges. Dessa forma, tais relacionamentos serão observados a partir dos dados das PNADs de 2002 e 2015 segundo quatro grandes recortes: (i) Espacial (segundo as cinco grandes regiões brasileiras); (ii) Temporal (a partir da distância entre os dois pontos no tempo observados); (iii) Por tipo de movimento migratório e (iv) Segundo padrão etário. Espera-se encontrar variabilidade temporal, espacial e segundo *timing* do ciclo de vida.

Para a obtenção dos resultados utiliza-se o tratamento dos microdados das PNADs de ambos os anos em perspectiva por meio do *software* estatístico SPSS. Os dados serão apresentados na forma de tabelas e gráficos elaborados a partir do mesmo *software*, em conjunto ao Microsoft Excel. Para a execução dos objetivos descritos acima, considera-se que os métodos descritivos e explicativos, a partir dos dados secundários, são eficientes.

4. RESULTADOS: MIGRAÇÕES E SISTEMAS DE GÊNERO

Este capítulo apresenta inicialmente o perfil das migrantes inter-regionais, intrarregionais e das não-migrantes, conforme fatores socioeconômicos identificados na literatura como relevantes frente aos estudos de gênero: idade, condição na unidade domiciliar, número de filhos no domicílio, raça/cor, escolaridade, ocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas por semana e rendimento mensal do trabalho. Em seguida, é feita uma análise das razões de tempo semanal habitualmente dedicado aos afazeres domésticos pelas mulheres em relação aos seus respectivos cônjuges. Tais análises envolvendo o perfil das mulheres descritas acima envolverão os recortes de tempo, região, grupos etários e condição migratória.

4.1. Perfil individual, familiar e ocupacional das migrantes e não migrantes

Esta seção explora as características e perfis individual, familiar, socioeconômico e ocupacional das mulheres migrantes e não migrantes, em termos de variáveis relacionadas à posição no sistema de gênero: idade, condição na unidade domiciliar, número de filhos no domicílio, raça/cor, escolaridade, ocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas por semana e rendimento mensal do trabalho principal. A análise é descritiva e, portanto, não permite realizar associações de causa e efeito ou identificar temporalidade entre as variáveis.

Considera-se apenas as migrantes inter-regionais e intrarregionais data-fixa, bem como as não migrantes, de 15 a 49 anos, em união conjugal, que se declararam como ocupadas no momento da pesquisa. A partir do recorte feito por estes filtros, a amostra restante foi de 14.448 casos em 2002 e 13.857 em 2015. Ponderados os dados pela variável de ‘peso amostral’ das PNADs, somam-se 6.498.360 observações em 2002, e 7.620.018 observações em 2015. A Tabela 2 dispõe da distribuição das mulheres da amostra segundo condição migratória. Observa-se que, em ambos os anos, as não migrantes somam cerca de 60% da população e, dentre as migrantes, prenomina as inter-regionais.

Tabela 2. Distribuição das mulheres da amostra, por condição migratória e ano, Brasil, 2002-2015

Condição migratória	2002		2015	
	%	Observações	%	Observações
Não-migrantes	60,5%	3.933.933	58,4%	4.454.114
Inter-regionais	25,7%	1.666.767	28,1%	2.141.752
Intrarregionais	13,8%	897.660	13,4%	1.024.152
Total	100%	6.498.360	100%	7.620.018

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015.

A Tabela 3 apresenta o perfil individual e familiar das migrantes e não migrantes, por ano e condição migratória. Nota-se que tanto em 2002, quanto em 2015, a região Sudeste do país concentra maiores proporções de migrantes em geral, todavia, destacam-se as inter-regionais, pois, mais da metade destas migrantes residiam na região no momento das pesquisas. É sabido que o Brasil possui grandes diferenciais sociais e econômicos regionais devido à sua grande extensão territorial e à história da industrialização e urbanização do país. Conforme evidenciado na seção 2.2, as migrações internas no Brasil acompanharam esse desenvolvimento e em poucas décadas se modificaram drasticamente (GHUZI, 2012; MUNIZ, 2002).

A Tabela 3 também evidencia que, em ambos os anos, as migrantes inter-regionais se mostravam mais numerosas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, enquanto que no caso das intrarregionais, nas regiões Sudeste e Sul. A região Sudeste também apresenta o maior percentual de não migrantes. Ressalta-se que todos os movimentos migratórios, em todas as regiões se tornaram mais numerosos entre 2002 e 2015.

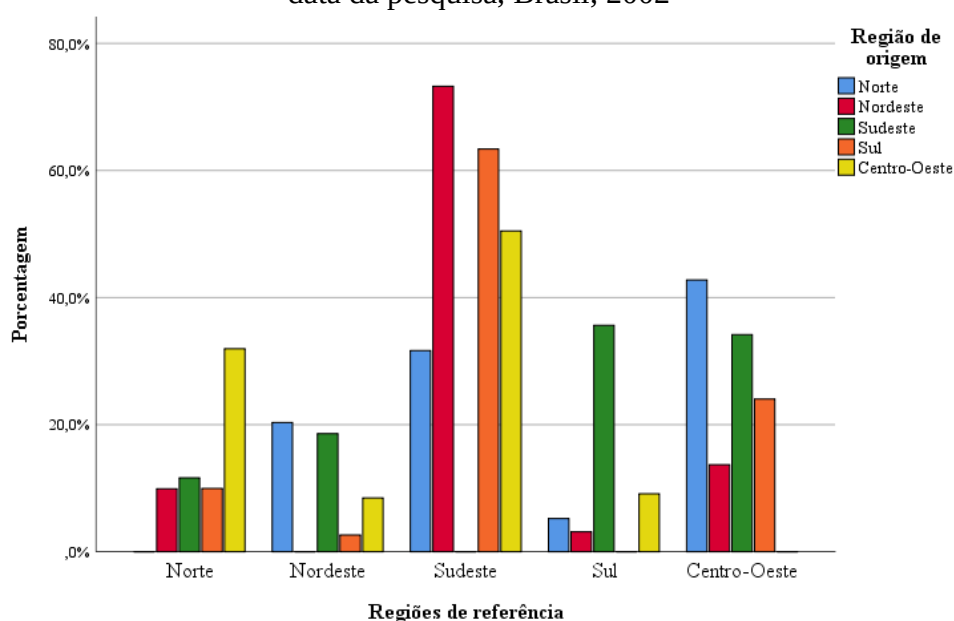
Tabela 3. Perfil individual e familiar das migrantes e não migrantes, por ano e condição migratória, Brasil, 2002-2015

Variável	Característica	2002						2015					
		Não-migrantes		Inter-regionais		Intrarregionais		Não-migrantes		Inter-regionais		Intrarregionais	
		%	Observações	%	Observações	%	Observações	%	Observações	%	Observações	%	Observações
Regiões de referência	Norte	4,4%	171.168	10,9%	181.201	5,3%	47.683	6,4%	298.114	11,0%	246.068	8,4%	89.518
	Nordeste	27,3%	1.074.822	4,9%	80.848	20,2%	181.609	25,3%	1.168.681	6,0%	134.886	21,0%	222.496
	Sudeste	37,1%	1.460.813	55,9%	931.002	44,8%	402.204	37,3%	1.723.393	53,9%	1.205.509	42,6%	451.925
	Sul	26,6%	1.046.096	8,6%	143.973	25,7%	230.894	25,5%	1.179.045	8,8%	196.144	22,7%	240.430
	Centro-Oeste	4,6%	181.034	19,8%	329.743	3,9%	35.270	5,5%	253.550	20,3%	453.761	5,3%	56.375
Grupo etário	15 a 19 anos	1,6%	62.439	1,0%	16.151	0,9%	7.641	1,0%	43.548	0,9%	18.797	0,6%	6.245
	20 a 29 anos	22,6%	869.395	24,9%	406.704	22,3%	194.080	19,0%	844.091	17,4%	372.599	19,8%	203.241
	30 a 39 anos	42,0%	1.614.022	41,9%	684.236	41,3%	359.761	39,9%	1.777.673	41,3%	885.412	40,5%	414.762
	40 a 49 anos	33,8%	1.298.802	32,2%	524.584	35,6%	310.248	40,2%	1.788.802	40,4%	864.944	39,0%	399.904
Raça/cor	Indígena	0,2%	8.311	0,2%	2.827	0,3%	3.011	0,4%	16.774	0,6%	13.597	0,5%	5.631
	Branca	59,6%	2.344.837	54,9%	915.423	61,2%	549.386	50,3%	2.325.399	42,8%	957.074	51,5%	545.856
	Preta	4,4%	174.166	4,9%	82.362	4,1%	36.370	7,9%	365.703	8,9%	199.336	7,8%	82.415
	Amarela	0,6%	23.336	0,4%	6.604	0,2%	1.490	0,7%	32.655	0,6%	12.375	0,4%	4.122
	Parda	35,2%	1.383.283	39,6%	659.551	34,2%	307.403	40,7%	1.882.252	47,1%	1.053.986	39,9%	422.720
Escolaridade	Sem instrução	0,1%	4.405	0,1%	783	0,2%	1.307	0,0%	1.076	-	-	-	-
	Ensino fundamental	56,8%	1.924.353	60,9%	857.629	57,5%	443.375	32,3%	1.383.276	34,3%	712.753	30,2%	292.257
	Ensino médio	29,1%	986.955	26,7%	375.293	27,4%	211.409	42,1%	1.803.496	45,8%	951.726	43,3%	419.296
	Ensino superior	13,4%	454.988	11,8%	166.501	13,7%	106.031	24,4%	1.046.897	18,5%	384.259	24,9%	241.331
	Pós-graduação	0,6%	19.031	0,5%	6.977	1,2%	9.527	1,2%	51.910	1,5%	31.189	1,5%	14.492
Condição na unidade domiciliar	Responsável	5,7%	224.696	6,5%	108.015	6,1%	54.949	22,7%	1.047.161	24,6%	549.497	24,2%	256.317
	Cônjuge	94,3%	3.709.237	93,5%	1.558.752	93,9%	842.711	77,3%	3.575.622	75,4%	1.686.871	75,8%	804.427
Nº de filhos	Sem filhos	5,1%	178.421	5,1%	74.505	5,3%	42.060	9,4%	362.724	9,5%	178.614	8,3%	72.749
	1 filho	30,4%	1.063.256	30,0%	442.193	31,5%	251.474	40,5%	1.569.571	39,9%	750.637	39,6%	349.098
	2 filhos	37,9%	1.329.171	39,0%	575.285	36,4%	290.416	35,6%	1.379.508	34,9%	655.781	36,6%	322.264
	3 filhos	18,1%	632.653	17,8%	263.112	17,6%	140.566	10,8%	418.858	11,2%	210.148	11,3%	99.962
	4 filhos	5,2%	182.421	5,8%	84.834	5,7%	45.149	2,4%	92.601	3,4%	63.944	3,0%	26.550
	5 filhos	1,8%	61.539	1,5%	21.980	2,2%	17.561	1,0%	36.846	0,8%	15.552	0,8%	6.973
	6 ou mais	1,6%	55.707	0,9%	12.872	1,3%	10.542	0,4%	14.151	0,4%	6.790	0,4%	3.893
Total		100%	3.933.933	100%	1.666.767	100%	897.660	100%	4.454.114	100%	2.141.752	100%	1.024.152
N		8.890		3.681		1.877		8.280		3.780		1.797	

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015.

Ademais, observa-se pelo Gráfico 1, que a maioria das migrantes inter-regionais residentes na região Norte em 2002 eram originalmente do Centro-Oeste; as do Nordeste vieram especialmente do Norte e do Sudeste, enquanto as desse último, eram majoritariamente nordestinas, em 2002. Ainda sobre esse ano, as migrantes inter-regionais observadas na região Sul na data de referência da pesquisa eram majoritariamente da região Sudeste, e as referenciadas no Centro-Oeste, especialmente nascidas no Norte do país.

Gráfico 1. Região de nascimento das migrantes inter-regionais, por região de referência na data da pesquisa, Brasil, 2002

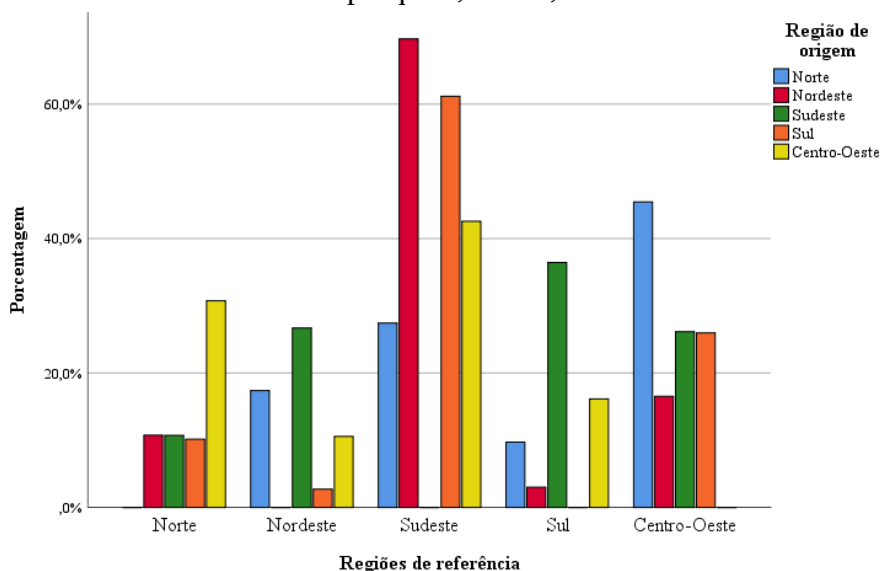


Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002.

O Gráfico 2 nos dá a mesma associação conforme os dados de 2015. Percebe-se que a relação vista em 2002 se mantém proporcionalmente em 2015, com exceção da região Nordeste, que no ano mais recente, passou a ter uma maioria de migrantes advindas da região Sudeste, o que reflete um alto fluxo de migração de retorno ao estado de origem, especialmente do Piauí, do Ceará e do Rio Grande do Norte (BRITO; CARVALHO, 2006). Brito e Carvalho (2006) conformaram tais tendência a partir do uso dos censos de 1991 e 2000 e das PNADs de 2002, 2003 e 2004. Os autores perceberam que o estado de São Paulo, que a décadas tem sido o que mais recebe migrantes interestaduais, mostrou saldos migratórios negativos neste período devido, principalmente, ao aumento do número de emigrantes em geral e o declínio do volume de imigrantes interestaduais. Isto porque “São Paulo, além de ser uma Região de forte atração migratória, tem recentemente apresentado um conjunto de peculiaridades econômicas e sociais que fazem dele o maior fornecedor de emigrantes para outros estados no Brasil” (BRITO;

CARVALHO, 2006, p.447-448). Para as demais regiões, houve alteração apenas no nível de participação.

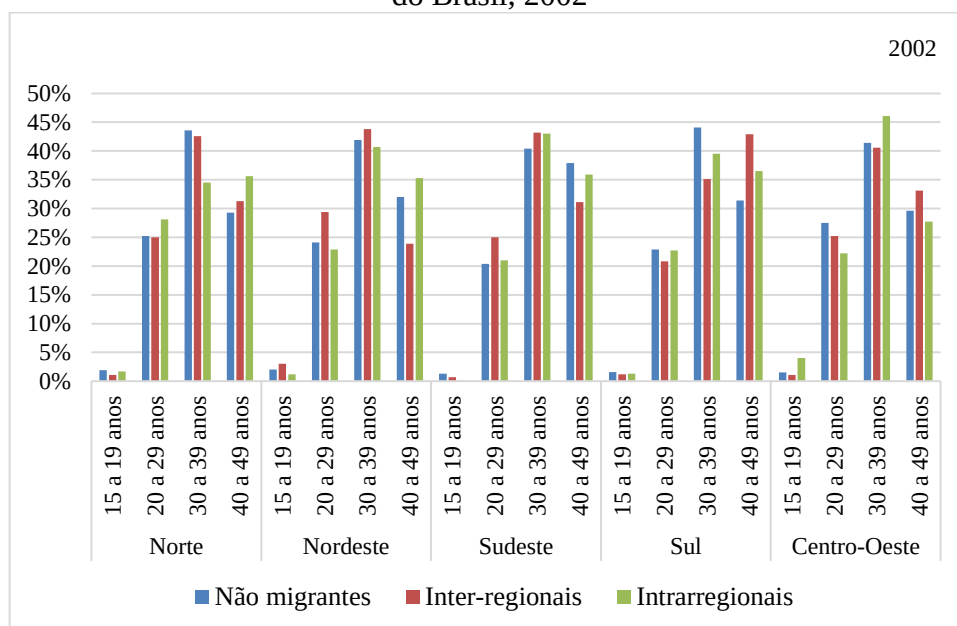
Gráfico 2. Região de nascimento das migrantes inter-regionais, por região de referência na data da pesquisa, Brasil, 2015



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

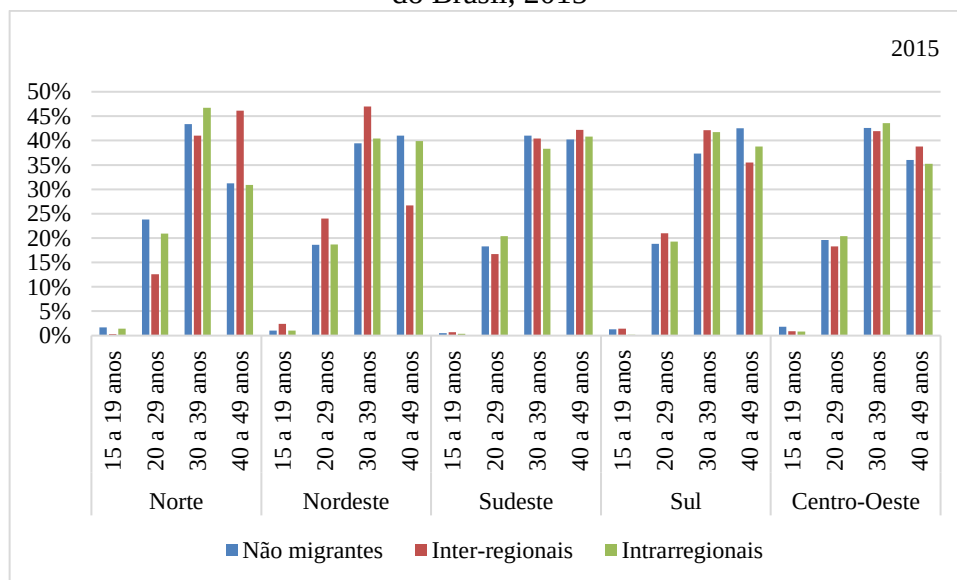
Um dos principais fatores de seletividade migratória é a idade, particularmente entre o grupo de 30 a 39 anos nos dois anos (Tabela 3), padrão que se mantêm para as não migrantes. O grupo etário menos representativo é o de 15 a 19 anos, possivelmente, devido à menor presença de mulheres em união e em atividade ocupacional nestas idades. O Gráfico 3 revela ainda que esse mesmo grupo (30 a 39 anos) é o mais representativo por cada região brasileira em 2002. Porém, conforme o Gráfico 4, o grupo de 40 a 49 anos passa a ser mais representativo em 2015 no caso das não migrantes nas regiões Nordeste e Sul, das migrantes inter-regionais no Norte e Sudeste e no caso das migrantes intrarregionais também no Sudeste.

Gráfico 3. Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por grupos etários e regiões do Brasil, 2002



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002.

Gráfico 4. Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por grupos etários e regiões do Brasil, 2015



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

A Tabela 3 revela que mais da metade das pessoas dos três grupos (não migrantes, migrantes inter-regionais e migrantes intrarregionais) se declararam brancas em 2020. Em 2015, essa proporção diminuiu, permanecendo, entretanto, a maior parte das declarações.

Interessante observar também que o número de autodeclarações de raça/cor preta aumentou consideravelmente de um ano em relação ao outro, dobrando a proporção entre não migrantes e migrantes.

A análise das autodeclarações de raça/cor segundo as grandes regiões (Tabela A1 – Apêndice A) possibilitou reconhecer que, em suma, nos dois anos, as mulheres residentes nas regiões Norte (em média, 68,5%), Nordeste (66,3%) e Centro-Oeste (52%) se declararam preponderantemente pardas, enquanto no Sul (70%) e Sudeste (60%), brancas. Em 2002, é interessante perceber que as migrantes inter-regionais, em todas as regiões, apresentaram maiores percentuais de autodeclarações de raça/cor branca. A distribuição por grupos etários (Tabela A2 – Apêndice A), mostra que, nos dois anos, as mulheres mais velhas (40 a 49 anos) se declararam mais brancas, enquanto o grupo mais jovem (15 a 19 anos), pardas. Similarmente, a maior proporção de autodeclaradas pretas é referente ao grupo etário mais jovem. Petruccelli e Saboia (2013) constataram a partir da Pesquisa das Características Étnico-raciais da População – PCERP do IBGE que o número proporcional de brancos tem diminuído enquanto o número de pretos e pardos no Brasil tem aumentando continuamente desde 2008. Os pesquisadores prospectam que essa mudança tenha relação com uma possível mudança na percepção da população quanto a cor e raça decorrente das políticas afirmativas além de um maior acesso da população à história do processo de miscigenação no país.

Acerca do nível de escolaridade, a Tabela 3 mostrou que os três grupos (não migrantes, migrantes inter-regionais e migrantes intrarregionais) tinham maioria de nível fundamental em 2002, passando para uma maioria com ensino médio em 2015. Ressalta-se ainda um aumento do percentual de mulheres com ensino superior de um ano em relação ao outro. Observando tais dados por região brasileira (Tabela A3 – Apêndice A), não notamos grandes diferenciais. Este relacionamento segundo os grupos etários (Tabela A4 – Apêndice A), mostra uma vantagem dos grupos mais envelhecidos (30 a 49 anos) em ensino superior e pós-graduação, em ambos os anos. De modo geral, não se nota diferenças relevantes entre migrantes e não migrantes.

Verificando a condição na unidade domiciliar, conforme Tabela 3, verificou-se que o percentual de mulheres indicadas como responsáveis pelo domicílio aumentou, em média, quase cinco vezes entre 2002 e 2015, todavia, considerando migrantes e não-migrantes, em todos os casos, a maior parte destas mulheres foram referenciadas na pesquisa na condição de cônjuge da pessoa de referência do domicílio (em média, 95% em 2002 e 75% em 2015). Olhando para tais relações segundo as grandes regiões (Tabela A5 – Apêndice A), destaca-se o caso da região Norte que mostrou maiores percentuais de mulheres responsáveis pelo domicílio

que as demais, especialmente entre as mulheres mais jovens (15 a 19 anos), conforme Tabela A6 – Apêndice A.

Outro aspecto importante para determinar as relações familiares e a migração é a análise do número de filhos. De modo geral, e em ambos os anos, a maioria das mulheres tinham até 2 filhos, sendo essa relação equivalente para os três grupos observados (Tabela 3). Destaca-se, no entanto, que houve uma queda significativa na proporção de mulheres (dos três grupos) que tiveram 3 filhos ou mais entre os anos analisados, bem como um aumento de mulheres sem filhos. Segundo as regiões e grupos etários (Tabelas A7 e A8, do Apêndice A), percebeu-se que as mulheres referenciadas no Sul e no Sudeste mostraram maiores percentuais de mulheres sem filhos ou com apenas 1 filho, especialmente dentre as mais jovens (15 a 19 anos).

A Tabela 4 explora o perfil econômico-ocupacional das mulheres em análise na presente dissertação, a partir dos dados quanto à renda mensal do trabalho principal, a ocupação, a posição na ocupação e às horas habitualmente trabalhadas por semana.

Para uma melhor análise das condições de renda no período analisado (Tabela 4), optou-se por utilizar a categorização da renda por salários mínimos para possibilitar a comparação entre os dois períodos, mesmo que o valor dos salários à época não fosse o mesmo. O salário mínimo em julho de 2002 era de R\$ 200,00 e em julho de 2015 era de R\$ 788,00. De modo geral, em ambos os anos, a grande maioria das mulheres como um todo recebiam entre 1 e 2 salários mínimos.

Analisando o rendimento mensal das mulheres segundo as grandes regiões brasileiras e grupos etários (Tabelas A9 e A10 – Apêndice A), notou-se que as proporções dos salários mais altos concentravam-se no Centro-Oeste em 2002 e em 2015 e, neste caso, verificou-se uma vantagem para as migrantes em relação as não migrantes e daquelas que tinham entre 30 e 49 anos. Além disso, a proporção de mulheres que recebia menos de 1 salário mínimo era consideravelmente maior no Norte e Nordeste, especialmente entre as mais jovens (15 a 19 anos).

Tabela 4. Perfil socioeconômico e ocupacional das migrantes e não migrantes, por ano e condição migratória, Brasil, 2002-2015

Variável	Característica	2002						2015					
		Não-migrantes		Inter-regionais		Intrarregionais		Não-migrantes		Inter-regionais		Intrarregionais	
		%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.
Rendimento mensal do trabalho principal	Menos de 1 salário	22,5%	761.825	17,2%	260.301	19,6%	152.938	20,1%	865.917	14,3%	303.692	15,7%	157.717
	Entre 1 e 2 salários	45,4%	1.536.650	50,6%	764.455	45,1%	352.546	54,2%	2.336.139	60,1%	1.281.515	54,0%	542.566
	Entre 2 e 3 salários	12,1%	409.159	13,0%	195.985	12,9%	101.054	11,1%	476.476	11,4%	242.772	12,0%	120.949
	Entre 3 e 4 salários	5,0%	169.804	5,0%	75.676	4,9%	38.506	6,0%	259.950	5,5%	117.885	6,8%	68.639
	Entre 4 e 5 salários	4,3%	146.853	3,6%	54.196	4,5%	34.933	1,7%	72.500	1,9%	39.637	2,1%	21.146
	Mais de 5 salários	10,6%	358.097	10,6%	160.038	13,0%	101.251	6,9%	297.353	6,8%	145.230	9,4%	94.548
Ocupação	Dirigentes em geral	5,5%	217.346	5,0%	83.772	6,4%	57.506	5,5%	255.026	5,1%	113.913	5,5%	58.722
	Profissionais das ciências e das artes	9,1%	358.432	8,4%	140.809	8,8%	78.740	14,7%	680.023	12,0%	267.908	15,7%	166.233
	Técnicos de nível médio	8,9%	350.725	6,3%	104.701	6,7%	60.239	7,5%	346.399	6,9%	154.027	7,0%	74.006
	Trabalhadores dos serviços administrativos	8,5%	333.405	8,9%	148.032	8,6%	77.450	11,8%	544.845	10,8%	240.626	11,2%	118.734
	Trabalhadores dos serviços	32,8%	1.289.471	43,4%	723.468	34,1%	306.498	32,3%	1.491.509	42,2%	943.789	33,9%	359.560
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	11,9%	470.060	11,7%	195.376	12,7%	113.879	12,6%	584.523	12,1%	270.635	11,3%	119.738
	Trabalhadores agrícolas	11,9%	470.052	5,7%	94.595	10,7%	96.339	6,5%	299.240	3,6%	79.934	4,4%	46.830
	Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção	11,2%	441.243	10,5%	174.402	11,8%	106.000	8,8%	407.674	7,2%	160.004	10,3%	109.560
	Membros das forças armadas e auxiliares	-	-	-	-	-	-	0,3%	13.274	0,2%	4.457	0,5%	5.209
	Ocupações mal definidas	0,1%	2.285	0,1%	1.054	0,0%	207	0,0%	270	0,0%	1.075	0,2%	2.152
Posição na ocupação	Empregado com carteira	23,4%	919.573	25,5%	425.275	24,2%	216.899	35,3%	1.631.759	41,5%	927.529	39,1%	414.481
	Militar	-	-	-	-	--	-	0,1%	3.374	0,1%	3.046	0,2%	2.223
	Funcionário público estatutário	10,6%	417.577	8,0%	132.771	9,2%	82.237	11,5%	532.980	8,3%	184.971	9,5%	100.804
	Outros Empregados sem carteira	11,2%	440.392	11,6%	193.737	11,5%	103.094	10,3%	475.002	8,6%	192.491	9,6%	101.511
	Trabalhador doméstico com carteira	5,0%	196.462	7,3%	121.814	5,8%	51.726	4,9%	224.298	7,8%	173.923	5,3%	55.885
	Trabalhador doméstico sem carteira	12,5%	492.502	16,3%	272.001	13,0%	116.449	10,2%	471.325	11,4%	254.114	8,9%	94.530
	Conta própria	20,1%	789.785	19,4%	323.423	18,8%	169.125	18,8%	868.152	16,4%	365.858	20,1%	213.721
	Empregador	3,9%	154.215	4,0%	65.995	5,2%	46.405	3,4%	157.583	2,8%	61.932	3,6%	38.240
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	1,7%	65.985	0,8%	12.714	1,2%	10.954	1,0%	45.134	0,2%	5.370	0,5%	5.614
	Trabalhador na construção para o próprio uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	263
Horas trabalhadas por semana	Não remunerado	11,6%	457.442	7,1%	118.204	11,2%	100.771	4,6%	213.176	3,0%	67.134	3,2%	33.472
	Até 14 horas	8,1%	319.446	6,6%	110.585	8,1%	72.307	7,8%	358.556	6,3%	140.184	6,3%	66.866
	15 a 39 horas	32,7%	1.286.518	28,5%	475.456	28,1%	252.410	27,8%	1.284.908	24,7%	551.828	26,1%	276.764
	40 a 44 horas	30,7%	1.208.238	33,6%	560.123	31,5%	283.195	45,4%	2.100.937	47,8%	1.068.872	48,2%	511.207
	45 a 48 horas	11,7%	459.788	14,2%	236.347	12,0%	107.594	9,8%	451.397	12,4%	278.381	10,0%	105.891
	49 horas ou mais	16,8%	659.943	17,0%	283.411	20,2%	181.662	9,2%	426.985	8,8%	197.103	9,4%	100.016
Total		100%	3.933.933	100%	1.666.767	100%	897.660	100%	4.622.783	100%	2.236.368	100%	1.060.744
N		8.890		3.681		1.877		8.280		3.780		1.797	

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

No caso da atividade ocupacional, a Tabela 4 nos mostra que em 2002 e 2015, a grande maioria das mulheres – migrantes ou não – estavam ocupadas na prestação de serviços. Contudo, houve um aumento considerável no número de trabalhadoras dos serviços administrativos e de profissionais das ciências e das artes entre 2002 e 2015. As Tabelas entre A11 e A14, disponíveis do Apêndice A, expõem os dados ocupacionais segundo as grandes regiões e os grupos etários, em ambos os anos. Depreende-se a partir delas que, as migrantes eram, em todas as regiões, mais numerosas em cargos de direção, chefia e gerência que as não migrantes. Nestes cargos, prevaleciam aquelas que tinham entre 30 e 49 anos e residiam na região Norte. Ademais, a maior parte das profissionais das ciências e das artes eram migrantes inter-regionais, especialmente no Sul e Centro-Oeste, e estas profissionais tinham, em sua maioria, entre 30 a 39 anos. Destaca-se ainda que, em ambos os anos, aproximadamente 50% das migrantes inter-regionais no Sudeste eram prestadoras de serviços.

Os dados sobre posição na ocupação dispostos na Tabela 4 expõem que, em ambos os anos, a maior parte das mulheres eram empregadas com carteira assinada, contudo, este percentual se mostrou muito maior em 2015, do que em 2002. Concomitantemente, vemos uma diminuição na proporção de empregadas domésticas sem carteira assinada, dentre os anos, bem como das trabalhadoras não remunerada e daquelas que produzem para o próprio consumo.

As Tabelas A15 e A16 do Apêndice A dispõem dos dados de posição na ocupação em 2002, segundo as grandes regiões brasileiras e grupos etários, enquanto as Tabelas A17 e A18 apresentam os mesmos dados para o ano de 2015. Tais tabelas evidenciam que, em ambos os anos, as regiões Sudeste (28% e 44,3%) e Sul (29,3% e 46,7%) tinham maiores proporções de empregadas com carteira assinada, enquanto que as regiões Norte (14,2% e 23,9%) e Nordeste (15,1% e 24,6%) apresentavam as menores. A região Sudeste mostrou os menores percentuais de trabalhadoras não remuneradas, em ambos os anos (5,7% e 2%). Nota-se, no entanto, que tal região tinha, em ambos os anos, o maior percentual de empregadas domésticas com e sem carteira, especialmente, dentre as migrantes inter-regionais de 15 a 19 anos e de 40 a 49 anos.

Os dados acerca das horas habitualmente trabalhadas por semana dispostos na Tabela 4, apontam que, em ambos os anos, a maioria das mulheres trabalhavam entre 40 e 44 horas, à exceção das migrantes e não migrantes mais jovens (15 a 19 anos) das regiões Norte e Nordeste, em 2002, que trabalhavam majoritariamente entre 15 a 39 horas, conforme Tabelas A19 e A20 do Apêndice A. Nota-se, adicionalmente, que o percentual de mulheres que trabalhavam mais de 45 horas diminuiu entre os anos.

4.2. Papéis domiciliares de gênero e condição migratória

Esta seção explora as informações sobre as razões de tempo semanal habitualmente dedicadas aos afazeres domésticos pelas mulheres em relação aos seus respectivos cônjuges, conforme os recortes de tempo, região, grupos etários e tipo de movimento e condição migratória, bem como em relação às variáveis elegidas para a composição do perfil individual, familiar, socioeconômico e ocupacional das mulheres não migrantes, migrantes inter-regionais e intrarregionais, vistas na Seção anterior.

A revisão de literatura demonstrou que muitos autores apontaram grandes inter-relações entre papéis de gênero e divisão do trabalho doméstico, assim como entre esta divisão e a propensão a migrar das mulheres. Castles e Miller (1993) afirmaram que a divisão mais igualitária dos afazeres domésticos está ligada à uma maior mobilidade feminina. Chaves (2009) concluiu que as mulheres mais jovens gastam mais tempo em serviços domésticos e essa relação é ainda mais forte se elas estiverem em união conjugal. Nawyn (2010) afirmou que a divisão mais igualitária dos afazeres domésticos está relacionada à maior inserção feminina no mercado de trabalho e, Becker (1985) e Chaves (2009) declararam que quanto maior o tempo gasto em serviços domésticos, menores os retornos econômicos das mulheres, de forma que esta relação é inversamente proporcional.

Nesse contexto, o objetivo da presente Seção é investigar as relações entre os papéis de gênero dentro da família com base na divisão de trabalho doméstico entre homens e mulheres e a condição migratória destas mulheres no contexto brasileiro. A Tabela 5 apresenta a médias das razões de tempo semanal habitualmente dedicado aos afazeres domésticos das mulheres em relação aos seus cônjuges, segundo condição migratória e ano. O que se nota é que, em média, as razões diminuíram entre 2002 e 2015, todavia, não apresentam grandes diferenças entre migrantes e não migrantes:

Tabela 5. Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos, por condição migratória e ano, Brasil, 2002-2015

Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos	
	2002	2015
Não-migrantes	4,3	3,6
Inter-regionais	4,2	3,4
Intrarregionais	4,1	3,5

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

A Tabela 6 dispõe das razões de tempo semanal habitualmente dedicada aos afazeres domésticos das mulheres em relação aos seus cônjuges segundo as grandes regiões brasileiras, grupos etários, condição migratória e ano. Observa-se que, em 2002, a região Norte mostrou razões de trabalho doméstico menores, especialmente no caso das migrantes intrarregionais. Contudo, as não migrantes de 15 a 19 anos da mesma região mostraram a maior razão encontrada para ambos os anos: de 9,7. Em geral, neste ano, a região Sul mostrou as maiores razões. Em 2015, as maiores razões foram observadas no Centro-Oeste, e as menores permaneceram no Norte. As não migrantes mais jovens da região Centro-Oeste, no entanto, mostraram neste ano uma razão discrepante das demais: de 9,6.

As mulheres de 40 a 49 anos, em 2002, apresentam as maiores razões, em média. As regiões Norte e Nordeste somam exceções à esta tendência, com maiores médias entre as mais jovens (15 a 19 anos). Já em 2015, as mais velhas (30 a 49 anos) apresentam as maiores razões, à exceção daquelas residentes na região Centro-Oeste, na qual as mais jovens (15 a 19 anos) apresentam razões maiores, independentemente da condição migratória.

Comparando não migrantes, migrantes inter-regionais e intrarregionais, percebe-se que, em 2002, as não migrantes apresentaram maiores razões nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Nas demais regiões, é o caso das migrantes intrarregionais. Em 2015, no entanto, esta relação se mostrou semelhante para as migrantes intrarregionais nas regiões Norte e Nordeste, enquanto que nas demais regiões, as maiores razões eram as das não migrantes.

Em síntese, a maior parte das razões de trabalho doméstico diminuíram entre 2002 e 2015, à exceção das migrantes intrarregionais, particularmente na região Norte onde se verificou aumento das razões entre não migrantes e migrantes em geral, pertencentes ao grupo etário mais envelhecido (40 a 49 anos).

Tabela 6. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por grupos etários e regiões do Brasil, 2002-2015

Região de referência	Grupo etário	Ano 2002			Ano 2015		
		Não migrantes	Migrantes inter-regionais	Migrantes intrarregionais	Não migrantes	Migrantes inter-regionais	Migrantes intrarregionais
Norte	15 a 19 anos	9,7	2,4	1,6	1,8	-	3,8
	20 a 29 anos	3,4	3,8	2,1	3,2	2,4	2,6
	30 a 39 anos	3,0	4,8	3,3	3,1	3,7	3,3
	40 a 49 anos	2,8	3,1	3,2	3,1	4,0	3,4
Nordeste	15 a 19 anos	3,9	3,3	1,8	4,3	1,3	5,7
	20 a 29 anos	4,6	4,6	4,1	3,6	2,7	4,6
	30 a 39 anos	4,2	3,5	3,8	3,5	3,7	4,7
	40 a 49 anos	4,2	2,7	4,7	3,9	2,6	3,4
Sudeste	15 a 19 anos	5,1	2,0	-	3,1	1,5	1,8
	20 a 29 anos	3,9	4,1	2,8	3,2	3,9	2,7
	30 a 39 anos	4,4	4,4	3,8	3,5	3,6	3,9
	40 a 49 anos	4,9	4,9	3,4	3,8	3,1	3,7
Sul	15 a 19 anos	5,4	5,5	5,3	4,4	2,5	-
	20 a 29 anos	3,6	3,4	4,3	3,2	3,3	3,3
	30 a 39 anos	4,4	4,4	5,1	3,5	3,5	3,2
	40 a 49 anos	5,0	4,3	5,5	3,8	3,3	3,3
Centro-Oeste	15 a 19 anos	1,5	2,1	5,8	9,6	4,8	5,0
	20 a 29 anos	4,1	3,6	4,3	3,2	3,1	2,9
	30 a 39 anos	4,0	4,0	3,1	3,4	3,4	4,2
	40 a 49 anos	5,4	4,0	4,1	4,0	3,6	3,5

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

A Tabela 7 expõe as razões de trabalho doméstico entre mulheres e cônjuges a partir das variáveis individuais e familiares. Por conter as informações quanto à todas as variáveis, esta tabela será retomada ao longo da análise em conjunto às demais tabelas segundo regiões e grupos etários.

No caso da variável de raça/cor, as maiores razões em 2002 são referentes às pardas, seguidas pelas brancas (Tabela 7). Nota-se aqui uma distinção sobre condição migratória, na qual as não migrantes tinham as maiores razões, em média, e as intrarregionais, as menores. Em 2015, percebe-se que as pretas mostraram as maiores razões, enquanto as brancas, as menores. Neste ano, no entanto, não se percebe diferenciais sobre condição migratória.

Tabela 7. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, segundo variáveis individuais e familiares, 2002-2015

Variáveis	Características	2002			2015		
		Não migrantes	Inter-regionais	Intrarregionais	Não migrantes	Inter-regionais	Intrarregionais
Raça/cor	Indígena	2,4	0,4	3,4	2,9	4,3	2,9
	Branca	4,4	4,2	4,1	3,4	3,2	3,2
	Preta	4,1	3,4	2,7	4,0	3,4	4,9
	Amarela	4,4	5,0	0,2	3,3	3,3	3,9
	Parda	4,2	4,4	4,1	3,8	3,7	3,8
Escolaridade	Sem instrução	4,0	0,0	16,7	-	-	-
	Ensino fundamental	4,6	4,2	4,5	4,4	3,5	4,0
	Ensino médio	4,5	4,6	4,0	3,5	3,7	3,8
	Ensino superior	3,5	4,0	2,9	3,1	2,9	3,0
	Pós-graduação	3,4	1,7	1,3	1,9	2,0	1,5
Condição na unidade domiciliar	Pessoa de referência	0,3	0,3	0,5	3,7	3,8	4,1
	Cônjuge	4,7	4,8	4,4	3,6	3,3	3,4
Nº de filhos	Sem filhos	3,2	3,8	3,8	3,4	3,3	2,8
	1 filho	3,9	4,1	3,5	3,4	3,3	3,6
	2 filhos	5,0	4,8	4,5	4,1	3,8	4,1
	3 filhos	4,7	4,6	4,7	4,5	3,8	3,8
	4 filhos	5,1	4,0	4,9	3,5	3,8	6,4
	5 filhos	5,7	3,4	3,3	6,6	4,0	1,9
	6 ou mais	3,8	6,3	4,2	3,1	1,1	6,5

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

Ao observarmos as razões de trabalho doméstico segundo autodeclaração de raça/cor e as cinco grandes regiões no Brasil (Tabela 8), chama a atenção que, em 2002, as mulheres pretas no Nordeste mostraram razões maiores que nas demais regiões, com exceção das migrantes intrarregionais. Estas, em 2015, por outro lado, mostraram as maiores razões na região. É interessante perceber que, apesar de, em média, 65% das mulheres das regiões Sul e Sudeste terem se declarado brancas em 2002, as maiores razões apresentadas em ambos os casos neste ano foram das declaradas pardas. Nota-se, contudo, que em ambas as regiões, as migrantes inter-regionais apresentaram razões menores. Já em 2015, as menores razões foram apresentadas pelas declaradas brancas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, enquanto que na região Norte, foi o caso das pretas e, no Nordeste, das pardas.

Tabela 8. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por raça/cor e regiões do Brasil, 2002-2015

Regiões	Condição migratória	2002					2015				
		Raça/cor					Raça/cor				
		Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda
Norte	Não-migrantes	1,0	3,1	2,8	1,6	3,4	2,1	2,8	3,1	5,0	3,3
	Inter-regionais	-	4,4	3,0	1,0	3,6	3,0	3,7	2,7	1,6	3,8
	Intrarregionais	-	2,0	1,1	0,2	3,8	21,0	3,0	2,5	-	3,2
Nordeste	Não-migrantes	2,9	3,9	5,5	4,0	4,3	2,6	4,0	4,2	2,5	3,5
	Inter-regionais	-	3,3	6,9	2,0	3,7	4,0	3,6	2,7	1,0	2,8
	Intrarregionais	0,9	3,9	2,4	-	4,4	4,0	3,0	9,7	9,5	4,4
Sudeste	Não-migrantes	-	4,6	3,7	4,8	4,2	3,5	3,2	4,0	3,7	4,2
	Inter-regionais	-	4,4	3,6	6,0	4,7	3,3	3,0	3,6	3,0	3,9
	Intrarregionais	5,0	3,5	2,8	-	3,7	1,8	3,3	4,0	1,1	3,8
Sul	Não-migrantes	2,8	4,3	3,4	3,0	4,6	3,7	3,5	4,0	3,1	4,1
	Inter-regionais	-	4,8	2,1	2,0	4,2	1,0	3,3	3,9	2,0	3,4
	Intrarregionais	0,2	5,1	3,3	-	5,5	-	3,2	4,0	4,3	3,3
Centro-Oeste	Não-migrantes	-	4,7	1,7	-	4,3	-	3,6	2,8	2,2	4,0
	Inter-regionais	1,8	3,2	3,4	7,3	4,6	10,4	3,3	3,1	5,8	3,4
	Intrarregionais	5,0	3,8	2,7	-	4,0	-	3,1	8,7	-	3,2

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

Os mesmos dados segundo grupos etários (Tabela 9) refletem uma tendência de as mulheres mais jovens dedicarem mais tempo em serviços domésticos. Em ambos os anos, as mulheres de 15 a 19 anos mostraram razões mais altas que as demais, especialmente dentre as não migrantes. Percebe-se, contudo, que as mulheres de 40 a 49 anos também dedicavam mais tempo ao trabalho doméstico que seus cônjuges, em comparação àquelas de 20 a 39 anos.

Tabela 9. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por raça/cor e grupos etários, Brasil, 2002-2015

Grupos etários	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges									
		2002					2015				
		Raça/cor					Raça/cor				
		Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda
15 a 19 anos	Não-migrantes	-	4,4	10,6	-	5,2	-	4,1	3,0	2,0	5,0
	Inter-regionais	0,0	2,3	3,0	-	3,1	-	1,6	1,7	-	2,8
	Intrarregionais	-	4,7	2,0	-	3,5	3,0	4,2	-	-	4,1
20 a 29 anos	Não-migrantes	2,8	3,6	6,7	1,5	4,2	3,6	3,0	4,1	2,6	3,5
	Inter-regionais	2,0	4,0	3,5	-	4,0	3,6	2,9	3,7	5,0	3,9
	Intrarregionais	0,8	3,5	3,2	0,2	3,7	3,5	2,4	5,5	6,2	3,7
30 a 39 anos	Não-migrantes	2,7	4,3	3,3	2,8	4,4	2,5	3,3	3,2	2,2	3,9
	Inter-regionais	1,7	4,2	4,2	4,7	4,5	4,4	3,5	3,3	3,4	3,7
	Intrarregionais	-	4,2	2,4	-	4,3	1,4	3,2	5,3	3,6	4,4
40 a 49 anos	Não-migrantes	1,3	5,1	3,2	5,8	4,1	3,1	3,6	4,9	5,9	3,8
	Inter-regionais	0,0	4,2	2,2	5,4	5,0	4,5	2,9	3,4	2,5	3,6
	Intrarregionais	6,6	4,4	1,9	-	4,4	4,0	3,6	3,9	1,4	3,4

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

Em síntese, as razões referentes às mulheres brancas, em geral, diminuíram entre 2002 e 2015, mas entre as pretas e pardas existem especificidades. No caso das pretas, essa relação é

verdadeira apenas dentre o grupo mais jovens e mais velho. Houve um aumento nas razões das mulheres migrantes de 20 a 29 anos e das migrantes intrarregionais de 30 a 39 anos. Dentre as pardas, a diminuição foi mais sutil se comparada ao caso das brancas. Dentre as migrantes intrarregionais de 15 a 19 anos, todavia, a razão se mostrou maior em 2015, que em 2002.

No quesito escolaridade, como visto na Tabela 7, em ambos os anos, observou-se uma relação inversa entre as razões e o nível de escolaridade das mulheres. As razões segundo condição migratória se mostraram homogêneas em 2015, contudo, em 2002, observou-se uma vantagem das migrantes inter-regionais no sentido de razões menores. A Tabela 10 dispõe das razões por escolaridade, segundo as regiões do país:

Tabela 10. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, escolaridade e regiões do Brasil, 2002-2015

Regiões	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges									
		2002					2015				
		Escolaridade					Escolaridade				
		Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
Norte	Não-migrantes	4,3	3,8	3,1	1,3	1,0	-	4,2	3,0	2,1	2,6
	Inter-regionais	0,0	3,4	5,5	3,4	0,0	-	4,1	3,8	2,6	4,4
	Intrarregionais	-	3,6	1,9	2,1	-	-	3,2	3,4	1,9	-
Nordeste	Não-migrantes	4,3	4,6	4,1	3,1	1,9	-	4,0	3,6	3,3	3,2
	Inter-regionais	-	5,0	2,9	2,5	0,0	-	7,4	2,9	2,1	1,0
	Intrarregionais	16,7	4,2	4,1	1,9	1,7	-	4,2	5,5	2,7	-
Sudeste	Não-migrantes	-	4,8	4,5	3,8	3,3	-	4,7	3,5	3,0	1,7
	Inter-regionais	-	4,4	4,5	5,1	1,4	-	3,3	3,8	3,1	2,0
	Intrarregionais	-	4,0	3,7	2,0	1,4	-	3,9	3,6	3,5	1,6
Sul	Não-migrantes	-	4,5	4,7	3,2	4,7	-	4,3	3,6	3,2	1,9
	Inter-regionais	-	4,3	5,1	4,2	1,3	-	3,1	3,6	3,2	1,6
	Intrarregionais	-	5,7	4,7	5,2	1,0	-	4,1	3,2	2,8	1,0
Centro-Oeste	Não-migrantes	3,0	4,2	5,8	2,7	-	-	5,1	3,1	2,7	1,5
	Inter-regionais	-	3,6	4,4	2,9	2,3	-	3,5	3,9	2,8	2,1
	Intrarregionais	-	4,1	2,9	3,5	1,0	-	4,3	2,3	2,8	1,5

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

Em 2002, as mulheres que possuíam ensino fundamental ou médio gastavam mais tempo em afazeres domésticos que seus cônjuges na região Sul, em comparação às demais regiões. Dentre as graduadas, esta relação se mostrou verdadeira nas regiões Sul e Sudeste, especialmente no caso das migrantes, que apresentavam razões maiores que as não migrantes. Na região Nordeste, por outro lado, as não migrantes mais escolarizadas apresentavam razões maiores que as migrantes, em geral. Em 2015, ressalta-se que as migrantes inter-regionais com

ensino médio, em todas as regiões, mostravam razões maiores que as demais mulheres. As graduadas apresentavam menores razões no Norte e no Centro-Oeste, enquanto as pós-graduadas, no Sul (Tabela 10).

As razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das mulheres por seus cônjuges segundo escolaridade e grupos etários estão dispostas na Tabela 11. Chama a atenção que as não migrantes de 40 a 49 anos, de qualquer nível de escolaridade, em ambos os anos, apresentavam razões maiores que as migrantes. Ademais, dentre as migrantes inter-regionais e não migrantes de 20 a 39 anos com ensino fundamental, médio, superior ou pós-graduação, todas as razões diminuíram de um ano em relação ao outro.

Tabela 11. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por escolaridade e grupos etários, Brasil, 2002-2015

Grupos etários	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges									
		2002					2015				
		Escolaridade					Escolaridade				
		Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
15 a 19 anos	Não-migrantes	-	5,6	4,5	-	-	-	3,4	4,3	-	-
	Inter-regionais	-	1,7	6,8	-	-	-	3,0	2,0	-	-
	Intrarregionais	-	2,5	16,4	-	-	-	3,8	3,9	-	-
20 a 29 anos	Não-migrantes	0,0	4,4	4,0	3,2	2,0	-	4,4	3,3	2,8	0,9
	Inter-regionais	-	3,8	4,2	3,7	0,5	-	2,8	4,0	2,8	1,0
	Intrarregionais	-	4,4	3,1	1,5	1,3	-	4,5	3,3	2,3	1,3
30 a 39 anos	Não-migrantes	5,1	4,4	4,4	3,5	2,9	-	4,2	3,7	2,7	2,0
	Inter-regionais	-	4,2	5,2	3,8	2,1	-	3,7	3,9	3,1	2,1
	Intrarregionais	16,7	4,9	3,9	2,6	1,4	-	4,3	4,2	3,1	1,5
40 a 49 anos	Não-migrantes	3,5	4,9	5,2	3,6	4,5	-	4,4	3,5	3,4	2,3
	Inter-regionais	0,0	4,8	3,3	4,0	0,8	-	3,4	3,3	2,8	2,1
	Intrarregionais	-	4,2	5,0	3,5	1,2	-	3,9	3,6	3,3	1,7

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

A Tabela 7 expôs que, em 2002, as mulheres declaradas como responsáveis pelo domicílio mostravam razões próximas à zero, enquanto aquelas declaradas cônjuges tinham uma razão média de 4,6. Em 2015, a média das razões das cônjuges diminuiu, enquanto a daquelas declaradas responsáveis pelo domicílio aumentou. Tais relações independem da condição migratória. As razões de trabalho doméstico por condição na unidade domiciliar não apresentam grandes diferenciais por região (Tabela 12):

Tabela 12. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por condição na unidade domiciliar e regiões do Brasil, 2002-2015

Regiões	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges			
		Condição na unidade domiciliar			
		2002		2015	
		Referência	Cônjuge	Referência	Cônjuge
Norte	Não-migrantes	0,4	4,1	2,8	3,3
	Inter-regionais	0,2	4,6	3,0	3,8
	Intrarregionais	0,4	3,8	2,8	3,3
Nordeste	Não-migrantes	0,3	4,8	3,5	3,8
	Inter-regionais	0,4	4,0	5,2	2,5
	Intrarregionais	0,2	4,7	5,9	3,7
Sudeste	Não-migrantes	0,4	4,7	3,8	3,5
	Inter-regionais	0,3	5,0	3,9	3,3
	Intrarregionais	0,8	3,7	4,0	3,4
Sul	Não-migrantes	0,3	4,7	4,2	3,5
	Inter-regionais	0,4	4,7	3,9	3,2
	Intrarregionais	0,4	5,4	3,0	3,2
Centro-Oeste	Não-migrantes	0,3	5,1	3,7	3,7
	Inter-regionais	0,4	4,2	3,4	3,4
	Intrarregionais	0,6	4,1	3,3	3,6

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

As razões por grupos etários (Tabela 13), no entanto, mostra que, mesmo dentre aquelas declaradas responsáveis pelo domicílio, as não migrantes de 15 a 19 anos apresentavam razões muito maiores que as demais. A mesma desvantagem foi vista nos dois anos entre as não migrantes do grupo mais velho (40 a 49 anos).

Tabela 13. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por condição na unidade domiciliar e grupos etários, Brasil, 2002-2015

Grupos etários	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges			
		Condição na unidade domiciliar			
		2002		2015	
		Referência	Cônjuge	Referência	Cônjuge
15 a 19 anos	Não-migrantes	2,8	5,0	5,7	4,2
	Inter-regionais	0,2	2,9	2,3	2,5
	Intrarregionais	0,0	4,2	3,6	4,5
20 a 29 anos	Não-migrantes	0,4	4,2	3,1	3,3
	Inter-regionais	0,3	4,3	4,3	3,2
	Intrarregionais	0,4	3,7	3,5	3,0
30 a 39 anos	Não-migrantes	0,3	4,6	3,6	3,4
	Inter-regionais	0,3	4,9	4,1	3,4
	Intrarregionais	0,7	4,5	4,7	3,6
40 a 49 anos	Não-migrantes	0,3	5,3	3,9	3,8
	Inter-regionais	0,3	5,0	3,3	3,3
	Intrarregionais	0,3	4,8	3,6	3,5

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

Em relação ao total de filhos no domicílio, observou-se na Tabela 7 que houve um aumento das razões quase homogeneamente em 2002, conforme um maior número de filhos no domicílio. Em 2015, no entanto, as razões não mostravam essa sequencialidade. Aqui, destaca-se as razões das migrantes inter-regionais, que eram, em média, menores que as demais.

A Tabela 14, por sua vez, traz as razões segundo total de filhos no domicílio e regiões brasileiras, em 2002. Dentre as mulheres sem filhos, a região Norte apresenta menores razões, enquanto que a Centro-Oeste, as maiores. Dentre as mulheres que tem apenas 1 filho, chama a atenção o caso das não migrantes no Centro-Oeste, com uma razão de 6 horas de trabalho doméstico para 1h de trabalho doméstico de seus cônjuges. Nota-se, adicionalmente, que as mulheres com mais de 3 filhos dedicam mais tempo que seus cônjuges em afazeres domésticos nas regiões Sul e Nordeste. Em 2015, no entanto (Tabela 15), a região Sudeste mostra as maiores razões entre mulheres com mais de 3 filhos, enquanto que a região Sul mostra as menores. Nesta região, em 2015, não houve observação de mulheres com 6 filhos ou mais.

Tabela 14. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por total de filhos no domicílio e regiões do Brasil, 2002

Regiões	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges						
		2002						
		Total de filhos do domicílio						
		Sem filhos	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 ou mais
Norte	Não-migrantes	2,0	4,2	3,1	3,3	2,2	6,0	2,7
	Inter-regionais	3,1	4,2	4,1	4,2	3,1	2,6	4,9
	Intrarregionais	1,2	3,6	2,4	1,6	3,8	1,5	11,8
Nordeste	Não-migrantes	3,4	3,6	4,4	4,9	6,5	7,7	5,8
	Inter-regionais	4,3	5,4	2,7	5,4	1,1	-	4,0
	Intrarregionais	2,6	3,6	4,1	4,7	6,6	7,4	2,3
Sudeste	Não-migrantes	3,0	3,8	5,4	4,6	4,9	3,4	1,5
	Inter-regionais	3,7	4,2	5,4	4,8	3,9	3,2	-
	Intrarregionais	4,3	2,9	3,7	4,5	3,3	1,9	0,0
Sul	Não-migrantes	3,3	4,0	5,2	5,0	4,3	5,4	2,6
	Inter-regionais	2,5	4,4	4,4	6,0	8,6	3,0	12,1
	Intrarregionais	2,9	4,3	6,2	6,0	6,6	3,8	-
Centro-Oeste	Não-migrantes	3,8	6,0	4,4	4,5	2,9	3,7	0,0
	Inter-regionais	4,8	3,4	4,4	3,7	4,5	4,5	4,4
	Intrarregionais	5,4	2,5	4,0	3,4	3,2	-	-

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002

Tabela 15. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por total de filhos no domicílio e regiões do Brasil, 2015

Regiões	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges						
		2015						
		Total de filhos do domicílio						
		Sem filhos	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 ou mais
Norte	Não-migrantes	3,3	2,9	3,4	4,3	4,6	3,3	2,5
	Inter-regionais	4,3	3,6	3,9	3,3	2,5	1,3	1,8
	Intrarregionais	2,8	3,2	2,6	3,5	2,4	1,5	13,0
Nordeste	Não-migrantes	4,1	3,5	3,9	3,9	3,3	6,1	2,1
	Inter-regionais	1,4	2,9	4,5	2,1	2,1	1,0	0,0
	Intrarregionais	2,7	3,8	4,1	7,4	12,9	1,6	0,0
Sudeste	Não-migrantes	3,1	3,4	4,2	4,8	3,9	10,7	4,3
	Inter-regionais	2,8	3,3	3,7	4,1	4,3	4,4	2,0
	Intrarregionais	2,5	3,8	4,5	2,7	3,4	2,1	7,0
Sul	Não-migrantes	3,2	3,5	4,1	4,9	2,4	3,6	-
	Inter-regionais	4,0	2,7	4,4	4,8	2,3	-	-
	Intrarregionais	3,4	3,2	3,8	3,0	1,6	-	-
Centro-Oeste	Não-migrantes	3,1	3,4	4,4	4,3	3,7	-	5,0
	Inter-regionais	3,8	3,7	3,6	3,5	3,6	5,4	0,8
	Intrarregionais	3,7	3,9	3,6	2,1	5,0	-	4,4

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015

Como discutido anteriormente, a PNAD não conta com dados sobre a idade dos filhos, o que poderia agregar maiores informações quanto à relação de tempo dedicado ao trabalho doméstico pelas mães. A variável de “tipo de família”, no entanto, sublinha se o casal possuía somente filhos menores ou maiores de 14 anos ou de ambas as idades. Tais dados foram analisados adicionalmente, por regiões brasileiras e grupo etários das mães, contudo, não foi possível observar quaisquer relações diretas entre este grupamento de idade dos filhos e as razões de trabalho doméstico. Admite-se que considerar as informações de idade dos filhos seria preferível para os fins desta análise, no entanto, a base de dados nos coloca essa limitação.

As Tabelas 16 e 17 trazem as razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por total de filhos no domicílio e grupos etários em 2002 e 2015, respectivamente. Chama a atenção o fato das razões serem discrepantes, em 2002, dentre as migrantes intrarregionais com 2 filhos e as não migrantes com 3 filhos. Além disso, é interessante ressaltar que, dentre as mulheres de 20 a 39 anos com 4 filhos ou mais, as migrantes inter-regionais apresentam menores razões que as não migrantes e as migrantes intrarregionais. Esse padrão não se repete em 2015.

Tabela 16. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por total de filhos no domicílio e grupos etários, Brasil, 2002

Regiões	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges						
		2002						
		Total de filhos do domicílio						
		Sem filhos	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 ou mais
15 a 19 anos	Não-migrantes	4,0	6,0	1,6	9,7	-	-	-
	Inter-regionais	-	3,4	1,3	1,5	-	-	-
	Intrarregionais	1,0	2,0	9,2	-	-	-	-
20 a 29 anos	Não-migrantes	3,3	4,0	5,0	4,3	3,1	12,3	8,0
	Inter-regionais	3,8	3,8	4,4	4,2	8,2	1,2	4,7
	Intrarregionais	1,2	3,1	4,0	5,3	2,8	1,0	-
30 a 39 anos	Não-migrantes	3,1	3,5	5,0	4,6	4,1	4,5	2,8
	Inter-regionais	3,8	4,4	4,5	5,7	2,7	4,2	4,0
	Intrarregionais	4,3	3,6	4,2	5,4	4,2	3,9	5,8
40 a 49 anos	Não-migrantes	3,2	4,1	5,1	5,0	6,8	5,7	5,7
	Inter-regionais	3,9	4,4	5,2	3,6	3,2	2,7	13,5
	Intrarregionais	3,9	3,8	4,8	3,8	6,5	3,1	2,2

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002

Tabela 17. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por total de filhos no domicílio e grupos etários, Brasil, 2015

Regiões	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges						
		2015						
		Total de filhos do domicílio						
		Sem filhos	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 ou mais
15 a 19 anos	Não-migrantes	0,7	4,4	2,5	-	-	-	-
	Inter-regionais	-	3,8	2,0	-	-	-	-
	Intrarregionais	1,0	3,8	-	-	-	-	-
20 a 29 anos	Não-migrantes	4,0	3,5	3,8	4,0	3,6	2,2	-
	Inter-regionais	2,7	4,1	2,8	2,5	5,9	1,1	-
	Intrarregionais	1,8	3,6	3,3	7,2	6,5	-	-
30 a 39 anos	Não-migrantes	2,9	3,2	4,1	4,2	3,4	5,8	2,3
	Inter-regionais	2,5	3,2	4,6	4,1	2,5	3,4	-
	Intrarregionais	4,3	3,7	4,4	3,8	8,1	1,9	6,9
40 a 49 anos	Não-migrantes	3,4	3,4	4,2	4,8	3,1	9,3	4,0
	Inter-regionais	3,5	3,3	3,1	3,9	5,4	5,8	1,1
	Intrarregionais	2,5	3,6	4,2	2,9	4,2	1,6	5,6

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015

A Tabela 18 mostra as razões de trabalho doméstico entre mulheres e cônjuges a partir das variáveis socioeconômicas e ocupacionais expostas na Seção 4.1. Também por conter as

informações quanto à todas as variáveis, esta tabela será retomada ao longo da análise em conjunto às demais tabelas segundo regiões e grupos etários.

Tabela 18. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, segundo variáveis socioeconômicas e ocupacionais, Brasil, 2002-2015

Variáveis	Características	2002			2015		
		Não migrantes	Inter-regionais	Intrarregionais	Não migrantes	Inter-regionais	Intrarregionais
Rendimento mensal do trabalho principal	Menos de 1 salário	6,1	6,4	5,7	5,7	5,1	6,2
	Entre 1 e 2 salários	3,8	4,1	3,6	3,3	3,3	3,2
	Entre 2 e 3 salários	3,4	3,4	3,1	3,0	2,8	3,2
	Entre 3 e 4 salários	3,1	5,5	2,9	2,7	3,0	2,5
	Entre 4 e 5 salários	3,7	4,4	3,7	2,9	2,7	1,7
	Mais de 5 salários	3,1	2,7	2,7	2,3	2,4	2,4
Ocupação	Dirigentes em geral	3,4	2,8	3,2	2,6	2,5	2,8
	Profissionais das ciências e das artes	3,7	4,3	3,0	3,2	3,1	2,9
	Técnicos de nível médio	3,8	4,4	3,4	3,2	2,9	3,1
	Trabalhadores dos serviços administrativos	3,3	3,2	3,6	2,9	3,7	3,0
	Trabalhadores dos serviços	4,2	4,5	3,9	4,2	3,5	4,0
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	5,2	4,6	4,3	3,6	3,6	3,8
	Trabalhadores agrícolas	5,7	3,5	7,1	5,3	4,3	6,8
	Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção	4,6	4,6	4,1	3,4	3,9	3,5
	Membros das forças armadas e auxiliares	-	-	-	3,9	1,9	2,1
	Ocupações mal definidas	3,1	1,1	1,0	6,7	1,4	1,0
Posição na ocupação	Empregado com carteira	3,3	3,4	3,0	2,9	3,1	2,8
	Militar	-	0,7	-	3,2	1,9	2,2
	Funcionário público estatutário	3,9	3,6	2,8	3,0	3,0	3,0
	Outros Empregados sem carteira	4,2	4,4	3,4	3,5	3,5	3,3
	Trabalhador doméstico com carteira	3,5	2,5	3,1	3,2	2,9	4,4
	Trabalhador doméstico sem carteira	3,8	5,5	3,8	5,3	3,8	4,3
	Conta própria	5,6	5,9	5,5	4,6	4,5	5,0
	Empregador	3,5	2,7	4,1	2,6	3,0	3,1
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	8,7	3,7	6,0	3,7	5,4	2,2
Horas trabalhadas por semana	Trabalhador na construção para o próprio uso	-	-	-	-	-	2,0
	Não remunerado	6,2	4,6	7,7	5,7	5,0	5,4
	Até 14 horas	7,6	8,4	10,5	6,2	4,7	5,8
	15 a 39 horas	5,5	5,8	5,0	4,7	4,5	4,6
	40 a 44 horas	3,4	3,2	3,1	2,8	2,9	2,7
	45 a 48 horas	3,6	3,2	3,0	3,0	3,1	3,6
	49 horas ou mais	3,3	3,3	2,9	3,1	3,2	3,8

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

Dispondo as razões de trabalho doméstico das mulheres em relação aos seus cônjuges segundo os rendimentos mensais do trabalho das mulheres (Tabela 18), em ambos os anos é possível notar que as razões se mostravam menores conforme o rendimento fosse maior. Em

média, houve uma diminuição geral das razões entre os anos, especialmente no caso daquelas com maiores salários. As médias das razões eram similares entre migrantes e não migrantes em 2015.

Em ambos os anos, as mulheres que recebiam menos de 1 salário mínimo ou entre 1 e 2 salários, e mais de 5 salários mínimos, apresentavam menores razões de trabalho doméstico na região Norte em comparação às demais regiões (Tabela 19). Entre aquelas que tinham rendimento mensal entre 2 e 4 salários, as moradoras na região Sudeste mostravam as maiores razões de trabalho doméstico, tanto em 2002 quanto em 2015.

Tabela 19. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, segundo variáveis socioeconômicas e ocupacionais, Brasil, 2002-2015

Regiões	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges											
		2002						2015					
		Rendimento mensal em salários mínimos						Rendimento mensal em salários mínimos					
		Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 2 e 3	Entre 3 e 4	Entre 4 e 5	Mais de 5	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 2 e 3	Entre 3 e 4	Entre 4 e 5	Mais de 5
Norte	Não-migrantes	4,8	2,9	1,9	1,6	1,1	3,3	4,1	2,6	2,2	2,1	2,1	1,8
	Inter-regionais	4,1	4,2	3,6	4,2	1,7	2,5	4,5	3,0	3,4	2,2	4,4	2,6
	Intrarregionais	2,9	3,0	1,7	5,5	1,8	1,5	4,3	2,7	1,6	4,6	1,1	1,7
Nordeste	Não-migrantes	5,5	3,3	2,6	2,5	2,1	2,2	5,2	3,0	2,4	3,2	1,9	1,9
	Inter-regionais	4,3	4,5	2,7	1,0	1,8	1,4	5,1	2,5	2,6	1,9	1,7	1,8
	Intrarregionais	6,1	2,8	2,1	4,1	1,0	2,9	6,3	3,5	2,8	1,3	4,3	3,2
Sudeste	Não-migrantes	6,8	4,0	3,5	4,0	3,9	3,4	6,6	3,4	3,0	2,7	3,2	2,2
	Inter-regionais	7,4	4,2	3,3	6,4	5,5	3,0	5,4	3,5	2,9	2,4	2,8	2,1
	Intrarregionais	6,1	3,1	3,3	2,6	5,2	1,8	7,6	3,1	3,9	2,9	1,8	2,4
Sul	Não-migrantes	6,4	3,9	3,9	2,2	3,9	2,8	6,2	3,3	3,4	2,7	2,9	2,6
	Inter-regionais	7,1	4,2	3,8	4,0	5,5	2,6	5,6	2,7	2,5	4,8	1,3	2,7
	Intrarregionais	5,7	4,8	3,2	2,1	2,9	4,6	4,0	3,5	2,5	2,5	1,3	2,2
Centro-Oeste	Não-migrantes	6,8	3,7	2,6	2,3	2,9	2,1	7,0	3,1	2,5	2,8	2,6	1,4
	Inter-regionais	6,1	3,4	3,8	4,8	3,4	2,6	4,8	3,5	2,4	3,2	1,8	2,7
	Intrarregionais	3,5	3,7	2,8	4,2	3,1	2,6	11,1	3,5	2,6	1,0	1,3	1,7

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

As razões de trabalho doméstico das mulheres em relação aos seus cônjuges segundo os rendimentos mensais do trabalho das mulheres e grupos etários (Tabela 20) mostrou razões maiores entre as mulheres de 40 a 49 anos que recebiam menos de 2 salários mínimos, em ambos os anos. De modo geral, percebe-se que as mulheres de 20 a 29 anos apresentavam, em média, as menores razões de trabalho doméstico, também nos dois anos.

Tabela 20. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por rendimento mensal do trabalho e grupos etários, Brasil, 2002- 2015

Grupos etários	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges											
		2002						2015					
		Rendimento mensal em salários mínimos						Rendimento mensal em salários mínimos					
		Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 2 e 3	Entre 3 e 4	Entre 4 e 5	Mais de 5	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 2 e 3	Entre 3 e 4	Entre 4 e 5	Mais de 5
15 a 19 anos	Não-migrantes	4,0	4,1	6,5	7,4	-	3,1	5,0	3,5	-	-	-	-
	Inter-regionais	3,4	2,1	3,0	-	-	-	2,1	2,5	-	-	-	-
	Intrarregionais	1,8	4,6	3,5	-	-	-	5,0	3,7	-	-	-	-
20 a 29 anos	Não-migrantes	5,6	3,5	2,9	2,1	3,2	2,5	5,2	2,8	2,7	2,9	2,1	1,8
	Inter-regionais	6,2	3,6	3,3	6,5	3,0	1,3	5,6	3,4	2,6	3,2	1,7	2,2
	Intrarregionais	5,2	3,1	2,5	2,6	1,9	2,5	5,5	2,9	2,5	1,9	0,5	2,6
30 a 39 anos	Não-migrantes	6,4	3,8	2,9	3,3	3,8	2,9	5,5	3,2	2,9	2,5	3,6	2,1
	Inter-regionais	6,2	4,4	3,5	5,1	2,7	2,6	5,5	3,4	3,1	4,0	2,7	2,3
	Intrarregionais	6,5	3,3	3,2	3,0	3,5	1,8	6,9	3,4	4,0	3,5	1,7	2,1
40 a 49 anos	Não-migrantes	6,6	3,9	4,4	3,7	4,0	3,4	5,7	3,6	3,1	3,0	2,3	2,4
	Inter-regionais	7,4	4,1	3,6	5,4	6,0	2,4	4,8	3,2	2,6	2,3	2,7	2,5
	Intrarregionais	5,2	4,3	3,0	3,0	4,2	3,6	6,3	3,3	3,0	1,8	2,1	2,7

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

Ao diferenciarmos as razões segundo atividade ocupacional (Tabela 18), também se percebeu uma redução das razões entre 2002 e 2015, especialmente dentre as profissionais das ciências e das artes, as dirigentes, as técnicas de nível médio e as prestadoras de serviço do comércio. Vê-se, entretanto, que houve um aumento das razões entre as trabalhadoras agrícolas, especialmente entre as migrantes – sobretudo as intrarregionais –, em ambos os anos.

As Tabelas 21 e 22 dispõem das razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por atividade ocupacional, regiões do Brasil e grupos etários em 2002. As Tabelas 23 e 24 dispõem dos mesmos dados para o ano de 2015.

Tabela 21. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por atividade ocupacional e regiões do Brasil, 2002

Regiões	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges									
		2002									
		Ocupações									
		Dirigentes em geral	Profissionais das ciências e das artes	Técnicos de nível médio	Trabalhadores dos serviços administrativos	Trabalhadores dos serviços	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	Trabalhadores agrícolas	Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção	Membros das forças armadas e auxiliares	Ocupações mal definidas
Norte	Não-migrantes	2,0	2,7	2,2	1,8	3,5	4,5	3,8	2,6	-	4,6
	Inter-regionais	4,3	4,1	3,4	3,8	3,6	4,4	2,8	4,2	-	2,4
	Intrarregionais	6,3	2,0	1,1	3,6	2,6	1,8	7,8	2,6	-	-
Nordeste	Não-migrantes	2,8	3,1	3,8	3,1	3,3	5,8	5,3	5,9	-	-
	Inter-regionais	1,6	3,5	3,3	2,3	5,9	2,3	3,2	6,1	-	-
	Intrarregionais	2,3	1,8	3,3	4,8	4,1	3,3	6,3	5,0	-	-
Sudeste	Não-migrantes	4,0	4,2	3,2	3,7	4,7	5,0	7,0	4,5	-	4,0
	Inter-regionais	1,8	6,6	5,8	3,0	4,5	4,8	2,8	4,9	-	0,7
	Intrarregionais	2,8	2,7	3,3	2,5	3,5	5,1	2,9	4,0	-	-
Sul	Não-migrantes	3,1	3,5	5,0	3,0	4,2	5,3	5,6	4,4	-	2,0
	Inter-regionais	3,8	3,2	3,2	3,1	5,2	5,7	5,4	3,7	-	-
	Intrarregionais	3,5	5,0	4,2	5,1	4,8	4,4	8,8	4,1	-	-
Centro-Oeste	Não-migrantes	1,9	2,4	2,9	4,0	4,9	3,3	10,9	5,6	-	-
	Inter-regionais	3,6	2,6	3,9	3,7	4,4	4,2	4,3	2,9	-	-
	Intrarregionais	5,3	1,9	2,5	2,1	3,6	7,0	7,4	3,4	-	1,0

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002

Tabela 22. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por atividade ocupacional e grupos etários, Brasil, 2002

Grupos etários	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges									
		2002									
		Ocupações									
		Dirigentes em geral	Profissionais das ciências e das artes	Técnicos de nível médio	Trabalhadores dos serviços administrativos	Trabalhadores dos serviços	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	Trabalhadores agrícolas	Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção	Membros das forças armadas e auxiliares	Ocupações mal definidas
15 a 19 anos	Não-migrantes	7,4	-	2,1	1,2	4,8	5,3	6,1	5,7	-	-
	Inter-regionais	-	-	1,5	3,4	2,9	1,8	.	2,9	-	-
	Intrarregionais	-	-	.	11,1	2,6	1,9	4,6	3,6	-	-
20 a 29 anos	Não-migrantes	2,5	3,4	3,5	3,1	3,7	4,6	5,0	4,6	-	1,5
	Inter-regionais	1,5	4,0	6,9	2,7	3,8	4,7	2,9	4,7	-	-
	Intrarregionais	3,6	2,6	3,7	3,3	3,7	3,1	7,4	2,6	-	-
30 a 39 anos	Não-migrantes	2,9	3,6	3,5	3,6	4,4	4,5	6,3	4,5	-	4,2
	Inter-regionais	3,5	3,5	2,7	3,2	4,8	4,9	3,1	5,5	-	2,4
	Intrarregionais	4,1	2,0	2,9	2,7	4,0	5,3	7,7	4,6	-	1,0
40 a 49 anos	Não-migrantes	4,2	4,2	4,5	3,2	4,3	7,1	5,7	4,8	-	2,5
	Inter-regionais	2,8	4,9	3,9	3,9	4,8	4,5	4,4	3,9	-	0,7
	Intrarregionais	2,3	4,1	3,6	5,1	3,9	4,4	6,7	4,5	-	-

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002

Tabela 23. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por atividade ocupacional e regiões do Brasil, 2015

Regiões	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges									
		2015									
		Ocupações									
		Dirigentes em geral	Profissionais das ciências e das artes	Técnicos de nível médio	Trabalhadores dos serviços administrativos	Trabalhadores dos serviços	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	Trabalhadores agrícolas	Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção	Membros das forças armadas e auxiliares	Ocupações mal definidas
Norte	Não-migrantes	3,2	1,9	1,8	2,4	3,8	3,2	4,2	4,5	1,7	6,7
	Inter-regionais	2,2	2,5	4,3	3,1	3,3	4,8	5,4	5,1	3,0	-
	Intrarregionais	1,9	1,9	1,9	3,6	2,5	5,0	7,3	3,4	1,4	-
Nordeste	Não-migrantes	2,6	3,7	3,3	2,7	3,6	4,5	4,9	3,5	3,4	-
	Inter-regionais	1,3	2,2	2,6	2,5	4,8	3,2	1,3	7,7	1,9	-
	Intrarregionais	3,7	2,2	2,6	3,6	4,5	5,1	7,0	5,0	2,1	-
Sudeste	Não-migrantes	2,3	3,2	3,2	2,9	4,3	3,5	6,4	3,3	5,0	-
	Inter-regionais	2,8	3,8	2,1	3,8	3,5	3,5	3,4	3,7	-	1,4
	Intrarregionais	2,7	3,9	3,6	2,8	4,0	3,3	8,4	3,0	2,1	1,0
Sul	Não-migrantes	3,1	3,3	3,3	3,1	4,4	2,9	5,2	3,3	2,4	-
	Inter-regionais	2,5	3,1	4,8	3,3	3,1	3,3	5,9	3,5	1,0	-
	Intrarregionais	2,1	2,3	2,7	3,0	3,6	3,2	5,5	3,9	-	-
Centro-Oeste	Não-migrantes	2,1	2,7	3,0	3,2	5,0	2,3	5,4	3,1	1,3	-
	Inter-regionais	2,6	2,6	3,2	4,2	3,5	3,0	4,5	4,2	-	-
	Intrarregionais	3,8	1,8	3,7	3,1	6,6	2,0	-	2,2	-	-

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015

Tabela 24. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por atividade ocupacional e grupos etários, Brasil, 2015

Grupos etários	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges									
		2015									
		Ocupações									
		Dirigentes em geral	Profissionais das ciências e das artes	Técnicos de nível médio	Trabalhadores dos serviços administrativos	Trabalhadores dos serviços	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	Trabalhadores agrícolas	Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção	Membros das forças armadas e auxiliares	Ocupações mal definidas
15 a 19 anos	Não-migrantes	1,4	0,3	1,6	7,7	5,9	4,3	1,3	1,9	.	.
	Inter-regionais	.	4,0	.	0,7	2,1	1,7	6,1	.	.	.
	Intrarregionais	.	.	.	.	3,9	5,0	.	.	.	.
20 a 29 anos	Não-migrantes	2,0	3,2	3,1	2,5	3,8	2,9	6,4	3,5	1,4	.
	Inter-regionais	2,7	2,4	2,4	4,3	3,8	3,6	3,2	2,7	2,0	.
	Intrarregionais	1,7	1,7	3,0	2,7	3,5	5,1	5,5	2,7	2,1	.
30 a 39 anos	Não-migrantes	2,3	2,9	2,9	3,2	4,2	3,2	5,7	2,9	4,3	6,7
	Inter-regionais	2,8	3,6	2,5	3,7	3,7	3,5	5,0	4,5	1,8	1,4
	Intrarregionais	3,0	3,0	2,5	3,3	4,8	3,5	7,5	3,9	2,1	1,0
40 a 49 anos	Não-migrantes	2,9	3,3	3,6	2,9	4,1	4,5	4,7	3,7	2,1	.
	Inter-regionais	2,1	2,7	3,5	3,0	3,4	3,8	3,8	3,4	2,0	.
	Intrarregionais	2,9	3,5	3,8	2,4	3,6	3,2	6,8	3,7	.	.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015

A análise por regiões brasileiras nas Tabelas 21 e 23 mostrou que, em 2002, as maiores razões de trabalho doméstico das mulheres em cargos de gerência e direção eram daquelas referenciadas na região Norte, passando, em 2015, para aquelas do Centro-Oeste. Percebeu-se ainda que, dentre as mulheres nestes cargos, as maiores razões foram apresentadas pelas mulheres de 30 a 49 anos, em ambos os anos (Tabelas 22 e 24). Dentre as ocupações mais frequentes entre as mulheres da amostra – as trabalhadoras dos serviços – notamos maiores razões na região Sul, em 2002, e na região Centro-Oeste, em 2015, para aquelas que tinham entre 30 a 39 anos.

De modo geral, as profissionais das ciências e das artes apresentavam razões menores que as demais ocupações, em ambos os anos, à exceção das migrantes inter-regionais na região Sudeste e das intrarregionais no Sul, em 2002 – estas mostraram razões bem maiores que as demais, tanto nas mesmas regiões, quanto em regiões diferentes.

Dentre as trabalhadoras agrícolas, destacaram-se as razões das migrantes intrarregionais na região Sul (8,8) e das não migrantes no Centro-Oeste (10,9), em 2002. Em 2015, chama a atenção o caso das trabalhadoras migrantes inter-regionais no Nordeste, que apresentavam uma razão média bem menor que as demais – de 1,3 horas de trabalho doméstico feminino por 1h de trabalho masculino.

No caso da variável de posição na ocupação, observou-se através da Tabela 18 que, em ambos os anos, as maiores razões foram apresentadas pelas trabalhadoras não remuneradas, aquelas que produzem para o próprio consumo, as autônomas e as empregadas domésticas sem carteira. As empregadas com carteira assinada e militares tinham razões de trabalho doméstico menores que as demais, tanto em 2002, quanto em 2015. Mirando a condição migratória, em 2015 não houveram diferenças significativas, enquanto que, em 2002, as migrantes inter-regionais apresentavam, em média, razões menores.

As Tabelas 25 e 27 dispõem das razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por posição na ocupação, regiões do Brasil e grupos etários em 2002. As Tabelas 26 e 28 apresentam os mesmos dados para o ano de 2015.

Tabela 25. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por posição na ocupação e regiões do Brasil, 2002

Regiões	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges										
		2002										
		Posição na ocupação										
		Empregado com carteira	Militar	Funcionário público estatutário	Outros Empregados sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Conta própria	Empregador	Trabalhador na produção para o próprio consumo	Trabalhador na construção para o próprio uso	Não remunerado
Norte	Não-migrantes	1,8	-	2,5	2,8	2,9	4,1	4,6	2,5	3,8	-	3,6
	Inter-regionais	3,1	-	2,8	4,8	1,9	2,7	4,8	6,0	6,6	-	4,4
	Intrarregionais	2,7	-	2,3	3,1	4,1	2,4	2,3	4,0	-	-	5,2
Nordeste	Não-migrantes	2,7	-	3,6	4,5	2,5	2,9	5,5	3,0	6,8	-	5,6
	Inter-regionais	3,9	-	1,7	5,7	1,4	1,6	3,5	1,8	2,8	-	4,8
	Intrarregionais	2,1	-	3,5	3,8	1,7	4,4	5,2	1,9	7,4	-	5,6
Sudeste	Não-migrantes	3,3	-	4,2	4,2	4,1	4,1	5,8	3,8	17,7	-	7,9
	Inter-regionais	3,4	0,7	5,5	4,8	2,5	5,9	6,6	1,8	-	-	3,9
	Intrarregionais	2,6	-	2,4	2,9	2,9	3,7	5,4	3,9	-	-	5,7
Sul	Não-migrantes	3,5	-	4,5	4,5	3,2	4,2	5,5	3,6	4,4	-	5,9
	Inter-regionais	3,0	-	2,6	3,5	2,7	6,2	7,8	3,9	4,6	-	5,6
	Intrarregionais	3,8	-	2,7	4,4	3,5	4,0	7,3	4,3	2,3	-	9,5
Centro-Oeste	Não-migrantes	4,0	-	2,3	3,2	3,5	3,5	6,0	1,8	24,4	-	9,9
	Inter-regionais	3,5	-	3,3	3,1	2,6	5,4	4,0	3,1	2,7	-	5,0
	Intrarregionais	2,3	-	2,8	2,2	5,4	4,2	4,9	7,0	4,3	-	9,1

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002

Tabela 26. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por posição na ocupação e grupos etários, Brasil, 2002

Grupos etários	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges										
		2002										
		Posição na ocupação										
		Empregado com carteira	Militar	Funcionário público estatutário	Outros Empregados sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Conta própria	Empregador	Trabalhador na produção para o próprio consumo	Trabalhador na construção para o próprio uso	Não remunerado
15 a 19 anos	Não-migrantes	3,4	.	.	3,9	0,7	4,7	10,1	10,5	7,5	.	6,1
	Inter-regionais	1,4	.	.	3,0	2,5	3,1	2,6	.	.	.	2,0
	Intrarregionais	5,2	.	.	2,0	.	2,0	1,0	.	9,2	.	.
20 a 29 anos	Não-migrantes	3,0	.	4,2	4,8	3,8	3,2	5,1	3,1	8,3	.	5,1
	Inter-regionais	3,0	.	3,1	5,3	2,2	4,8	6,3	1,3	3,8	.	3,6
	Intrarregionais	2,5	.	2,6	3,4	2,7	4,1	4,6	4,0	.	.	7,9
30 a 39 anos	Não-migrantes	3,4	.	3,5	3,6	3,6	4,1	5,7	2,7	8,3	.	6,5
	Inter-regionais	3,7	.	2,5	4,1	3,1	5,2	6,4	3,1	2,9	.	4,6
	Intrarregionais	3,0	.	2,2	3,0	3,5	3,6	5,6	5,4	8,2	.	8,5
40 a 49 anos	Não-migrantes	3,6	.	4,2	4,5	3,4	4,0	5,8	4,4	10,0	.	6,9
	Inter-regionais	3,3	0,7	3,8	3,9	1,9	7,4	5,1	3,3	4,6	.	5,5
	Intrarregionais	3,1	.	3,3	3,6	3,0	3,9	5,8	3,5	3,9	.	7,0

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002

Tabela 27. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por posição na ocupação e regiões do Brasil, 2015

		Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges										
		2015										
Regiões	Condição migratória	Posição na ocupação										
		Empregado com carteira de trabalho assinada	Militar	Funcionário público estatutário	Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregador	Trabalhador na produção para o próprio consumo	Trabalhador na construção para o próprio uso	Não remunerado
Norte	Não-migrantes	2,3	-	2,1	2,6	2,0	4,0	3,9	4,4	3,7	-	5,7
	Inter-regionais	3,1	3,6	3,0	2,3	2,5	3,4	4,6	3,6	6,1	-	6,3
	Intrarregionais	2,6	-	1,7	3,5	2,2	2,3	4,4	2,0	1,2	2,0	7,7
Nordeste	Não-migrantes	2,9	-	2,5	3,0	2,3	4,0	5,6	2,4	2,8	-	5,5
	Inter-regionais	2,0	1,6	2,5	5,4	0,7	5,1	3,0	0,9	-	-	3,5
	Intrarregionais	2,6	-	3,1	4,2	5,7	4,3	5,8	1,6	2,5	-	4,8
Sudeste	Não-migrantes	2,9	3,4	3,3	3,9	3,3	5,8	4,2	2,0	1,0	-	6,1
	Inter-regionais	3,1	-	3,0	3,1	2,9	4,0	5,0	3,4	-	-	3,8
	Intrarregionais	2,7	2,2	3,9	2,7	4,4	3,9	5,3	4,6	-	-	3,2
Sul	Não-migrantes	3,0	2,0	2,9	3,7	4,1	6,2	4,3	3,2	6,0	-	5,3
	Inter-regionais	2,8	1,0	4,0	3,0	2,2	3,7	4,1	3,8	3,6	-	6,2
	Intrarregionais	3,0	-	2,3	2,7	3,4	5,5	3,4	1,9	2,0	-	6,3
Centro-Oeste	Não-migrantes	2,7	-	3,3	3,5	2,7	7,1	4,1	2,3	1,0	-	7,5
	Inter-regionais	3,4	-	2,8	4,3	3,1	2,9	4,0	2,0	-	-	4,5
	Intrarregionais	2,3	-	1,8	5,0	11,3	8,1	4,1	3,0	-	-	3,6

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015

Tabela 28. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por posição na ocupação e grupos etários, Brasil, 2015

Grupos etários	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges										
		2015										
		Posição na ocupação										
		Empregado com carteira de trabalho assinada	Militar	Funcionário público estatutário	Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregador	Trabalhador na produção para o próprio consumo	Trabalhador na construção para o próprio uso	Não remunerado
15 a 19 anos	Não-migrantes	2,7	.	.	5,8	2,0	4,9	6,1	.	1,3	.	7,0
	Inter-regionais	2,6	.	.	2,4	2,0	2,0	1,4	.	.	.	.
	Intrarregionais	5,0	.	3,0	4,1	.	1,4	5,0	.	.	.	.
20 a 29 anos	Não-migrantes	2,5	1,4	3,1	3,7	2,4	4,9	4,4	1,7	3,2	.	6,3
	Inter-regionais	3,1	2,0	2,4	4,2	3,6	3,7	5,3	1,8	.	.	3,0
	Intrarregionais	2,6	.	2,3	3,2	2,6	4,5	5,0	1,4	.	.	4,1
30 a 39 anos	Não-migrantes	2,8	4,1	3,0	3,3	3,7	5,6	4,1	2,0	5,2	.	5,8
	Inter-regionais	3,4	1,9	3,3	3,5	2,7	4,0	4,6	4,2	5,3	.	5,4
	Intrarregionais	2,9	2,2	4,3	3,2	4,5	4,9	5,3	4,3	1,3	2,0	8,2
40 a 49 anos	Não-migrantes	3,3	.	2,9	3,4	3,2	4,8	5,0	3,1	2,9	.	5,3
	Inter-regionais	2,8	.	3,0	3,1	2,9	3,7	4,4	2,1	5,4	.	5,5
	Intrarregionais	2,8	.	2,6	3,6	5,0	3,8	4,7	2,6	2,6	.	4,6

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015

Observou-se, à exceção do trabalho doméstico na região Norte, uma tendência de maiores razões no ano de 2002 pelas trabalhadoras não remuneradas e aquelas que trabalhavam por conta própria. As funcionárias públicas referenciadas na região Sudeste apresentavam as maiores razões dentre estas trabalhadoras. Dentre aquelas que trabalhavam para o próprio consumo, as não migrantes no Sudeste e no Centro-Oeste mostraram razões desconcordantes das demais. No caso destas trabalhadoras, percebeu-se que aquelas que tinham entre 20 a 39 anos apresentaram as maiores razões.

Em 2015, notou-se que as maiores razões de trabalho doméstico feminino em relação ao masculino foram apresentadas pelas trabalhadoras não remuneradas e empregadas domésticas sem carteira assinada. Dentre estas, salienta-se o caso das mulheres que tinham entre 30 a 39 anos. Observa-se o caso discrepante das migrantes intrarregionais, trabalhadoras domésticas formalizadas no Centro-Oeste, com uma razão de 11,3, enquanto as demais trabalhadoras nesta posição apresentavam uma razão média de 3,1. Em 2015, não se vê diferenciais significativos em posição na ocupação segundo os grupos etários ou condição migratória.

As razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, segundo horas habitualmente trabalhadas por semana (Tabela 18) mostrou, especialmente em 2002, uma diminuição conforme o aumento de horas trabalhadas pelas mulheres. Em 2015, no entanto, as menores razões foram apresentadas pelas mulheres que trabalhavam entre 40 e 44 horas semanais. Possivelmente, devido a maioria das mulheres serem trabalhadoras formais, já que grande parte das cargas horárias semanais em empresas e comércios são nesta faixa de tempo. Ademais, os dados segundo posição na ocupação nos mostraram que as empregadas com carteira assinada tinham razões menores, em geral.

A Tabela 29 dispõe as razões por horas habitualmente trabalhadas por semana, região do Brasil, ano e condição migratória. Percebeu-se que, em 2002, dentre as mulheres que trabalhavam até 14 horas semanais, as razões entre as migrantes intrarregionais eram maiores que as demais mulheres, com exceção da região Centro-Oeste, na qual as maiores razões foram apresentadas pelas não migrantes. Nota-se ainda que as menores razões de trabalho doméstico entre as mulheres que trabalhavam mais de 15 horas semanais, concentravam-se na região Norte, neste ano.

Tabela 29. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por horas habitualmente trabalhadas por semana e regiões do Brasil, 2002-2015

Regiões	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges									
		2002					2015				
		Horas trabalhadas por semana					Horas trabalhadas por semana				
		Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
Norte	Não-migrantes	5,3	4,2	1,8	2,8	3,2	6,3	3,9	2,3	2,1	3,1
	Inter-regionais	8,5	4,0	3,8	2,3	3,0	6,2	3,6	3,1	2,9	4,0
	Intrarregionais	14,0	3,7	2,4	1,8	1,8	5,9	3,7	2,3	2,6	4,6
Nordeste	Não-migrantes	7,7	5,0	3,0	3,5	3,2	6,1	4,7	2,6	2,6	2,7
	Inter-regionais	5,8	3,5	2,2	2,0	6,4	3,1	4,9	2,3	2,3	2,9
	Intrarregionais	8,1	5,4	3,4	2,2	2,1	6,2	5,2	2,9	2,1	6,0
Sudeste	Não-migrantes	7,7	5,7	3,6	3,8	3,3	5,5	5,1	2,8	3,3	3,2
	Inter-regionais	9,8	6,7	3,3	3,5	3,2	4,7	5,0	2,9	2,9	3,4
	Intrarregionais	8,4	4,4	2,7	2,9	3,0	5,4	5,0	2,8	3,9	2,8
Sul	Não-migrantes	6,7	6,0	3,5	3,6	3,3	6,7	4,5	3,1	3,2	3,0
	Inter-regionais	5,6	6,9	3,2	2,5	3,5	4,1	3,7	3,1	3,7	2,8
	Intrarregionais	14,9	5,6	3,8	3,9	3,4	5,9	3,6	2,6	4,0	3,5
Centro-Oeste	Não-migrantes	13,4	5,8	2,8	2,6	3,1	8,0	4,5	2,7	2,5	4,4
	Inter-regionais	7,6	4,8	3,0	3,2	2,8	4,4	4,1	3,1	3,8	2,4
	Intrarregionais	7,6	5,6	2,5	4,5	2,8	5,9	5,6	2,2	2,4	3,7

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

Em 2015 também se viu que as mulheres que trabalhavam menos de 14 horas semanais, em todas as regiões, eram as não migrantes. Contudo, entre aquelas que trabalham entre 40 e 44 horas semanais – a maioria das mulheres, como visto na Seção 4.1 – as razões são bastante similares.

A Tabela 30 nos dá as razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por horas habitualmente trabalhadas por semana e grupos etários. Percebe-se que as maiores razões apresentadas pelas migrantes intrarregionais que trabalhavam menos de 14 horas semanais era comum a todos os grupos etários, em 2002. Ainda neste ano, notou-se que as mulheres mais velhas que trabalhavam entre 15 e 39 horas exibiam maiores razões de trabalho doméstico que as demais. Em 2015 observou-se que a razão média das migrantes inter-regionais de 15 a 19 e de 30 a 39 anos, que trabalhavam menos de 14 horas, era muito menor que as razões apresentadas pelas não migrantes e migrantes intrarregionais.

Tabela 30. Razões de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges, por horas habitualmente trabalhadas por semana e grupos etários, Brasil, 2002-2015

Grupos etários	Condição migratória	Razão de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre mulheres e seus cônjuges									
		2002					2015				
		Horas trabalhadas por semana					Horas trabalhadas por semana				
		Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
15 a 19 anos	Não-migrantes	4,4	5,9	5,0	3,7	4,6	9,8	5,4	2,4	5,6	1,6
	Inter-regionais	1,8	3,7	2,1	.	1,7	2,0	3,2	1,9	3,6	2,0
	Intrarregionais	9,2	6,2	2,7	3,2	2,3	9,0	3,0	2,9	1,4	6,0
20 a 29 anos	Não-migrantes	7,1	5,2	2,9	3,0	3,2	5,4	4,7	2,5	2,7	2,9
	Inter-regionais	6,9	5,2	3,4	3,2	3,2	5,5	5,2	2,8	3,6	2,3
	Intrarregionais	9,5	4,0	3,3	3,2	1,8	5,8	3,2	2,5	2,6	5,4
30 a 39 anos	Não-migrantes	8,4	5,3	3,5	3,7	3,0	6,0	4,4	2,8	3,0	3,0
	Inter-regionais	10,5	5,7	3,2	3,6	3,2	4,7	4,6	3,1	2,8	4,3
	Intrarregionais	12,4	4,5	2,9	3,3	3,5	7,2	5,2	2,7	4,0	3,6
40 a 49 anos	Não-migrantes	7,9	6,0	3,6	4,1	3,6	6,2	4,8	3,0	3,3	3,1
	Inter-regionais	8,6	6,3	3,0	2,7	3,0	4,5	4,1	2,9	3,2	2,5
	Intrarregionais	9,5	6,0	3,2	2,6	2,9	4,3	4,7	2,9	4,1	2,6

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

4.3. Síntese dos resultados

O objetivo deste capítulo foi explorar as características e perfis individual, familiar, socioeconômico e ocupacional das mulheres migrantes e não migrantes e identificar os possíveis diferenciais em papéis de gênero nas migrações internas a partir de uma medida de razão entre horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por estas mulheres em relação aos seus respectivos cônjuges, utilizando-se dos dados das PNADs 2002 e 2015. Sem o objetivo de exaurir as questões relacionadas às estruturas e estratificação de gênero, a intenção foi considerar que tais fatores são importantes em quaisquer estudos ligados à perspectiva de gênero, pois refletem de forma mais abrangente o contexto social nos quais os indivíduos estão inseridos.

Partiu-se de variáveis relacionadas à posição no sistema de gênero: idade, condição na unidade domiciliar, número de filhos no domicílio, raça/cor, escolaridade, rendimento mensal do trabalho principal, ocupação, posição na ocupação e horas trabalhadas por semana, entendendo que através da perspectiva do sistema de gênero é possível analisar tanto o papel das mulheres em níveis mais amplos ligados à mobilidade, em relação às estruturas de gênero, quanto a transformação na dinâmica familiar devido à mobilidade de homens e mulheres e como ela transforma as relações de gênero.

A análise descritiva segundo as variáveis de interesse mostrou que todos os movimentos migratórios nas regiões se tornaram mais numerosos entre 2002 e 2015 e que a maioria destas migrantes eram de longa distância e tinham entre 30 e 49 anos. Mais da metade destas migrantes encontravam-se na região Sudeste do país. Esta região, contudo, também mostrou os maiores percentuais de não migrantes. Ainda sobre a região Sudeste, percebeu-se que a maioria das migrantes era advinda do Nordeste, sendo que, os dados de 2015 mostraram um grande fluxo de retorno destas migrantes à região de origem.

Foi possível observar similaridades entre as regiões Norte e Nordeste e entre as regiões Sul e Sudeste, especialmente em 2002. Isto porque o Norte e o Nordeste apresentaram mais declarações de raça/cor parda, um menor percentual de mulheres altamente escolarizadas, uma proporção maior de mulheres que recebiam menos de 1 salário mínimo, especialmente entre as mais jovens (15 a 19 anos) e também dentre as mulheres desta idade, um maior número de indicadas como responsáveis pelo domicílio – aqui destacam-se as não migrantes. Além disso, mostraram maiores proporções de mulheres com mais de 3 filhos, de trabalhadoras informais e que trabalhavam majoritariamente entre 15 a 39 horas. Enquanto que as regiões Sul e Sudeste mostraram uma prevalência das declarações de raça/cor branca, de mulheres mais escolarizadas – especialmente dentre aquelas que tinham entre 30 e 49 anos – sem filhos ou com apenas 1 filho, em empregos formais, de profissionais das ciências e das artes e serviços administrativos e que trabalhavam entre 40 e 44 horas.

Não obstante, a região Centro-Oeste apresentou grandes diferenças de um ano para outro e por condição migratória. Os padrões de distribuição das variáveis de interesse por esta região em 2002 se aproximavam mais dos padrões vistos nas regiões Norte e Nordeste, entretanto, em 2015, se assemelhavam mais aos padrões das regiões Sul e Sudeste. As migrantes nesta região eram majoritariamente inter-regionais, de 30 a 49 anos e autodeclaradas pardas. É interessante ressaltar, todavia, que a região Centro-Oeste, em 2015, concentrou os maiores percentuais de mulheres altamente escolarizadas, que recebiam maiores salários e eram, especialmente, profissionais das ciências e das artes, funcionárias públicas e empregadoras. Estas características, no entanto, estavam bastante concentradas entre as migrantes, em particular, entre as inter-regionais. Aqui, é relevante prospectar que, possivelmente, a concentração deste perfil, nesta região, se deva a um aumento da atuação feminina na esfera pública, em Brasília.

Foi possível observar alguns padrões gerais que se alteraram de um ano em relação ao mais recente: maiores declarações de raça/cor parda, aumento nos níveis de escolaridade – de fundamental, em 2002, para médio, em 2015 –, aumento no percentual de mulheres indicadas como responsáveis pelo domicílio, e de mulheres empregadas com carteira assinada. Além

disso, via de regra, houve uma diminuição no número total de filhos, especialmente entre as mais jovens (de 15 a 29 anos), e de mulheres inseridas na prestação de serviços, que trabalhavam entre 40 e 44 horas semanais.

A partir deste pano de fundo, deu-se a análise das razões de tempo semanal habitualmente dedicado aos afazeres domésticos das mulheres em relação aos seus cônjuges segundo as grandes regiões brasileiras, grupos etários, condição migratória e ano. Partiu-se da perspectiva de que a dinâmica domiciliar impacta e configura de forma fundamental as relações de gênero e, portanto, os movimentos migratórios, de forma que a divisão do trabalho doméstico dentro da família pode refletir os papéis de gênero no âmbito domiciliar.

A análise das razões de trabalho doméstico dispostas na Seção 4.2 mostrou que, em 2002, as mulheres mais jovens (15 a 19 anos) apresentaram razões maiores no Norte, Nordeste e Sudestes, especialmente entre as não migrantes. No Sul e Centro-Oeste, as maiores razões foram as das mais velhas (40 a 49 anos), sobretudo, entre as migrantes intrarregionais. Em 2015, as mais velhas mostraram as maiores razões em todas as regiões. Além disso, em 2002, brancas e pardas apresentaram razões de trabalho doméstico similares, sendo maiores que as demais. Em 2015, no entanto, as maiores razões foram apresentadas pelas pretas, e as menores, dentre as brancas.

Percebeu-se ainda que, mulheres mais escolarizadas, que recebiam maiores salários, tinham menos filhos, que foram indicadas como responsáveis pelo domicílio, trabalhavam com carteira assinada, eram empregadoras, profissionais das ciências e das artes, dirigentes e funcionárias públicas, apresentavam razões de trabalho doméstico menores que as demais, especialmente entre aquelas que tinham de 20 a 39 anos. É importante ressaltar que as informações quanto a compra ou não de trabalho doméstico remunerado através dos serviços de diaristas ou domésticas mensalistas não podem ser obtidas através das bases de dados utilizadas.

De modo geral, foi possível notar que as mulheres mais jovens (de 15 a 19 anos) e mais velhas (de 40 a 49 anos) apresentavam maiores razões. Em consonância a isso, uma vez que a maioria está nesta faixa etária, observou-se que as trabalhadoras não remuneradas e que produzem para o próprio consumo apresentavam maiores razões de trabalho doméstico.

Foi possível depreender, em suma, que, nas regiões que se destacaram com maiores percentuais de mulheres mais escolarizadas, que recebiam maiores salários e estavam mais inseridas em empregos formais – Sul, Sudeste e Centro-Oeste – quanto menor fosse a escolaridade e a renda da mulher e mais precária fosse sua posição na ocupação, mais ela dedicava tempo em trabalho doméstico em relação ao seu cônjuge. Isto se mostrou

especialmente forte no caso das não migrantes e das migrantes intrarregionais, de 40 a 49 anos. Já no Norte e no Nordeste, não se encontrou os mesmos padrões. É interessante perceber que, no entanto, parece haver nestas regiões uma tendência mais forte segundo a posição na ocupação da mulher, pois aquelas em cargos de direção ou gerência e empregadoras apresentaram razões muito menores que as mulheres nas mesmas posições em outras regiões. Sobre a região Nordeste também é relevante notar que esta é a única região que mostrou razões menores para as mulheres declaradas brancas e maiores para as declaradas pretas, em ambos os anos.

Por fim, mostrou-se relevante a questão da condição migratória em 2002, no qual as migrantes inter-regionais apresentavam, em média, menores razões em todas as regiões. Contudo, em 2015, estas migrantes só mostraram o mesmo padrão quando mais escolarizadas e inseridas em empregos formais e de maior prestígio social. Esta vantagem se viu especialmente entre as migrantes inter-regionais de 20 a 39 anos. No caso destas migrantes, empregadas domésticas – que são a maioria da amostra e estão referenciadas na região Sudeste, como visto anteriormente – houve até mesmo um aumento nas razões de trabalho doméstico entre 2002 e 2015, o que contraria a tendência geral de diminuição.

Conclui-se que, apesar de ter havido uma diminuição geral das razões de trabalho doméstico pelas mulheres em relação aos seus cônjuges entre 2002 e 2015 - o que pode representar um avanço em direção à maior equidade nos papéis de gênero - estas mulheres ainda se dedicam cerca de 2 a 5 vezes mais a que os homens. Nesse aspecto, foi possível observar que as questões envolvidas no quesito de estratificação de gênero, como nível de escolaridade, renda e posição na ocupação, impactam de forma significativa nos papéis domésticos de gênero. Contudo, há diferenças relevantes segundo raça/cor e região.

A hipótese estabelecida no Capítulo 1 de que a condição de migrante pode estar relacionada à menores razões de horas de trabalho doméstico das migrantes em relação aos seus cônjuges do que entre as não migrantes e seus cônjuges, se viu parcialmente verdadeira. De fato, este foi o caso observado em geral dentre as migrantes inter-regionais. Entretanto, quando estas mulheres ocupavam trabalhos informais, especialmente, no setor doméstico, estas apresentavam razões ainda maiores que as não migrantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo explorar as possibilidades de diálogo analítico entre os conceitos de migração e sistema de gênero. Inicialmente, realizou-se uma revisão crítica da literatura sobre sistema de gênero e migração, buscando estabelecer possibilidades de articulação conceitual e teórica entre ambas. Em seguida, com os dados da PNAD, procurou-se traçar o perfil socioeconômico das migrantes inter-regionais, intrarregionais e das não-migrantes no Brasil entre 2002 e 2015 a partir de fatores identificados na literatura como relevantes frente aos estudos de gênero: idade, condição na unidade domiciliar, número de filhos no domicílio, raça/cor, escolaridade, ocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas por semana e rendimento mensal do trabalho. Adicionalmente, foi feita uma análise das razões de tempo semanal habitualmente dedicado aos afazeres domésticos pelas mulheres em relação aos seus respectivos cônjuges a partir das mesmas variáveis elegidas e considerando os recortes de tempo, região, grupos etários e condição migratória.

A revisão de literatura abordou os autores clássicos da migração, as abordagens de equilíbrio, histórico-estruturalistas, transicionais, pluralistas, além de considerar a perspectiva do curso de vida e revisar os esforços brasileiros em prol da articulação entre gênero e mobilidade populacional. Percebeu-se que os estudos pioneiros (clássicos) em migração pouco trataram da questão de gênero nos estudos migratórios, já que a migração feminina era considerada apenas como uma resposta à ação tomada pelo homem, feita de forma passiva pela mulher. As abordagens de equilíbrio, apesar de não tratarem o tema do gênero de forma mais direta, avançaram nos estudos de migração e gênero ao observar que os fatores econômicos não são suficientes para explicar a migração das mulheres. Estas estariam sujeitas às mudanças nos seus papéis sociais e econômicos, que são altamente variáveis conforme o contexto em que se inserem.

Foi identificado, em meio às abordagens histórico-estruturalistas, um primeiro esforço explícito de diálogo entre as questões de gênero e migração ao trazerem o domicílio como unidade de tomada de decisão migratória. Isto porque, ao focar nos impactos da dinâmica e dos papéis de gênero no ambiente familiar, foi possível identificar fortes influências de gênero sobre a esposa. Como Mincer (1978) destacou, a decisão de migrar pode prejudicar os rendimentos de algum membro da família e, o indivíduo prejudicado, em sua maioria, é a esposa, pois, ela se encarrega dos trabalhos domésticos que não são remunerados e, mesmo quando inserida no mercado de trabalho, geralmente, o rendimento da esposa é menor. Com isso, Mincer

demonstrou que os papéis de gênero têm um peso muito maior para as mulheres, de forma que a migração feminina depende de uma série de fatores relacionados à dinâmica familiar, como intenções reprodutivas, a presença de filhos pequenos na família, dentre outros.

As perspectivas transicionais e pluralistas forneceram bases contextuais que, em conjunto ao aprimoramento do próprio conceito de gênero nas ciências sociais nas últimas décadas, traduziram-se em estudos que mostraram que os valores culturais, as expectativas, as instituições sociais, os fatores históricos e estruturais e as relações de gênero moldam a possibilidade de os indivíduos migrarem. Tais relações, por sua vez, em diálogo com o processo migratório, impactam na dinâmica familiar, no status das mulheres, seja em meio ao mercado de trabalho ou outras esferas da sociedade e no ciclo de vida familiar e individual das mulheres.

No caso das migrações internas no Brasil, apesar de ainda escassos, os estudos brasileiros buscam acompanhar a evolução do campo de estudos que relaciona migração e gênero. Ressaltou-se a relevância dos trabalhos de Chaves (2009) e Schneider (2020) que buscaram investigar alguns fluxos migratórios femininos no Brasil a partir da mensuração do grau de independência das mulheres no deslocamento, além de observar o volume desses fluxos e a situação destas migrantes no mercado de trabalho. A partir de tais estudos, foi possível concluir que as migrações femininas no Brasil se tornaram mais numerosas com o passar dos anos, e concomitantemente, cresceu também a quantidade destes movimentos realizados pelas mulheres de forma autônoma e independente de motivos familiares. Além disso, houve melhorias no nível de instrução, aumento da taxa de atividade, da formalidade e do rendimento das mulheres no período. Contudo, ambas as autoras ressaltam a importância de se observar as diferenças regionais, além das diferenciações segundo a origem das imigrantes, no caso brasileiro (CHAVES, 2009; SCHNEIDER, 2020).

Em síntese, a revisão de literatura buscou fornecer uma perspectiva sobre a forma como a questão de gênero tem sido abordada nas teorias de migração mais discutidas na literatura, apontando os principais aspectos que têm sido considerados ou negligenciados ao se tratar gênero como um fator de seletividade migratória, ou de sua associação como motivador ou consequência dos processos migratórios. Conclui-se que, uma vez que as relações de gênero influenciam a natureza da reprodução social em diversas instituições da sociedade, as comparações entre a migração masculina e feminina também precisam refletir sobre como essas relações estão profundamente interligadas. É importante considerar que essas relações dependem não apenas das normas e contextos sociais, mas também dos processos históricos, políticos, econômicos e urbanos. Dessa forma, é necessário avançar cada vez mais em estudos que relacionem todos os aspectos da vida social, bem como os fatores condicionantes e

condicionados do e pelo processo migratório às questões de gênero. Estudos dessa natureza podem revelar vários aspectos ainda ocultos nos estudos de migração, ou ainda, colocar em cheque questões já assinaladas.

A presente dissertação aborda os conceitos de “sistema de gênero” e “sistema familiar” de Karen Mason (1986, 1997) com o objetivo de provocar uma reflexão quanto a complexidade de papéis, direitos e status que envolvem ser homem ou mulher em uma dada sociedade ou cultura. Como visto, o conceito de sistema de gênero pode ser mais eficiente para se avaliar todos os aspectos nos quais o gênero pode impactar, como por exemplo as migrações. No entanto, é de grande complexidade metodológica, especialmente em estudos quantitativos. Ademais, a estratificação de gênero, bem como os papéis de gênero são multidimensionais e variam de acordo com classe social, esfera institucional e estágio da vida, bem como por outras características dos indivíduos ou do grupo. Todavia, os conceitos de sistema de gênero e de sistema familiar são condicionados e condicionantes de diversos fatores em comum ao processo migratório, como visto no Capítulo 2. Desta forma, ao sistematizarmos tais fatores, levando em consideração a perspectiva de sistema de gênero, é possível uma melhor compreensão de toda essa complexidade social que envolve ambos os fenômenos e instituições envolvidas.

Sem a pretensão de avaliar todo o complexo conceito de sistema de gênero, buscou-se, a partir dos dados das PNADs 2002 e 2015, realizar um esforço inicial de articulação do conceito de Mason aos estudos de migração no Brasil. Para tanto, considerou-se especificamente a dimensão de papéis de gênero familiares do sistema de gênero e, como “todos os sistemas familiares são organizados em torno do gênero, e porque todos os sistemas de gênero delineiam os papéis familiares e de parentesco de homens e mulheres, os dois sistemas estão interligados” como apontou Mason (2001, p.161), buscou-se estudar os papéis de gênero dentro da família com base na divisão de trabalho doméstico entre homens e mulheres. Dessa forma, observou-se uma série de variáveis individuais, familiares, socioeconômicas e ocupacionais, bem como de uma medida de razão entre horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pelas não migrantes e migrantes em relação aos seus respectivos cônjuges.

Apesar de contar com limitações quanto ao tamanho e nível de representatividade da amostra, além das possíveis imprecisões nas estimativas da PNAD, uma vez que sua amostra é projetada, considerou-se que tais questões não invalidam a contribuição da dissertação, já que as interpretações são feitas com base na distribuição e características das mulheres. Dessa forma, foram consideradas na análise as não migrantes e migrantes inter-regionais e intrarregionais data fixa, de 15 a 49 anos, em união conjugal, que se declararam ocupadas no momento das pesquisas. A área de abrangência geográfica da pesquisa foi definida como todo

o território nacional, dividido nas cinco grandes regiões brasileiras. Apesar de as análises também serem realizadas para o Brasil como um todo, os resultados foram apresentados para as regiões separadamente a fim de minimizar as possibilidades de falácia ecológica.

Inicialmente foram expostos dados dessas mulheres para fins de caracterização do perfil individual, familiar, socioeconômico e ocupacional das mesmas, segundo variáveis apontadas nos estudos de gênero como bons indicadores de equidade de gênero. Também a partir de tais variáveis e, sob os recortes por região, grupos etários, ano e condição migratória, foram apresentadas as razões de horas semanais de trabalho doméstico das migrantes e não migrantes em relação aos seus cônjuges. Os resultados demonstraram uma preeminência das migrantes inter-regionais em diferenciais relacionados ao sistema de gênero, em detrimento das migrantes intrarregionais e não migrantes, de modo geral. As migrantes intrarregionais apresentaram características mais similares às não-migrantes.

Conclui-se que, apesar de ter havido uma diminuição geral das razões de trabalho doméstico pelas mulheres em relação aos seus cônjuges entre 2002 e 2015, o que pode representar um avanço em direção à maior equidade nos papéis de gênero, estas mulheres ainda se dedicam cerca de 2 a 5 vezes mais à tais tarefas que os homens. A partir deste resultado, foi possível observar que as questões envolvidas no quesito de estratificação de gênero, como nível de escolaridade, renda e posição na ocupação são muito relevantes também no ambiente familiar. Contudo, há diferenças relevantes segundo raça e região. Acredita-se que isso se deva a fatores históricos, sociais e culturais mais complexos, que demandam estudos mais aprofundados.

Apesar de haver uma melhora na posição das mulheres no que concerne alguns dos quesitos de estratificação de gênero, pode-se dizer que em nível familiar, ainda não notamos a mesma tendência. Observa-se que mesmo com as transformações sociais ocorridas ao longo do último século sob a perspectiva de gênero, as mudanças culturais associadas a uma divisão de trabalho mais equilibrada entre homens e mulheres no espaço doméstico foram insuficientes. É importante ressaltar adicionalmente que, em muitos países, como no Brasil, a ausência de políticas públicas que ofereçam redes de segurança e atenção a filhos e idosos é um fator de grande relevância contextual, pois gera um déficit de cuidados que impacta especialmente as mulheres (BARROS; MOURÃO, 2018).

Becker (1985) afirmou que o diferencial em ganhos financeiros e posições ocupacionais entre homens e mulheres se deve principalmente ao fato de as mulheres usualmente terem que dedicar mais horas aos serviços domésticos e cuidado dos filhos que os homens. Assim, mesmo trabalhando igual número de horas, as mulheres podem ser menos produtivas por não terem

tanto tempo de lazer e descanso quando os homens, os quais teriam o trabalho como única atividade. O autor concluiu, assim, que a relação entre o tempo gasto em serviços domésticos apresenta relação inversamente proporcional aos retornos econômicos das mulheres. Os resultados obtidos na presente dissertação foram de encontro à tal proposição.

Da mesma forma, os resultados permitem um alinhamento com a reflexão de Piore (1979) de que, além de as mulheres terem maior probabilidade de serem inseridas em seguimentos secundários do mercado dada a divisão do trabalho entre indivíduos baseada em sexo, mesmo entre as mulheres, tende a haver uma maior divisão do trabalho em seguimentos conforme a raça/cor, nível educacional e entre migrantes e nativos de forma que aquelas não-brancas, jovens, migrantes e menos qualificadas se concentram em empregos mais precários e ganham salários menores. Tal diferenciação também se mostrou no caso da divisão do trabalho doméstico nos domicílios.

O que se nota é que mesmo no contexto de um único país, as divisões de trabalho prescritas pela estratificação criada pelos sistemas de gênero variam significativamente por classe, raça/cor, esfera social e posição no curso da vida, como já afirmava Mason (1997). Os resultados obtidos na dissertação, bem como a revisão de literatura, indicam que gradativamente as mulheres vêm tendo mais acesso ao mercado de trabalho e maior escolaridade. Todavia, essa maior inserção não se refletiu em igualdade de oportunidades de emprego (uma vez que tais espaços ocupados por elas são diferenciados), como mostrou o relatório do IBGE (2018), bem como em uma divisão mais equitativa do trabalho doméstico entre as mulheres e seus cônjuges.

Além disso, existem grandes diferenciais regionais entre diversas variáveis consideradas aqui como relevantes ao sistema de gênero. Uma análise possível é quanto aos diferenciais culturais apontados por Mason (1997) e quanto aos papéis de gênero em dimensões (materna, ocupacional, conjugal, doméstica, familiar, comunitária e individual) aos quais as mulheres têm de se adaptar, uma vez que estes diferenciais são bastante distintos entre as regiões brasileiras. Tais diferenciais podem ser reflexos de outras variáveis consideradas aqui, como nível de escolaridade ou renda, ou até mesmo a questão da migração em si.

No nível individual, Mason (2001) afirma que é plausível pensar que uma maior idade do casamento para as mulheres, juntamente com uma fecundidade reduzida, possa impactar em mudanças de gênero. Nesse sentido, é possível refletir, por exemplo, sobre o possível impacto do *timing* da queda da fecundidade segundo as grandes regiões do Brasil. Contudo, os dados aqui explorados não parecem apontar para uma mudança nos papéis de gênero, e os diferenciais levam a consideração de uma forte influência das grandes desigualdades sociais enraizadas no contexto brasileiro.

Nesse sentido e, notando os diferenciais que podem indicar ganhos de equidade de gênero em alguns dos quesitos, enquanto em outros não, considera-se convincente a perspectiva de “institucionalização incompleta” de Chesnais (1996) e McDonald (2000a). Segundo os autores, nos países em que os papéis das mulheres mudaram acentuadamente, isto é, elas estão tão escolarizadas quanto os homens, participam da força de trabalho da mesma forma e são majoritariamente independentes financeiramente, os governos precisam fornecer apoios sociais que permitem que as mulheres permaneçam independentes enquanto criam filhos. Isto é, as instituições da sociedade precisam acomodar as mudanças nos papéis e aspirações das mulheres. Nos locais onde pouca ou nenhuma acomodação institucional é feita segundo a mudança nos papéis das mulheres, no entanto, as mulheres enfrentam conflitos entre manter a independência e ter filhos. O resultado é o adiamento do casamento e da gravidez e uma tendência a ter apenas um filho.

Da mesma forma, Chesnais (1996) e McDonald (2000a) argumentam que os papéis dentro da família precisam mudar em apoio as atividades de carreira das esposas - por exemplo, através da partilha mais igualitária de tarefas domésticas e criação de filhos pelo marido e pela esposa. É possível que as variações vistas nos resultados aqui apresentados tenham relação com a “institucionalização incompleta” de Chesnais (1996) e McDonald (2000a). Contudo, acredita-se que também tenham um viés de sustentação cultural. Investigações posteriores serão necessárias para se aprofundar nessas questões.

Ainda assim, depreende-se que, ao considerar as relações de gênero, as teorias de migração podem avançar no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho. Segundo Pessar (2000), há importantes intersecções entre transformações dos papéis de gênero, estratégias migratórias e inserção em diferentes mercados de trabalho ao longo do projeto migratório. A interdependência dessas estruturas causa diferentes impactos principalmente entre as mulheres, que são mais suscetíveis a essas transformações. Incorporar a perspectiva de gênero nas análises demonstra a importância das diferenças socialmente construídas ao longo da migração.

Estas reflexões justificam a importância de um estudo aprofundado da migração e das transformações de homens e mulheres, especialmente no âmbito da dinâmica familiar. As experiências das mulheres, captadas e analisadas através de uma metodologia específica, oferecem outro sentido ao fenômeno, incrementam e aprofundam seu conhecimento. Constrangimentos como ganho ou perda de autonomia, renegociações entre os sexos, especialmente no contexto domiciliar, são fatores importantes para o estudo da migração, uma

vez que é através dessas transformações que as mulheres, especialmente, afirmam-se como agentes de equidade no fenômeno.

Acredita-se, como agenda de pesquisa futura, que as prescrições sociais de gênero sejam um fator de destaque na pouca mudança em relação aos papéis de gênero em âmbito doméstico. A literatura que considera o impacto das normas sociais nos papéis de gênero e divisão do trabalho ainda é bastante incipiente no contexto brasileiro – possivelmente porquê um estudo desta natureza seria muito complexo e caro. Contudo, Codazzi, Pero e Sant’Anna (2018) realizaram um esforço nesse sentido e concluíram que quanto maiores as chances de a mulher ter rendimentos maiores que o marido, menor é a propensão de a mulher participar da força de trabalho e, uma vez no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de o salário dela ser menor do que o potencial, de a jornada de trabalho ser menor e de o trabalho ser informal. Pinheiro (2018) sugere ainda que, especialmente dentre as mulheres que possuem renda maior do que seus parceiros, as normas de gênero impactam de forma importante. Isto porque verificou-se que as jornadas de trabalho doméstico dessas mulheres tendem a ser ainda maiores do que quando elas possuíam menores salários em comparação aos seus cônjuges. Estes resultados demonstram a força das normas sociais no Brasil, particularmente, em questões de gênero e divisão de trabalho (remunerado ou não).

Como visto, estudar todas as dimensões e fatores significativos envolvidos no conceito de sistema de gênero é extremamente complexo devido ao seu caráter multidimensional, sua variação contextual, às dificuldades metodológicas e ausência de dados. Ao estudarmos cada uma destas dimensões, no entanto, é possível avançar na compreensão do conceito de sistema de gênero em diálogo com outros fatores socioeconômicos e demográficos, ou ainda, lançar novos questionamentos. Sem o objetivo de exaurir tal conceito e contando com grandes limitações metodológicas, a presente dissertação se dedicou a um esforço inicial de exploração teórica e empírica do sistema de gênero em estudos sobre migração. Acredita-se que estudos nesse sentido podem contribuir significativamente com a reflexão sobre os contextos migratórios que estão cada vez mais complexos.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, M.; AUSPURG, K.; HINZ, T. **Migration decisions within dual earner partnerships: A test of bargaining theory.** *Journal of Marriage and Family*, 72, 876–892, 2010.

ABREU, M. A. A.; MEIRELLES, R. de L. **Mulheres e Homens em Ocupação de Cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) na Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG).** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para Discussão 1797, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1000/1/TD_1797.pdf> Acesso em> 21 de set. de 2020.

ADAMS, L. S. **Beyond Gender: State Failure to Protect Domestic Violence Victims as a Basis for Granting Refugee Status.** *Thomas Jefferson Law Review* 24: 239–48, 2002.

ALBUQUERQUE, F. R. P. C.; SENNA, J. R. X. **Avaliação da informação de data fixa com base nos resultados das PNAD's da década de 90.** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 13., 2002, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2002.

ALVES, J. E. D. **Questões Demográficas: Fecundidade e gênero.** Textos para discussão: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 9, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas. 2004(a). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv3127.pdf>> Acesso em: 18 de maio de 2020.

ALVES, J. E. D. **A Linguagem e as representações da masculinidade.** Textos para discussão: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 11, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas. 2004(b). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv3121.pdf>> Acesso em: 18 de fev. de 2021.

AMARAL, E. F.; RIOS-NETO, E. L.; POTTER, J. E. **The influence of internal migration on male earnings in Brazil, 1970–2000.** *Migration and Development*, v. 5, n. 1, p. 55-78, 2016.

ARIAS, P. **International migration and familiar change in communities of origin: Transformation and resistance.** *Annual Review of Sociology*, 39, 429–450. 2013.

ASSIS, G. de O. **Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero no presente: gênero, redes sociais, redes sociais e migração internacional e migração internacional.** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(3): 336, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a15v15n3.pdf>> Acesso em: 10 e ago. de 2020.

BACCAÏNI, B.; COURGEAU, D. **The spatial mobility of two generations of young adults in Norway,** *International Journal of Population Geography* 2: 333–359, 1996.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.) **Mobilidade Espacial da População: Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo.** Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/Unicamp; 2011.

BAGGULEY, P.; HUSSAIN, Y. **The Role of Higher Education in Providing Opportunities for South Asian Women**. Bristol: Policy Press, 2007.

BALÁN, J. **Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaio de interpretação histórico-comparativa. Estudos CEBRAP, v. 5, p. 5-79, 1973.

BANCO MUNDIAL. **World Development Report 2012: Gender Equality and Development**. 2012. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/4391>> Acesso em: 21 de set. de 2020.

BARAJAS, M. de la P. L. Avanços na América Latina na Medição e Valorização do Trabalho Não Remunerado Realizado pelas Mulheres. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Org.) **Uso do Tempo e Gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.p.21-32. Disponível em: <www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf> Acesso em: 14 de jul. de 2021.

BARBOSA, A. L. N. de H. **Tendências na alocação do tempo no Brasil**: trabalho e lazer. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v.35 n.1, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v35n1/0102-3098-rbepop-35-01-07-e0063.pdf>> Acesso em: 19 de abr. de 2021.

BARROS, S. C. V., MOURÃO, L. **Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade**. Psicologia & Sociedade, 30, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v30/1807-0310-psoc-30-e174090.pdf>> Acesso em: 18 de maio de 2020.

BECKER, G. S. **Investment in Human Capital**: A theoretical analysis. Journal of Political Economy, v. 70, n. 5, p.9-49, 1962.

BECKER, G. S. **Human Capital, Effort, and the Sexual Division of Labor**. Journal of Labor Economics, v. 3, n. 1, p. S33-S58, 1985.

BERNARD, A.; BELL, M. CHARLES-EDWARDS, E. **Life-Course Transitions and the Age Profile of Internal Migration**. Population and Development Review 40(2): 213–239, 2014.

BERTOLDO, J.; RICARDO, K. H. **Diálogos entre Gênero e Migrações**: Mulheres Imigrantes no Brasil. CAPTURA CRÍPTICA: direito, política, atualidade. Florianópolis, v. 6, n. 1, 2017.

BIELBY, W. T.; BIELBY, D. D. **I Will Follow Him**: Family ties, gender-roles beliefs, and reluctance to relocate for a better job. American Journal of Sociology, 97(5), 1241–1267, 1992.

BILSBORROW, R. E. Concepts, definitions and data collection approaches. In: WHITE, M. J. (Ed.). **International handbook of migration and population distribution**. New York, Springer, p. 109-156, 2016.

BOYD, M. **Gender, Refugee Status and Permanent Settlement**. Gender Issues 17: 5–25, 1999.

BOYD, M.; GRIECO, E. **Women and migration**: incorporation gender into international migration theory. Washington: Migration Policy Institute, 2003.

BOYLE, P.; COOKE, T.; HALFACREE, K.; SMITH, D. **The effect of long-distance family migration and motherhood on partnered women's labour market activity rates in GB and the US.** *Environment and Planning A* 35: 2097–2114. 2003.

BRITO, F. **As Migrações Internas no Brasil:** Um Ensaio sobre os Desafios Teóricos Recentes. 2009. Disponível em: <www.alapop.org/Congreso2012/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2012_FINAL770.pdf> Acesso em: 28 de jul. de 2020.

BRITO, F. **Brasil, Final de Século:** A transição para um novo padrão migratório? *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2016. Disponível: <www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/981/946> Acesso em: 28 de jul. de 2020.

BRITO, F. R. A. de; CARVALHO, J. A. M. de. **As migrações internas no Brasil:** as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. *Parcerias Estratégicas*, N. 22, 2006, p. 441-455.

BROWNING, M.; CHIAPPORI, P. A.; WEISS, Y. **Economics of the family.** Cambridge: United Kingdom: University Press, 2014.

BUI, H. N. **In the Adopted Land:** Abused Immigrant Women and the Criminal Justice System. Westport, CT: Praeger, 2004.

BUI, H. N.; MORASH, M. **Domestic Violence in the Vietnamese Immigrant Community:** An Exploratory Study. *Violence Against Women* 5: 769–95, 1999.

BURES, R. M. **Migration and the life course:** is there a retirement transition? *International Journal of Population Geography*, v. 3, p. 109-119, 1997.

CAIN, M.; KHANAM, S., NAHAR, S. **Class, Patriarchy, and Women's Work in Bangladesh,** *Population and Development Review* 5:405-38, 1979.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R. **Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas:** algumas sugestões para análise. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.15, n.2, jul./dez.1998.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. **The Age of Migration.** New York: Macmillan Press, 1993.

CHAVES, M. F. G. **Mulheres migrantes:** senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981-1991. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

CHESNAIS, J. **Fertility, family, and social policy in contemporary Western Europe.** *Population and Development Review* 22(4): 729-739. 1996.

CLARK, W. A. V., HUANG, Y.; WITHERS, S. **Does commuting distance matter?** *Commuting tolerance and residential change. Regional Science and Urban Economics* 33, 199–221, 2003.

CLARK, W. A. V.; WITHERS, S. D. **Family migration and mobility sequences in the United States:** Spatial mobility in the context of the life course, *Demographic Research* 17(20): 591–622. 2007.

CODAZZI, K.; PERO, V.; SANT'ANNA, A. A. **Social Norms and Female Labor Participation in Brazil.** *Review of Development Economics*, v. 22, n. 4, p. 1513-1535, 2018.

COURGEAU, D. **Interaction between spatial mobility, family and career life-cycle:** a French survey, *European Sociological Review* 1(2): 139–162. 1985.

COURGEAU, D. **Family formation and urbanization, Population:** An English Selection 44(1): 123–146. 1989.

CUNHA, J. M. P. da. **Migração e urbanização no Brasil:** alguns desafios metodológicos para análise. São Paulo Perspec. vol.19 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000400001&script=sci_arttext> Acesso em: 28 de jul. de 2020.

CURRAN, S. R.; SAGUY, A. **Migration and Cultural Change:** A Role for Gender and Social Networks. *Journal of International Women's Studies* 2: 54–77, 2001.

DE HAAS, H. **Migration and development:** A theoretical perspective. *International Migration Review*, v. 44, n.1, p. 227-264, 2010.

DE HAAS, H.; FOKKEMA, T. **Intra-household conflicts in migration decision-making:** Return and pendulum migration in Morocco. *Population and Development Review*, v. 36, n. 3, p. 541- 561, set. 2010.

DE HAAS, H. **The determinants of international migration:** Conceptualising policy, origin and destination effects. Oxford Department of International Development, IMI Working Papers, No. 32, 2011.

DOCQUIER, F.; LOWELL, B.L.; MARFOUK, A. **A gendered assessment of highly skilled emigration.** *Population and Development Review*, 35(2), 297–321. 2009.

DONATO, K. M.; TYREE, A. **Family Reunification, Health Professionals, and the Sex Composition of Immigrants to the United States.** *Social Science Research* 70: 226–30, 1986.

DONATO, K. M.; ALEXANDER, J. T.; GABACCIA, D. R.; LEINONEN, J. **Variations in the Gender Composition of Immigrant Populations:** How They Matter. *International Migration Review*, Vol. 45, n.3: 495-526, 2011.

DUMONT, J.; MARTIN, J. P.; SPIELVOGEL, G. **Women on the move:** The neglected gender dimension of the brain drain. IZA Discussion Paper, 2920. 2007. Disponível em: <<https://www.oecd.org/els/mig/40232336.pdf>> Acesso em: 02 de set. de 2020.

ELDER, G. H. **The life course as developmental theory.** *Child Development*, v. 69, n. 1, p. 1-12, February 1998.

ELDER, G. H.; JOHNSON, M. K.; CROSNOE, R. **The Emergence and development of life course theory**. In: MORTIMER, J. T.; SHANAHAN, M. J. Handbook of the life course. New York: Klywer Academic Publishers, Cap. 1, p. 3-19, 2003.

ELDER, G. H.; SHANAHAN, M. J. **The life course and human development**. In: LERNER, R. M. Handbook of Child Psychology. Hoboken, New Jersey: Wiley, p. 665-715, 2006.

ENLOE, C. **Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives**. Berkeley, CA: University of California Press, 2000.

FARIA, G. J. A. de; FERREIRA, M. da L. A.; PAULA, A. M. N. R. de. **Desinibilizando as Mulheres em Contexto Migratório Interno: Interfaces entre migração, trabalho e gênero**. Anais do XVII Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina-MG, 2016. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2016/201-330-1-RV_2016_10_09_00_33_59_204.pdf> Acesso em: 10 de ago. de 2020.

FEIJTEN, P.; VAN HAM, M. **Residential mobility and migration of the divorced and separated**, Demographic Research 17(21): 623–654. 2007.

FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Org.) **Uso do Tempo e Gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.p.21-32. Disponível em: <www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf> Acesso em: 14 de jul. de 2021.

GALLO, E. **Italy is Not a Good Place for Men: Narratives of Places, Marriage and Masculinity Among Malayali Migrants**. Global Networks 6 (4): 357–372.2006.

GAMBURD, M. R. **The Kitchen Spoon's Handle: Transnationalism and Sri Lanka's Migrant Housemaids**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2000.

GEORGE, S. M. **When Women Come First: Gender and Class in Transnational Migration**. Berkeley, CA: University of California Press, 2005.

GIORGULI, S. E.; ANGOA, M. A. **International migration, gender and family: a miroir from Latin America**. In: White, M. International handbook of migration and population distribution. New York NY, Springer, p. 543-572, 2016.

GHOSH, J. **Migration and gender empowerment: Recent trends and emerging issues**. Published in: Human Development Research Paper (HDRP) Series, Vol. 04, No. 2009.

GHUZI, J. **Migração Interna: O Estudo do Fenômeno no Município de Jacuzinho (RS)**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2012. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160468/Monografia 20Juliana 20Ghuzi.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160468/Monografia%20Juliana%20Ghuzi.pdf?sequence=1)> Acesso em: 28 de jul. de 2020.

GREEN, A. E. **A question of compromise?** Case study evidence on the location and mobility strategies of dual career households. Regional Studies, 31(7), 641–657. 1997.

GREENWOOD, J.; VANDENBROUCKE, G. **Hours worked: long-run trends**. In: DURLAUF, S. N.; BLUME, L. E. The new palgrave dictionary of economics. 2. ed. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2008.

GUINNANE, T. W. **Age at leaving home in rural ireland, 1901-1911**. The Journal of Economic History, v. 52, n. 3, p. 651-674, 1992.

HARRIS, J. H.; TODARO, M. P. (1970). Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. BNB/ETENE, p. 173-209, 1980.

HERRERA, G. **Gender and International Migration**: Contributions and Cross-Fertilizations. The Annual Review of Sociology, 39:471–89, 2013.

HONDAGNEU-SOTELO, P. **Feminism and Migration**. Annals, AAPSS 571: 107–19, 2000.

HONDAGNEU-SOTELO, P. **Gender and U.S. Immigration**: Contemporary Trends. Berkeley, CA: University of California Press, 2003

HONDAGNEU-SOTELO, P. **Domestica**: Immigrant Workers Cleaning and Caring in the Shadows of Affluence. University of California Press, 2007.

HONDAGNEU-SOTELO, P.; CRANFORD, C. J. **Gender and Migration**. In: CHAFETZ, J. S.(Org.): Handbook of the Sociology of Gender, New York: Springer, 2006.

HUGO, G. J. Migrant women in developing countries In: **Internal migration of women in developing countries**. Proceedings of the United Nations Expert Meeting on the Feminization of Internal Migration, 1991, Aguascalientes, México. New York: United Nations, 1993.

HYNDMAN, J. **Managing Difference**: Gender and Culture in Humanitarian Emergencies. Gender, Place and Culture 5: 241–60, 1998.

INDRA, D. **Gender**: A Key Dimension of the Refugee Experience. Refuge: Canada's Journal on Refugees, 6(3), 3-4, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas de Gênero**: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas - Informações Demográficas e Socioeconômicas, n38. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Notas Metodológicas, pesquisa básica e suplementar** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Notas Metodológicas, pesquisa básica e suplementar** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>> Acesso em: 21 de set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_g_enero_raca.pdf> Acesso em: 21 de set. 2020.

CUNHA, J. M. P. da; JAKOB, A. A. E. **O uso das PNAD's na análise do fenômeno migratório**: possibilidades e desafios metodológicos. Rio de Janeiro: Ipea, Texto para Discussão, n. 875, 2002, p.157-178. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/cap8.pdf>>. Acesso em: 24 de fev. de 2021.

KIBRIA, N. **Family Tightrope**: The Changing Lives of Vietnamese Americans. Princeton: Princeton University Press, 1993.

KIBRIA, N. **Household Structure and Family Ideologies**: The Dynamics of Immigrant Economic Adaptation Among Vietnamese Refugees. *Social Problems* V.41, No.1: 81–96, 1994.

KINGMA, M. **Nurses on the Move**: A Global Overview. *Health Services Research* 42: 1281–98, 1997.

KLEY, S. **Explaining the stages of migration within a life-course framework**. *European Sociological Review*, v. 27, n. 4, p. 469-486, 2010.

KOFMAN, E. **Towards a Gendered Evaluation of (Highly) Skilled Immigration Policies in Europe**. *International Migration* 52 (3): 116–128. 2014.

KULU, H.; MILEWSKI, N. **Family change and migration in the life course**: An introduction. *Demographic Research*, v. 17, n. 19, p. 567-590, 2007.

KULU, H. **Fertility and spatial mobility in the life course**: evidence from Austria. *Environment and Planning A* 40(3):632-652, 2008.

LAWSON, V. A. **Hierarchical households and gendered migration in Latin America**: feminist extensions to migration research. *Progress in Human Geography* 22,1, pp. 39-53, 1998.

LEE, E. S. **A Theory of Migration**. *Demography* 3(1):47–57, 1966.

LINDGREN, U. **Who is the counter-urban mover?** Evidence from the Swedish urban system, *International Journal of Population Geography* 9: 399–418. 2003.

LUTZ, H. **The Limits of European-ness**: Immigrant Women in Fortress Europe. *Feminist Review* 57: 93– 111, 1997.

LUTZ, H. **Gender in the migratory process**. Conference on Theories of Migration and Social Change, 2008.

LIM, L. L. The structural determinants of female migration. In: LIM, L. L. (Org.) **Internal migration of women in developing countries**. Proceedings of the United Nations Expert

Meeting on the Feminization of Internal Migration, Aguascalientes, México, 1991. New York: United Nations, 1993.

LOPES, J. B. **Desenvolvimento e migrações**: uma abordagem histórico-estrutural. Cadernos CEBRAP, v. 1, p. 126-142, 1973.

MALMBERG, G.; PETTERSSON, A. **Distance to elderly parents**: Analyses of Swedish register data, Demographic Research 17(23): 679–704. 2007.

MARINUCCI, R. **Feminization of migration?** Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU, v. 15, n. 29, p. 5-22, 2007.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. **Theories of International Migration**: a Review and Appraisal. Population and Development Review, v. 19, n. 3, set/1993, p. 431-466, 1993.

MASSEY, D. S.; FISCHER, M. J.; CAPOFERRO, C. **International Migration and Gender in Latin America**: A Comparative Analysis. International Migration Vol. 44 (5), p.63-91, 2006.

MASON, K. O. **The Status of Women**: A Review of its Relationships to Fertility and Mortality, New York: Rockefeller Foundation, 1984.

MASON, K. O. **The Status of Women**: Conceptual and Methodological Issues in Demographic Studies, Sociological Forum, 1: 284-300, 1986.

MASON, K. O. Gender and Demographic Chance: What do we know? In: JONES, G. W.; DOUGLAS, R. M.; CALDWELL, J. C.; D'SOUZA, R. M. (Org.) **The Continuing Demographic Transition**, Oxford: Clarendon Press. p.158-182, 1997.

MASON, K. O. **Gender and Family Systems in the Fertility Transition**. Population and Development Review, Vol. 27, Supplement: Global Fertility Transition, p. 160-176, 2001.

MATTINGLY, D. J. Making Maids: United States Immigration Policy and Immigrant Domestic Workers. In: MOMSEN, J. (Org): **Gender, Migration and Domestic Service**, New York: Routledge, 1999. p. 61-78, 1999.

MCDONALD, P. **Gender Equity in Theories of Fertility Transition**. Population and Development Review, Vol. 26, No. 3 (Sep. 2000), p. 427-439, 2000a.

MCDONALD, P. **Gender Equity, Social Institutions and the Future of Fertility**. Population Research, Vol.17, No.1, p. 1-16, 2000b.

MENJIVAR, C. **Kinship Networks Among Immigrants**: Lessons from a Qualitative Comparative Approach. International Journal of Comparative Sociology 36: 219–35, 1995.

MINCER, J. **Schooling, experience, and earnings**. New York: Columbia University Press, 1974.

MINCER, J. **Family migration decisions**. Journal of Political Economy, v. 86, p. 749-773, 1978.

MORGAN, P.; NIRAULA, B. **Gender Inequality and Fertility in Two Nepali Villages**, Population and Development Review, 21: 541-61, 1995.

MOROKVASIC, M. **Birds of Passage are also Women**. International Migration Review 18(4):886– 907. 1984.

MOROKVASIC, M. **‘In and Out’ of the Labour Market: Immigrant and Minority Women in Europe**. New Community, Vol. 19, No.3, 1993.

MULDER, C. H.; WAGNER, M. **Migration and marriage in the life course: a method for studying synchronized events**. European Journal of Population, v. 9, p. 55-76, 1993.

MUNIZ, J. O. **Um Ensaio sobre as causas e características da migração**. 2002. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/16195482-Um-ensaio-sobre-as-causas-e-caracteristicas-da-migracao.html>> Acesso em: 28 de jul. de 2020.

NAWYN, S. J. **Gender and Migration: Integrating Feminist Theory Into Migration Studies**. Sociology Compass 4(9):749-765. 2010.

OIM – Organização Internacional para as Migrações (2020). **World Migration Report 2020**. Disponível em: < https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf> Acesso em: 28 de jul. de 2020.

ONU (1972). Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna: excertos do Manual VI da ONU. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 313-353, 1980.

OISHI, N. **Gender and Migration: An Integrative Approach**. Working Paper, The Center for Comparative Immigration Studies, University of San Diego, California, USA, 2002.

OISHI, N. **Women in Motion: Globalization, State Policies and Labor Migration in Asia**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

PARREÑAS, R. S. **Servants of Globalization**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2015.

PESSAR, P. R. **The Linkage Between the household and workplace of dominican women in the U.S**. The International Migration Review, Vol. 18, No. 4, Special Issue: Women in Migration, pp. 1188-1211, 1984.

PESSAR, P. R.; MAHLER S. **Gendered Geographies of Power: Analyzing Gender Across Transnational Spaces**. Identities: Global Studies in Culture and Power 7(4):441–459. 2001.

PERES, R. G.; BAENINGER, R. **Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero**. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Águas de Lindóia/SP. Anais Eletrônicos. ABEP, CAPTURA CRÍPTICA: direito, política, atualidade. Florianópolis, v. 6, n. 1, 2017 105 2012.

PERES, R. G. **Os dois lados da fronteira**: imigração boliviana, gênero e o uso estratégico dos espaços. Informe Gepec (Impresso), v. 15, p. 601-620, 2012.

PERES, R. G. **“O que importa é o que acontece com a sua família”**: um diálogo entre família e migração. Revista PerCursos. Florianópolis, v. 15, n.28, p. 146 – 165. jan./jun. 2014.

PERES, R. G. **Mulheres na Fronteira**: a migração boliviana em Corumbá - MS. Territórios e Fronteiras (Online), v. 8, p. 89-119, 2015.

PERES, R. G. Imagens de Gênero: renegociações, trajetórias e estratégias migratórias de mulheres imigrantes. In: BAENINGER, R.; BOGUS, L.; PERES, R.; MOREIRA, J.B.; VEDOVATO, L.; FERNANDES, D.; SOUZA, M.R.; BALTAR, C.; WALDMAN, T.; MAGALHAES, L.F.A.. (Org.). **Migrações Sul-Sul**. 1ed. Campinas: NEPO/Unicamp, 2018, v. 1, p. 778-782.

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. **Características Étnico-Racionais da População**: classificação e identidades. IBGE: Estudos e Análises - Informações Demográficas e Socioeconômicas, nº2. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>> Acesso em: 04 de jan. de 2121.

PINHEIRO, L. S. **O trabalho nosso de cada dia**: determinantes do trabalho doméstico de homens e mulheres no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Brasília, 2018.

PIORE, M. J. **Birds of passage**: Migrant labor and industrial societies. Cambridge University Press. Cambridge, 1979.

PURKAYASTHA, B. **Skilled Migration and Cumulative Disadvantage**: The Case of Highly Qualified Asian Indian Immigrant Women in the US. Geoforum 36 (2): 181–196. 2005.

RAGHURAM, P.; KOFMAN, E. **Gendered Migrations and Global Social Reproduction**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

RAMOS, A. M. G.; MARTÍN-PALOMINO, E. T. **Addressing Women’s Agency on International Mobility**. Women’s Studies International Forum 49: 1–11. 2015.

RAVENSTEIN, E. G. (1885). As Leis das Migrações. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88, 722p.

RIAÑO, Y.; BAGHDADI, N. **Understanding the Labour Market Participation of Skilled Immigrant Women in Switzerland**: The Interplay of Class, Ethnicity, and Gender. Journal of International Migration and Integration/Revue de L'integration et de la Migration International 8 (2): 163–183, 2007.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 1999. 142f. Dissertação (Doutorado) - CEDEPLAR/FACE, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROMERO, M. **Maid in the U.S.A.** New York: Routledge, 2002.

SABHARWAL, M.; VARMA, R. **Return Migration to India:** Decision-Making Among Academic Engineers and Scientists. *International Migration* 54 (4): 177–190. 2016.

SANDEFUR, G. D.; SCOTT, W. J. **A dynamic analysis of migration:** an assessment of the effects of age, family and career variables, *Demography* 18(3): 355–367. 1981.

SANTOS, R. O. dos. **Transições do curso de vida e padrão etário da migração interna no Brasil:** o que os dados de período podem nos contar? Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2019.

SCHULER, S. AND HASHEMI, S. **Credit Programs, Women's Empowerment, and Contraceptive Use in Rural Bangladesh,** *Studies in Family Planning*, 25: 65-76, 1994.

SCHNEIDER, R. A. **Das Relações Domiciliares ao Mercado de Trabalho:** uma análise da situação das mulheres migrantes no destino. Tese (doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, 2020.

SHAUMAN, K.A. **Gender asymmetry in family migration:** Occupational inequality or interspousal comparative advantage? *Journal of Marriage and Family*, 72, 375–392, 2010.

SIEGEL, J. S.; SWANSON, D. A. **The methods and materials of demography.** Elsevier Academic Press. California, United Nations, 2004.

SILVA, P. D. da. **Prevalência de Alto Risco para Eventos Coronários na População Brasileira e Fatores Associados em 2013.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Dissertação de Mestrado em Demografia): Centro de Ciências Exatas e da Terra da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/26005/1/Prevalc3aanciaAltoRisco_Silva_2018.pdf> Acesso em: 25 de set. de 2020.

SILVA, A. S.; SOUZA, L. L. **Trabalho, lazer e relações de gênero na ótica de mulheres imigrantes.** *Revista Electrónica de Psicología Política*, ano 13, n. 35, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.psicopol.unsl.edu.ar/2015-Diciembre-05.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

SILVEY, R. **Power, Difference and Mobility:** *Feminist Advances in Migration Studies.* *Progress in Human Geography* 28: 490–506, 2004.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização.** São Paulo Brasiliense, 1976.

SJAASTAD, L. A. (1962). Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 733-777, 1980.

SKELDON, R. **Migration transitions revisited:** Their continued relevance for the development of Migration Theory. *Population, Space and Place*, v. 18, n. 2, p. 154-166, 2012.

SPEARE, JR., A.; GOLDSCHIEDER, F. K. **Effects of marital status change on residential mobility,** *Journal of Marriage and the Family* 49(2): 455–464. 1987.

STARK, O. **The Migration of Labor**. Cambridge and Oxford: Blackwell, 1991.

STARK, O.; BLOM, D. E. **The New Economics of Labor Migration**. *American Economic Review* 75:173-78, 1985.

TAYLOR, J. E. **The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process**. *International Migration* 37(1): 63–88, 1999.

THADANI, V. N.; TODARO, M. P. Female migration: A conceptual framework. In: FAWCETT, J. T.; KHOO, S.; SMITH, P. C. (Ed.). **Women in the cities of Asia: Migration and urban adaptation**. Boulder, Colorado, Westview, 1984.

TRAVASSOS, C.; VIACAVA, F.; LAGUARDIA, J. **Os Suplementos Saúde na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no Brasil**. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 11 (supl. 1): 98-112, 2008. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/1334/1/Travassos_Viacava_Laguardia_OS_20suplementos_20saúde.pdf> Acesso em: 25 de set. de 2020.

TYNER, J. A. The Global Context of Gendered Labor Migration from the Philippines to the United States. In: HONDAGNEU-SOTELO, P. (Org.) **Gender and U.S. Immigration: Contemporary Trends**. Los Angeles: University of California Press, 2003, p. 63–80, 2003.

VAINER, C. B. e BRITO, F. **Migration and Migrants Shaping Contemporary Brazil**. 24th General Population Conference of the IUSSP, Salvador, Bahia, Brazil, September 18-24, 2001.

VILLEN, P. **Mulheres na imigração qualificada e de baixa qualificação: uma modalidade da divisão sexual do trabalho no Brasil**. In: VII Congresso latinoamericano de estudos do trabalho: o trabalho no século xxi. mudanças, impactos e perspectiva, 7., 2013, São Paulo. *Revista LatinoAmericana de Estudos do Trabalho*. São Paulo: Relet, 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/16411893-Mulheres-na-imigracao-qualificada-e-de-baixaqualificacao-uma-modalidade-da-divisao-sexual-do-trabalho-no-brasil.html#show_full_text>. Acesso em: 10 de ago. de 2020.

WHITE, M. L.; MORENO, L.; GUO, S. **The interrelation of fertility and geographic mobility in Peru: a hazards model analysis**, *International Migration Review* 29(2): 492–514. 1995.

WHITE, M.; JOHNSON, C. **Perspectives on migration theory: sociology and political science**. In: White, M. *International handbook of migration and population distribution*. New York NY, Springer, p. 69-90, 2016.

WOOD, C. H. **Equilibrium and historical-structural perspectives on migration**. *International Migration Review*, v. 16, n. 2, Special Issue: Theory and Methods in Migration and Ethnic Research, Summer, p. 298-319, 1982.

YEOH, B. S. A.; RAMDAS, K. **Gender, migration, mobility and transnationalism**. *Gender, Place and Culture*, Vol. 21, No. 10, 1197–1213, 2014.

YUVAL-DAVIS, N. **Gender and Nation**. London: Sage Publications, 1997.

ZANELLA, V. G. **As condições de vida e trabalho de costureiras em São Paulo:** uma aproximação com migrantes bolivianas. Anais II: Simpósio Gênero e Políticas Captura críptica: direito, política, atualidade. Florianópolis, v. 6, n. 1, 2017 106 Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. GT7- Gênero e Trabalho – Coordenação: Cássia Maria Carloto. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/vanessa.pdf>>. 10 de ago. de 2020.

ZELINSKY, W. **The hypothesis of the mobility transition.** Geographical Review, v. 61, n. 2, p. 219-249, abr. 1971.

APÊNDICE A

Tabela A1 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por autodeclaração de raça/cor e regiões do Brasil, 2002-2015

Regiões	Condição migratória	2002					2015				
		Raça/cor					Raça/cor				
		Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda
Norte	Não-migrantes	0,7%	27,4%	5,6%	0,3%	66,0%	1,2%	19,6%	8,1%	0,5%	70,6%
	Inter-regionais	-	38,4%	5,6%	0,3%	55,7%	0,2%	30,7%	8,9%	0,4%	59,8%
	Intrarregionais	-	32,6%	4,4%	0,5%	62,5%	0,2%	25,2%	8,3%	0,0%	66,3%
Nordeste	Não-migrantes	0,3%	32,6%	5,3%	0,3%	61,5%	0,7%	27,3%	12,4%	0,2%	59,4%
	Inter-regionais	-	50,3%	2,9%	0,5%	46,3%	0,2%	39,1%	6,9%	0,5%	53,2%
	Intrarregionais	0,4%	37,0%	2,3%	0,1%	60,2%	0,1%	34,5%	6,0%	0,2%	59,2%
Sudeste	Não-migrantes	0,1%	67,3%	5,1%	1,0%	26,4%	0,2%	55,7%	7,8%	1,1%	35,2%
	Inter-regionais	0,1%	58,6%	5,1%	0,3%	35,9%	0,9%	44,8%	8,9%	0,6%	44,8%
	Intrarregionais	0,3%	62,4%	6,5%	0,3%	30,6%	1,1%	51,1%	11,3%	0,2%	36,3%
Sul	Não-migrantes	0,3%	83,8%	2,5%	0,4%	13,0%	0,1%	76,0%	3,1%	0,7%	20,1%
	Inter-regionais	0,6%	66,2%	5,3%	0,7%	27,2%	0,4%	61,0%	7,4%	0,5%	30,7%
	Intrarregionais	0,3%	86,5%	1,0%	-	12,1%	0,0%	81,0%	2,3%	0,8%	16,0%
Centro-Oeste	Não-migrantes	-	48,2%	3,5%	0,2%	48,1%	0,0%	36,8%	9,8%	0,5%	52,9%
	Inter-regionais	0,3%	49,8%	4,5%	0,6%	44,8%	0,2%	37,2%	10,2%	0,6%	51,8%
	Intrarregionais	0,6%	45,3%	5,4%	-	48,7%	0,0%	37,3%	9,5%	1,6%	51,6%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015.

Tabela A2 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por autodeclaração de raça/cor e grupos etários, Brasil, 2002-2015

Grupos etários	Condição migratória	2002					2015				
		Raça/cor					Raça/cor				
		Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda
15 a 19 anos	Não-migrantes	0,3%	54,6%	4,4%	-	40,8%	-	33,5%	5,8%	1,4%	59,3%
	Inter-regionais	5,2%	29,9%	2,1%	-	62,8%	-	34,6%	6,6%	-	58,8%
	Intrarregionais	-	45,9%	6,8%	-	47,3%	12,4%	10,1%	0,0%	-	77,5%
20 a 29 anos	Não-migrantes	0,2%	56,9%	4,0%	0,2%	38,7%	0,2%	49,5%	6,1%	0,6%	43,7%
	Inter-regionais	0,1%	51,9%	4,4%	0,2%	43,4%	0,7%	43,6%	8,6%	0,7%	46,3%
	Intrarregionais	0,8%	57,9%	4,0%	0,4%	37,0%	0,8%	53,6%	7,3%	0,3%	37,9%
30 a 39 anos	Não-migrantes	0,2%	60,2%	4,0%	0,5%	35,0%	0,4%	49,6%	8,9%	0,8%	40,2%
	Inter-regionais	0,1%	56,9%	5,2%	0,6%	37,2%	0,8%	41,2%	9,2%	0,6%	48,2%
	Intrarregionais	-	60,4%	3,4%	0,2%	36,0%	0,5%	50,1%	7,6%	0,5%	41,2%
40 a 49 anos	Não-migrantes	0,1%	61,1%	5,2%	1,0%	32,6%	0,3%	51,9%	7,8%	0,6%	39,3%
	Inter-regionais	0,2%	54,7%	5,3%	0,3%	39,6%	0,5%	44,4%	8,8%	0,5%	45,8%
	Intrarregionais	0,5%	64,6%	4,6%	0,1%	30,3%	0,2%	52,4%	8,1%	0,3%	39,0%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015.

Tabela A3 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por escolaridade e regiões do Brasil, 2002-2015

Regiões	Condição migratória	2002					2015				
		Escolaridade					Escolaridade				
		Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
Norte	Não-migrantes	0,3%	56,5%	37,1%	5,8%	0,2%	-	32,8%	46,8%	19,8%	0,7%
	Inter-regionais	0,2%	57,9%	29,9%	11,7%	0,4%	-	37,7%	37,8%	23,3%	1,1%
	Intrarregionais	-	52,7%	39,1%	8,2%	-	-	28,6%	50,3%	20,7%	0,3%
Nordeste	Não-migrantes	0,4%	60,8%	29,8%	8,7%	0,4%	-	38,7%	43,5%	17,4%	0,4%
	Inter-regionais	0,3%	43,4%	34,2%	21,7%	0,3%	-	15,8%	55,2%	25,9%	3,2%
	Intrarregionais	0,9%	57,9%	28,2%	12,4%	0,5%	-	37,5%	44,4%	18,1%	-
Sudeste	Não-migrantes	-	49,5%	30,5%	19,2%	0,8%	0,1%	26,2%	43,3%	28,7%	1,7%
	Inter-regionais	-	66,5%	25,6%	7,7%	0,2%	-	38,6%	47,5%	13,1%	0,8%
	Intrarregionais	-	56,7%	26,2%	15,3%	1,8%	-	26,6%	45,0%	26,0%	2,5%
Sul	Não-migrantes	-	63,4%	24,8%	11,4%	0,4%	-	35,3%	36,7%	26,5%	1,4%
	Inter-regionais	-	51,5%	25,0%	22,7%	0,8%	-	23,2%	42,7%	30,3%	3,7%
	Intrarregionais	-	60,4%	25,7%	12,9%	1,0%	-	33,5%	37,7%	27,5%	1,3%
Centro-Oeste	Não-migrantes	0,4%	56,0%	33,3%	10,2%	-	-	29,8%	46,6%	22,7%	0,9%
	Inter-regionais	0,1%	55,2%	26,9%	16,5%	1,3%	-	30,9%	43,8%	23,3%	2,0%
	Intrarregionais	-	50,4%	33,8%	14,3%	1,4%	-	20,5%	38,3%	39,1%	2,0%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015.

Tabela A4 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por escolaridade e grupos etários, Brasil, 2002-2015

Grupos etários	Condição migratória	2002					2015				
		Escolaridade					Escolaridade				
		Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
15 a 19 anos	Não-migrantes	-	71,3%	28,7%	-	-	-	30,7%	67,8%	1,5%	-
	Inter-regionais	-	82,6%	17,4%	-	-	-	36,9%	63,1%	-	-
	Intrarregionais	-	89,7%	10,3%	-	-	-	65,2%	34,8%	-	-
20 a 29 anos	Não-migrantes	-	54,7%	38,0%	7,2%	0,1%	-	22,6%	56,0%	20,6%	0,8%
	Inter-regionais	-	57,5%	36,3%	6,1%	0,1%	-	20,2%	64,5%	14,9%	0,4%
	Intrarregionais	-	53,3%	38,3%	7,0%	1,4%	-	20,1%	58,7%	19,5%	1,6%
30 a 39 anos	Não-migrantes	0,1%	56,8%	28,5%	14,0%	0,5%	0,1%	28,8%	42,8%	27,1%	1,3%
	Inter-regionais	0,1%	60,8%	25,9%	12,5%	0,8%	-	32,4%	45,9%	19,9%	1,9%
	Intrarregionais	0,4%	57,5%	25,6%	15,2%	1,4%	-	27,0%	44,7%	26,8%	1,5%
40 a 49 anos	Não-migrantes	0,1%	56,6%	25,0%	17,4%	0,9%	-	39,1%	36,0%	23,6%	1,3%
	Inter-regionais	0,1%	63,6%	20,4%	15,4%	0,5%	-	40,8%	38,4%	19,2%	1,6%
	Intrarregionais	-	58,3%	24,1%	16,4%	1,1%	-	36,8%	35,9%	26,0%	1,3%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015.

Tabela A5 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por condição na unidade domiciliar e regiões do Brasil, 2002-2015

Regiões	Condição migratória	Condição na unidade domiciliar			
		2002		2015	
		Referência	Cônjuge	Referência	Cônjuge
Norte	Não-migrantes	14,0%	86,0%	26,1%	73,9%
	Inter-regionais	8,1%	91,9%	24,6%	75,4%
	Intrarregionais	14,6%	85,4%	32,7%	67,3%
Nordeste	Não-migrantes	5,8%	94,2%	24,8%	75,2%
	Inter-regionais	5,1%	94,9%	29,5%	70,5%
	Intrarregionais	6,5%	93,5%	26,5%	73,5%
Sudeste	Não-migrantes	4,4%	95,6%	21,7%	78,3%
	Inter-regionais	6,8%	93,2%	24,2%	75,8%
	Intrarregionais	5,8%	94,2%	23,4%	76,6%
Sul	Não-migrantes	5,8%	94,2%	21,0%	79,0%
	Inter-regionais	4,5%	95,5%	22,5%	77,5%
	Intrarregionais	5,0%	95,0%	20,0%	80,0%
Centro-Oeste	Não-migrantes	7,6%	92,4%	23,1%	76,9%
	Inter-regionais	6,0%	94,0%	24,9%	75,1%
	Intrarregionais	4,4%	95,6%	25,6%	74,4%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015.

Tabela A6 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por condição na unidade domiciliar e grupos etários, Brasil, 2002-2015

Grupos etários	Condição migratória	Condição na unidade domiciliar			
		2002		2015	
		Referência	Cônjuge	Referência	Cônjuge
15 a 19 anos	Não-migrantes	2,3%	97,7%	19,2%	80,8%
	Inter-regionais	10,2%	89,8%	13,8%	86,2%
	Intrarregionais	3,9%	96,1%	61,8%	38,2%
20 a 29 anos	Não-migrantes	4,7%	95,3%	20,4%	79,6%
	Inter-regionais	5,1%	94,9%	20,8%	79,2%
	Intrarregionais	4,3%	95,7%	23,2%	76,8%
30 a 39 anos	Não-migrantes	5,4%	94,6%	23,3%	76,7%
	Inter-regionais	7,2%	92,8%	26,3%	73,7%
	Intrarregionais	6,2%	93,8%	25,5%	74,5%
40 a 49 anos	Não-migrantes	7,0%	93,0%	23,1%	76,9%
	Inter-regionais	6,3%	93,7%	24,6%	75,4%
	Intrarregionais	7,5%	92,5%	22,3%	77,7%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015.

Tabela A7 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por total de filhos no domicílio e regiões do Brasil, 2002-2015

Regiões	Condição migratória	2002							2015						
		Total de filhos do domicílio							Total de filhos do domicílio						
		Sem filhos	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 ou mais	Sem filhos	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 ou mais
Norte	Não-migrantes	7,5%	24,5%	31,4%	20,2%	9,4%	3,3%	3,7%	12,8%	33,5%	32,2%	14,9%	3,9%	1,7%	0,9%
	Inter-regionais	5,8%	20,9%	39,8%	20,8%	7,8%	3,2%	1,7%	12,9%	34,8%	34,2%	12,6%	3,3%	1,5%	0,6%
	Intrarregionais	5,9%	23,4%	34,8%	18,0%	10,9%	3,3%	3,7%	8,1%	32,5%	30,2%	16,2%	8,4%	2,7%	2,0%
Nordeste	Não-migrantes	5,5%	25,8%	34,0%	20,0%	8,2%	3,0%	3,4%	10,0%	38,8%	35,5%	11,1%	2,6%	1,3%	0,6%
	Inter-regionais	2,9%	31,1%	40,6%	18,4%	5,1%	0,7%	1,3%	5,5%	37,1%	40,9%	11,9%	3,3%	0,7%	0,7%
	Intrarregionais	4,5%	24,8%	35,1%	21,8%	6,3%	3,6%	3,9%	7,0%	37,8%	36,6%	12,5%	4,4%	0,9%	0,8%
Sudeste	Não-migrantes	4,0%	32,4%	39,9%	18,0%	3,6%	1,3%	0,7%	7,1%	42,8%	36,0%	10,7%	2,3%	0,9%	0,3%
	Inter-regionais	4,4%	32,1%	38,0%	17,5%	6,1%	1,2%	0,7%	8,3%	41,4%	34,5%	10,7%	4,0%	0,8%	0,3%
	Intrarregionais	5,4%	35,5%	35,0%	16,5%	5,2%	2,0%	0,4%	9,2%	41,1%	36,4%	10,1%	2,2%	0,9%	0,1%
Sul	Não-migrantes	5,3%	34,5%	39,0%	15,6%	4,0%	0,9%	0,7%	10,1%	41,5%	36,6%	9,6%	1,7%	0,6%	0,0%
	Inter-regionais	4,6%	32,7%	43,0%	15,7%	2,7%	0,4%	0,9%	12,5%	47,1%	31,1%	8,0%	1,3%	0,0%	0,0%
	Intrarregionais	4,9%	32,6%	38,9%	16,3%	5,2%	1,5%	0,6%	7,5%	40,2%	40,9%	9,7%	1,7%	0,0%	0,0%
Centro-Oeste	Não-migrantes	7,2%	23,6%	46,0%	18,6%	2,7%	1,4%	0,4%	13,8%	37,9%	33,4%	11,0%	3,3%	0,2%	0,4%
	Inter-regionais	7,1%	27,8%	39,3%	18,0%	5,2%	2,0%	0,7%	10,8%	36,5%	36,2%	12,9%	2,6%	0,8%	0,3%
	Intrarregionais	9,3%	25,1%	45,8%	16,7%	3,2%	0,0%	0,0%	8,9%	44,2%	30,0%	15,4%	0,7%	0,0%	0,9%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015.

Tabela A8 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por total de filhos no domicílio e grupos etários, Brasil, 2002-2015

Grupos etários	Condição migratória	2002							2015						
		Total de filhos do domicílio							Total de filhos do domicílio						
		Sem filhos	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 ou mais	Sem filhos	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 ou mais
15 a 19 anos	Não-migrantes	6,6%	78,5%	13,1%	1,9%	-	-	-	1,7%	80,7%	17,5%	-	-	-	-
	Inter-regionais	3,7%	57,2%	29,9%	9,3%	-	-	-	5,6%	79,7%	14,7%	-	-	-	-
	Intrarregionais	6,0%	61,7%	32,3%	-	-	-	-	33,7%	66,3%	-	-	-	-	-
20 a 29 anos	Não-migrantes	3,2%	49,6%	31,1%	11,8%	3,3%	0,7%	0,3%	3,8%	58,5%	28,2%	6,3%	2,1%	0,9%	0,1%
	Inter-regionais	2,7%	46,9%	31,0%	14,9%	3,3%	0,7%	0,4%	5,9%	59,3%	25,1%	5,9%	3,3%	0,5%	-
	Intrarregionais	2,4%	52,0%	27,2%	12,9%	3,9%	1,7%	-	2,4%	57,9%	32,3%	6,0%	1,5%	-	-
30 a 39 anos	Não-migrantes	3,1%	25,9%	41,6%	19,5%	5,7%	2,0%	2,1%	4,4%	39,0%	38,6%	13,2%	3,2%	1,2%	0,4%
	Inter-regionais	3,4%	25,9%	42,2%	19,8%	5,8%	1,8%	1,2%	4,2%	39,5%	38,1%	12,6%	4,5%	0,8%	0,3%
	Intrarregionais	2,2%	26,7%	40,8%	19,2%	6,7%	3,3%	1,1%	3,4%	37,0%	40,4%	13,2%	4,4%	0,9%	0,6%
40 a 49 anos	Não-migrantes	7,7%	23,9%	38,6%	20,2%	5,8%	2,1%	1,7%	14,0%	36,4%	35,9%	10,6%	1,9%	0,8%	0,4%
	Inter-regionais	7,8%	24,8%	39,8%	17,7%	7,4%	1,6%	0,9%	13,6%	35,1%	35,7%	11,5%	2,6%	0,9%	0,6%
	Intrarregionais	9,6%	25,5%	36,4%	19,3%	5,5%	1,4%	2,3%	13,6%	35,9%	35,0%	11,7%	2,4%	1,0%	0,4%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015.

Tabela A9 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por rendimento mensal do trabalho e regiões do Brasil, 2002-2015

Regiões	Condição migratória	2002						2015					
		Rendimento mensal em salários mínimos						Rendimento mensal em salários mínimos					
		Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 2 e 3	Entre 3 e 4	Entre 4 e 5	Mais de 5	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 2 e 3	Entre 3 e 4	Entre 4 e 5	Mais de 5
Norte	Não-migrantes	31,0%	45,2%	12,3%	3,1%	2,4%	6,1%	30,3%	50,1%	9,9%	3,8%	1,5%	4,4%
	Inter-regionais	24,4%	47,2%	8,1%	4,8%	2,7%	12,8%	24,8%	49,9%	8,1%	6,0%	3,0%	8,3%
	Intrarregionais	18,0%	54,3%	8,3%	8,4%	2,2%	8,8%	21,6%	55,7%	7,8%	6,2%	1,5%	7,1%
Nordeste	Não-migrantes	37,2%	44,8%	8,0%	3,0%	1,8%	5,2%	36,6%	48,4%	6,9%	4,0%	1,1%	3,0%
	Inter-regionais	26,1%	41,0%	8,1%	4,7%	6,0%	14,0%	28,1%	47,7%	9,2%	5,0%	1,8%	8,2%
	Intrarregionais	39,3%	35,9%	8,1%	3,2%	3,1%	10,4%	35,8%	46,3%	6,5%	3,4%	1,7%	6,3%
Sudeste	Não-migrantes	16,3%	42,2%	13,4%	6,3%	5,5%	16,3%	12,6%	56,6%	12,0%	7,0%	2,0%	9,8%
	Inter-regionais	15,2%	54,6%	14,7%	4,8%	3,1%	7,6%	12,0%	65,9%	12,0%	4,0%	1,7%	4,4%
	Intrarregionais	15,7%	45,7%	12,7%	6,3%	4,8%	14,8%	9,3%	57,9%	13,2%	6,5%	2,3%	10,8%
Sul	Não-migrantes	16,7%	50,3%	14,0%	5,1%	5,6%	8,2%	13,3%	56,2%	14,3%	7,0%	1,9%	7,3%
	Inter-regionais	19,9%	44,3%	13,3%	6,0%	5,3%	11,2%	12,3%	51,2%	14,0%	9,8%	1,6%	11,0%
	Intrarregionais	12,7%	49,3%	17,9%	2,3%	6,2%	11,6%	9,1%	53,8%	14,2%	11,3%	2,4%	9,2%
Centro-Oeste	Não-migrantes	20,8%	49,3%	12,1%	6,2%	3,3%	8,3%	18,2%	59,3%	9,2%	6,2%	2,0%	5,0%
	Inter-regionais	16,3%	45,4%	11,2%	5,3%	4,2%	17,5%	11,5%	57,6%	11,1%	7,8%	1,9%	10,2%
	Intrarregionais	13,5%	44,6%	15,5%	7,7%	0,7%	18,0%	11,2%	48,2%	20,4%	4,3%	2,1%	13,7%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

Tabela A10 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por rendimento mensal do trabalho e grupos etários, Brasil, 2002-2015

Grupos etários	Condição migratória	2002						2015					
		Rendimento mensal em salários mínimos						Rendimento mensal em salários mínimos					
		Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 2 e 3	Entre 3 e 4	Entre 4 e 5	Mais de 5	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 2 e 3	Entre 3 e 4	Entre 4 e 5	Mais de 5
15 a 19 anos	Não-migrantes	41,7%	51,3%	3,9%	2,2%	-	1,0%	48,5%	49,1%	0,7%	-	-	1,7%
	Inter-regionais	39,3%	58,2%	2,4%	-	-	-	24,3%	75,7%	-	-	-	-
	Intrarregionais	37,4%	54,0%	8,5%	-	-	-	29,3%	70,7%	-	-	-	-
20 a 29 anos	Não-migrantes	25,9%	50,9%	10,3%	4,3%	3,0%	5,6%	21,1%	60,0%	10,7%	3,1%	1,2%	3,9%
	Inter-regionais	18,3%	55,2%	14,5%	4,6%	1,8%	5,6%	12,2%	71,6%	9,1%	3,1%	0,4%	3,5%
	Intrarregionais	20,3%	57,3%	10,4%	1,7%	3,7%	6,6%	16,9%	59,5%	13,6%	5,0%	1,2%	3,9%
30 a 39 anos	Não-migrantes	21,6%	44,7%	13,0%	5,6%	4,2%	11,0%	18,3%	54,3%	11,3%	6,9%	1,8%	7,5%
	Inter-regionais	15,9%	49,1%	13,3%	5,9%	4,3%	11,5%	13,8%	58,7%	12,3%	5,5%	2,6%	7,0%
	Intrarregionais	18,6%	44,2%	15,0%	4,0%	4,2%	13,9%	14,3%	55,6%	10,7%	6,2%	2,7%	10,5%
40 a 49 anos	Não-migrantes	20,5%	42,6%	12,5%	4,9%	5,5%	14,0%	20,8%	52,2%	11,3%	6,5%	1,8%	7,4%
	Inter-regionais	17,0%	49,7%	11,5%	4,3%	4,5%	13,0%	15,3%	56,0%	12,1%	6,8%	1,8%	8,1%
	Intrarregionais	18,8%	38,4%	12,4%	8,7%	5,4%	16,2%	16,0%	48,8%	12,6%	9,0%	1,9%	11,7%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

Tabela A11 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por atividade ocupacional e regiões do Brasil, 2002

		2002									
Regiões	Condição migratória	Ocupações									
		Dirigentes em geral	Profissionais das ciências e das artes	Técnicos de nível médio	Trabalhadores dos serviços administrativos	Trabalhadores dos serviços	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	Trabalhadores agrícolas	Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção	Membros das forças armadas e auxiliares	Ocupações mal definidas
Norte	Não-migrantes	4,2%	5,4%	9,8%	9,5%	35,7%	21,4%	5,9%	7,5%	-	0,4%
	Inter-regionais	6,6%	9,2%	10,4%	10,0%	31,7%	18,4%	5,6%	7,8%	-	0,1%
	Intrarregionais	5,8%	7,1%	10,1%	10,6%	33,3%	20,7%	4,4%	8,1%	-	-
Nordeste	Não-migrantes	4,4%	6,6%	10,7%	5,9%	27,3%	16,2%	20,8%	8,0%	-	-
	Inter-regionais	7,0%	13,0%	13,2%	13,9%	19,2%	12,8%	12,0%	8,8%	-	-
	Intrarregionais	5,6%	7,9%	8,1%	8,2%	27,0%	16,5%	17,0%	9,4%	-	-
Sudeste	Não-migrantes	7,0%	12,4%	9,0%	10,3%	35,5%	9,6%	4,6%	11,6%	-	-
	Inter-regionais	3,5%	5,4%	3,9%	8,5%	51,1%	11,2%	3,7%	12,5%	-	0,1%
	Intrarregionais	6,1%	9,9%	5,4%	10,1%	38,9%	11,5%	5,2%	12,9%	-	-
Sul	Não-migrantes	5,0%	7,7%	6,9%	8,1%	32,5%	9,8%	15,2%	14,8%	-	0,1%
	Inter-regionais	7,4%	15,2%	8,0%	6,1%	37,4%	10,2%	7,9%	7,7%	-	0,1%
	Intrarregionais	7,6%	7,6%	6,2%	5,6%	31,8%	10,5%	16,9%	13,8%	-	-
Centro-Oeste	Não-migrantes	5,4%	8,7%	8,7%	10,0%	42,2%	9,1%	5,4%	10,4%	-	0,2%
	Inter-regionais	6,9%	12,6%	8,2%	9,3%	36,6%	9,8%	8,8%	7,8%	-	-
	Intrarregionais	6,1%	10,6%	13,8%	11,3%	33,6%	10,2%	9,4%	4,2%	-	0,6%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002

Tabela A12 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por atividade ocupacional e grupos etários, Brasil, 2002

		2002									
Grupos etários	Condição migratória	Ocupações									
		Dirigentes em geral	Profissionais das ciências e das artes	Técnicos de nível médio	Trabalhadores dos serviços administrativos	Trabalhadores dos serviços	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	Trabalhadores agrícolas	Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção	Membros das forças armadas e auxiliares	Ocupações mal definidas
15 a 19 anos	Não-migrantes	2,0%	0,3%	4,6%	4,7%	33,7%	15,1%	28,4%	10,8%	-	-
	Inter-regionais	-	-	4,1%	3,3%	42,6%	32,0%	3,0%	15,0%	-	-
	Intrarregionais	-	-	-	8,3%	29,0%	18,5%	17,6%	26,7%	-	-
20 a 29 anos	Não-migrantes	3,5%	6,6%	8,3%	11,3%	31,2%	15,5%	12,0%	11,4%	-	0,1%
	Inter-regionais	3,9%	4,9%	7,6%	12,7%	43,5%	13,4%	6,9%	7,1%	-	-
	Intrarregionais	4,0%	7,0%	7,8%	8,9%	34,0%	13,9%	9,5%	14,5%	-	-
30 a 39 anos	Não-migrantes	5,3%	9,8%	9,9%	8,5%	33,0%	11,0%	11,3%	11,2%	-	0,1%
	Inter-regionais	5,7%	9,3%	6,6%	9,3%	43,4%	10,5%	4,7%	10,4%	-	-
	Intrarregionais	6,5%	9,3%	5,8%	10,9%	34,7%	13,4%	7,4%	11,7%	-	0,1%
40 a 49 anos	Não-migrantes	7,4%	10,5%	8,5%	7,3%	33,7%	10,3%	11,3%	11,1%	-	-
	Inter-regionais	5,5%	9,7%	5,2%	5,9%	43,3%	11,4%	6,1%	12,8%	-	0,2%
	Intrarregionais	8,1%	9,3%	7,6%	6,4%	33,3%	10,8%	14,7%	9,7%	-	-

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002

Tabela A13 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por atividade ocupacional e regiões do Brasil, 2015

		2015									
Regiões	Condição migratória	Ocupações									
		Dirigentes em geral	Profissionais das ciências e das artes	Técnicos de nível médio	Trabalhadores dos serviços administrativos	Trabalhadores dos serviços	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	Trabalhadores agrícolas	Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção	Membros das forças armadas e auxiliares	Ocupações mal definidas
Norte	Não-migrantes	3,5%	12,9%	7,6%	9,6%	32,6%	17,0%	8,5%	7,7%	0,5%	0,1%
	Inter-regionais	4,6%	16,4%	6,1%	10,1%	33,5%	17,8%	8,7%	2,5%	0,3%	-
	Intrarregionais	4,2%	13,6%	5,7%	10,5%	38,4%	13,7%	6,0%	7,2%	0,8%	-
Nordeste	Não-migrantes	4,6%	10,4%	7,6%	8,6%	34,1%	17,5%	9,5%	7,5%	0,2%	-
	Inter-regionais	9,6%	17,0%	10,9%	12,7%	27,7%	13,3%	4,7%	3,4%	0,8%	-
	Intrarregionais	5,6%	12,7%	9,0%	7,7%	30,1%	16,1%	9,4%	8,8%	0,5%	-
Sudeste	Não-migrantes	6,0%	18,1%	8,0%	14,0%	32,6%	10,6%	3,6%	6,8%	0,4%	-
	Inter-regionais	4,6%	8,0%	6,4%	9,7%	48,0%	12,0%	2,5%	8,7%	0,1%	0,1%
	Intrarregionais	6,1%	15,1%	5,9%	12,8%	36,8%	10,3%	1,6%	10,3%	0,7%	0,5%
Sul	Não-migrantes	6,2%	14,9%	6,9%	12,0%	28,4%	10,3%	7,9%	13,2%	0,2%	-
	Inter-regionais	6,1%	21,4%	7,6%	12,7%	32,0%	8,5%	2,9%	8,3%	0,6%	-
	Intrarregionais	5,6%	17,3%	6,7%	12,4%	32,1%	6,6%	5,0%	14,3%	-	-
Centro-Oeste	Não-migrantes	5,6%	12,8%	6,7%	13,0%	39,0%	9,8%	2,9%	9,9%	0,2%	-
	Inter-regionais	4,9%	14,7%	7,0%	12,6%	40,4%	10,5%	3,5%	6,2%	0,2%	-
	Intrarregionais	2,5%	28,4%	11,4%	8,1%	26,4%	16,0%	2,7%	4,6%	-	-

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Tabela A14 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por atividade ocupacional e grupos etários, Brasil, 2015

		2015									
Grupos etários	Condição migratória	Ocupações									
		Dirigentes em geral	Profissionais das ciências e das artes	Técnicos de nível médio	Trabalhadores dos serviços administrativos	Trabalhadores dos serviços	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	Trabalhadores agrícolas	Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação e manutenção	Membros das forças armadas e auxiliares	Ocupações mal definidas
15 a 19 anos	Não-migrantes	3,2%	0,8%	4,4%	11,7%	39,3%	20,7%	8,7%	11,3%	-	-
	Inter-regionais	-	3,6%	0,0%	9,9%	47,9%	28,9%	6,6%	3,2%	-	-
	Intrarregionais	-	-	-	-	89,4%	10,6%	-	-	-	-
20 a 29 anos	Não-migrantes	3,9%	-	7,6%	19,3%	26,0%	15,9%	7,0%	9,0%	0,1%	-
	Inter-regionais	4,7%	7,8%	6,5%	20,0%	34,1%	17,2%	2,8%	6,6%	0,2%	-
	Intrarregionais	5,1%	12,7%	5,1%	19,1%	25,0%	15,0%	3,1%	13,9%	0,9%	-
30 a 39 anos	Não-migrantes	5,4%	16,6%	7,9%	12,3%	30,8%	12,2%	5,9%	8,3%	0,5%	-
	Inter-regionais	5,6%	13,2%	7,5%	10,5%	41,2%	10,6%	3,5%	7,5%	0,3%	0,1%
	Intrarregionais	6,6%	16,9%	7,0%	10,3%	32,9%	12,5%	4,5%	8,4%	0,8%	0,3%
40 a 49 anos	Não-migrantes	6,1%	14,7%	7,0%	8,3%	35,9%	11,7%	6,8%	9,4%	0,1%	-
	Inter-regionais	5,1%	12,7%	6,7%	7,6%	45,5%	11,0%	3,9%	7,3%	0,1%	-
	Intrarregionais	5,3%	15,1%	8,0%	8,6%	38,6%	8,2%	5,2%	10,8%	-	0,3%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Tabela A15 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por posição na ocupação e regiões do Brasil, 2002

		2002										
Regiões	Condição migratória	Posição na ocupação										
		Empregado com carteira	Militar	Funcionário público estatutário	Outros Empregados sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Conta própria	Empregador	Trabalhador na produção para o próprio consumo	Trabalhador na construção para próprio uso	Não remunerado
Norte	Não-migrantes	13,6%	-	12,4%	17,7%	3,0%	14,1%	26,1%	2,2%	2,0%	-	8,8%
	Inter-regionais	14,9%	-	14,3%	17,7%	1,2%	12,3%	21,6%	4,2%	1,5%	-	12,2%
	Intrarregionais	14,2%	-	15,6%	15,1%	2,4%	13,7%	26,9%	4,1%	0,6%	-	7,5%
Nordeste	Não-migrantes	14,0%	-	11,1%	12,9%	2,7%	10,4%	25,3%	2,8%	3,7%	-	17,2%
	Inter-regionais	17,7%	-	15,4%	17,7%	0,6%	7,0%	19,6%	5,7%	3,0%	-	13,4%
	Intrarregionais	13,7%	-	12,7%	13,6%	1,6%	13,2%	24,2%	4,9%	2,9%	-	13,3%
Sudeste	Não-migrantes	27,4%	-	11,0%	10,7%	6,8%	13,3%	19,0%	5,0%	0,8%	-	6,0%
	Inter-regionais	29,8%	0,1%	3,6%	10,1%	10,2%	18,9%	19,7%	3,3%	0,1%	-	4,1%
	Intrarregionais	27,4%	-	7,8%	11,9%	8,4%	13,3%	18,6%	5,2%	0,4%	-	6,9%
Sul	Não-migrantes	30,3%	-	8,7%	8,5%	5,3%	12,2%	15,5%	3,9%	0,8%	-	14,7%
	Inter-regionais	27,7%	0,1%	9,2%	10,8%	5,5%	11,7%	17,7%	6,0%	1,1%	-	10,2%
	Intrarregionais	29,9%	-	6,9%	6,8%	5,5%	11,9%	14,1%	5,6%	0,7%	-	18,5%
Centro-Oeste	Não-migrantes	15,7%	-	14,3%	13,9%	4,3%	19,1%	18,3%	3,9%	1,5%	-	9,1%
	Inter-regionais	20,1%	-	14,3%	11,6%	4,9%	15,6%	17,9%	4,3%	1,4%	-	9,8%
	Intrarregionais	17,1%	-	12,2%	21,4%	3,3%	13,8%	13,8%	4,6%	6,6%	-	7,1%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002

Tabela A16 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por posição na ocupação e grupos etários, Brasil, 2002

		2002										
Grupos etários	Condição migratória	Posição na ocupação										
		Empregado com carteira	Militar	Funcionário público estatutário	Outros Empregados sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Conta própria	Empregador	Trabalhador na produção para o próprio consumo	Trabalhador na construção para próprio uso	Não remunerado
15 a 19 anos	Não-migrantes	19,3%	-	-	27,0%	1,1%	20,7%	9,8%	0,7%	5,5%	-	15,9%
	Inter-regionais	21,7%	-	-	23,0%	5,3%	26,6%	8,0%	-	-	-	15,4%
	Intrarregionais	35,8%	-	-	35,3%	-	15,0%	2,1%	-	4,4%	-	7,5%
20 a 29 anos	Não-migrantes	29,9%	-	5,0%	14,5%	4,6%	14,1%	16,1%	2,1%	1,9%	-	11,8%
	Inter-regionais	35,5%	-	3,0%	13,1%	7,1%	18,7%	13,1%	3,3%	0,8%	-	5,3%
	Intrarregionais	32,7%	-	2,5%	17,4%	6,7%	15,4%	12,2%	2,7%	1,3%	-	9,1%
30 a 39 anos	Não-migrantes	24,4%	-	10,7%	10,8%	4,8%	12,8%	20,7%	3,6%	1,6%	-	10,5%
	Inter-regionais	25,9%	-	7,8%	11,7%	7,7%	15,7%	18,7%	4,6%	0,7%	-	7,3%
	Intrarregionais	25,1%	-	9,6%	10,7%	6,4%	14,2%	18,6%	5,2%	1,0%	-	9,3%
40 a 49 anos	Não-migrantes	18,7%	-	14,8%	9,0%	5,7%	10,8%	21,5%	5,8%	1,3%	-	12,3%
	Inter-regionais	18,2%	0,2%	11,7%	9,9%	7,2%	15,0%	25,0%	3,9%	0,8%	-	8,1%
	Intrarregionais	18,8%	-	13,1%	8,5%	4,2%	11,0%	21,6%	7,1%	1,4%	-	14,3%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002

Tabela A17 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por posição na ocupação e regiões do Brasil, 2015

		2015										
Regiões	Condição migratória	Posição na ocupação										
		Empregado com carteira	Militar	Funcionário público estatutário	Outros empregados sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Conta própria	Empregador	Trabalhador na produção para o próprio consumo	Trabalhador na construção para próprio uso	Não remunerado
Norte	Não-migrantes	22,9%	-	13,3%	14,0%	3,7%	11,5%	23,3%	1,9%	1,8%	-	7,7%
	Inter-regionais	20,5%	0,3%	19,5%	10,5%	3,6%	10,6%	22,1%	2,7%	1,4%	-	8,8%
	Intrarregionais	28,3%	-	13,2%	14,9%	5,3%	9,5%	19,3%	3,0%	0,9%	0,3%	5,3%
Nordeste	Não-migrantes	21,2%	-	11,9%	12,8%	4,5%	11,8%	26,2%	3,2%	2,3%	-	6,0%
	Inter-regionais	31,6%	0,2%	12,7%	18,4%	0,8%	9,5%	19,5%	3,9%	0,3%	-	3,2%
	Intrarregionais	21,4%	-	9,3%	14,1%	2,1%	12,2%	29,3%	3,1%	1,5%	-	6,9%
Sudeste	Não-migrantes	41,3%	0,2%	11,7%	9,6%	5,1%	9,7%	15,9%	3,3%	0,2%	-	2,9%
	Inter-regionais	47,2%	0,1%	3,6%	7,0%	9,8%	13,4%	14,9%	2,2%	-	-	1,9%
	Intrarregionais	45,7%	0,5%	8,0%	7,7%	7,5%	8,3%	17,4%	3,8%	-	-	1,1%
Sul	Não-migrantes	44,3%	-	10,3%	7,4%	4,7%	8,6%	14,5%	4,0%	0,7%	-	5,4%
	Inter-regionais	47,5%	0,6%	11,1%	7,4%	3,8%	6,6%	16,9%	3,9%	0,4%	-	1,9%
	Intrarregionais	48,5%	-	9,3%	6,5%	4,7%	7,4%	16,6%	3,7%	0,6%	-	2,6%
Centro-Oeste	Não-migrantes	32,5%	-	12,1%	12,0%	6,6%	12,1%	18,5%	3,7%	0,1%	-	2,5%
	Inter-regionais	38,0%	0,1%	12,2%	9,4%	8,4%	9,1%	15,9%	3,5%	0,2%	-	3,3%
	Intrarregionais	32,5%	-	17,4%	11,4%	2,2%	6,3%	22,1%	4,4%	-	-	3,7%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015

Tabela A19 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por posição na ocupação e grupos etários, Brasil, 2015

		2015										
Grupos etários	Condição migratória	Posição na ocupação										
		Empregado com carteira	Militar	Funcionário público estatutário	Outros empregados sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Conta própria	Empregador	Trabalhador na produção para o próprio consumo	Trabalhador na construção para próprio uso	Não remunerado
15 a 19 anos	Não-migrantes	41,3%	-	-	15,7%	1,8%	19,2%	11,2%	-	3,6%	-	7,3%
	Inter-regionais	49,4%	-	-	29,6%	6,1%	12,4%	2,4%	-	-	-	-
	Intrarregionais	7,3%	-	12,4%	63,8%	-	5,2%	11,3%	-	-	-	-
20 a 29 anos	Não-migrantes	46,1%	0,1%	4,8%	15,2%	3,1%	7,5%	15,2%	2,2%	1,1%	-	4,7%
	Inter-regionais	58,6%	0,2%	2,1%	13,3%	3,9%	6,2%	11,6%	1,3%	0,1%	-	2,5%
	Intrarregionais	49,7%	-	4,7%	12,9%	1,6%	6,9%	17,6%	3,1%	0,3%	-	3,3%
30 a 39 anos	Não-migrantes	36,9%	0,1%	11,4%	10,6%	4,8%	9,7%	18,0%	3,5%	0,8%	-	4,2%
	Inter-regionais	42,8%	0,3%	8,5%	8,3%	7,7%	10,4%	15,9%	2,9%	0,4%	-	2,8%
	Intrarregionais	43,0%	0,5%	6,8%	9,3%	4,0%	9,6%	19,9%	4,0%	0,2%	0,1%	2,6%
40 a 49 anos	Não-migrantes	29,5%	-	14,4%	7,9%	5,8%	11,4%	21,4%	3,8%	1,0%	-	4,9%
	Inter-regionais	33,9%	-	10,4%	6,7%	9,5%	14,0%	18,5%	3,2%	0,2%	-	3,6%
	Intrarregionais	30,5%	-	14,3%	7,7%	7,9%	9,5%	21,4%	3,9%	1,0%	-	3,9%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015

Tabela A19 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por horas habitualmente trabalhadas por semana e regiões do Brasil, 2002-2015

Regiões	Condição migratória	2002					2015				
		Horas trabalhadas por semana					Horas trabalhadas por semana				
		Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
Norte	Não-migrantes	9,0%	36,9%	22,0%	13,1%	19,0%	8,7%	34,4%	40,9%	9,1%	6,9%
	Inter-regionais	9,4%	32,6%	25,6%	10,4%	22,0%	9,8%	32,6%	38,8%	8,6%	10,2%
	Intrarregionais	6,5%	32,3%	33,0%	9,9%	18,3%	5,2%	33,0%	43,4%	10,3%	8,2%
Nordeste	Não-migrantes	9,7%	40,3%	23,6%	9,9%	16,5%	10,9%	33,1%	37,1%	9,6%	9,4%
	Inter-regionais	6,4%	38,2%	29,2%	11,1%	15,2%	8,8%	29,0%	44,7%	9,5%	8,0%
	Intrarregionais	11,6%	34,6%	26,0%	9,7%	17,9%	9,3%	34,4%	36,1%	9,7%	10,3%
Sudeste	Não-migrantes	7,4%	30,0%	33,7%	13,1%	15,8%	6,1%	26,7%	48,1%	10,0%	9,1%
	Inter-regionais	5,4%	26,5%	36,7%	16,1%	15,2%	5,6%	21,9%	48,6%	15,1%	8,8%
	Intrarregionais	6,7%	25,5%	33,0%	14,6%	20,3%	5,3%	21,9%	52,5%	12,3%	8,1%
Sul	Não-migrantes	7,0%	28,4%	35,8%	11,0%	17,7%	6,5%	23,3%	50,6%	9,9%	9,7%
	Inter-regionais	11,8%	28,8%	30,8%	11,1%	17,4%	4,9%	27,0%	50,6%	8,7%	8,8%
	Intrarregionais	7,6%	27,6%	32,6%	9,5%	22,8%	5,1%	23,1%	52,5%	7,6%	11,7%
Centro-Oeste	Não-migrantes	10,0%	30,7%	27,2%	13,1%	18,9%	9,2%	23,8%	47,7%	9,4%	9,9%
	Inter-regionais	6,5%	29,5%	31,6%	12,9%	19,5%	5,9%	25,6%	50,2%	10,0%	8,3%
	Intrarregionais	10,4%	23,0%	34,7%	13,5%	18,4%	9,7%	28,8%	50,5%	1,9%	9,1%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015

Tabela A20 - Distribuição percentual das migrantes e não migrantes por horas habitualmente trabalhadas por semana e grupos etários, Brasil, 2002-2015

Grupos etários	Condição migratória	2002					2015				
		Horas trabalhadas por semana					Horas trabalhadas por semana				
		Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
15 a 19 anos	Não-migrantes	13,2%	35,1%	25,8%	11,0%	14,8%	16,5%	20,2%	39,0%	13,4%	10,9%
	Inter-regionais	7,6%	42,5%	21,3%	7,2%	21,4%	7,8%	17,4%	45,6%	14,0%	15,2%
	Intrarregionais	4,4%	30,8%	24,7%	20,8%	19,4%	12,0%	15,7%	51,1%	12,9%	8,2%
20 a 29 anos	Não-migrantes	9,8%	30,2%	30,7%	13,8%	15,5%	7,9%	25,0%	48,3%	11,3%	7,5%
	Inter-regionais	6,2%	26,2%	32,5%	18,5%	16,6%	4,8%	21,4%	51,4%	14,2%	8,1%
	Intrarregionais	9,4%	27,0%	31,8%	16,2%	15,5%	6,3%	23,1%	48,2%	12,1%	10,4%
30 a 39 anos	Não-migrantes	6,9%	33,0%	31,6%	11,5%	17,0%	7,4%	27,2%	47,3%	9,5%	8,6%
	Inter-regionais	5,9%	27,7%	35,8%	13,7%	16,8%	7,1%	24,0%	47,7%	12,3%	8,9%
	Intrarregionais	7,2%	28,0%	32,0%	10,2%	22,6%	5,9%	27,6%	48,5%	8,7%	9,3%
40 a 49 anos	Não-migrantes	8,2%	33,5%	30,4%	10,6%	17,3%	7,8%	29,7%	42,3%	9,5%	10,7%
	Inter-regionais	7,4%	31,2%	31,5%	12,3%	17,6%	6,3%	26,4%	46,1%	12,1%	9,1%
	Intrarregionais	7,5%	28,0%	32,0%	11,6%	20,7%	6,5%	26,4%	47,2%	10,3%	9,6%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2002 e 2015